



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

BRUNA LUYZA FORTE LIMA OLIVEIRA

**HISTÓRIAS DA TERRA E DO MAR:
NARRATIVAS SOBRE RESISTÊNCIA
NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA**

**FORTALEZA
2018**

BRUNA LUYZA FORTE LIMA OLIVEIRA

HISTÓRIAS DA TERRA E DO MAR:
NARRATIVAS SOBRE RESISTÊNCIA
NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.
Linha de pesquisa: Mídias e Práticas Socioculturais.

FORTALEZA,
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O1h OLIVEIRA, Bruna Luyza Forte Lima.
Histórias da terra e do mar: narrativas sobre resistência na comunidade Poço da Draga / Bruna Luyza Forte Lima OLIVEIRA. – 2018.
141 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.
1. Descolonialidade. 2. Direito à Cidade. 3. Fortaleza. 4. Narrativas. 5. Poço da Draga. I. Título.
CDD 302.23
-

BRUNA LUYZA FORTE LIMA OLIVEIRA

HISTÓRIAS DA TERRA E DO MAR:
NARRATIVAS SOBRE RESISTÊNCIA
NA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. Deisimer Gorczewski (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas (Membro)
Universidade Estadual do Ceará

FORTALEZA,
2018

Aos queridos companheiros de jornada
Izabel Lima e Sérgio Rocha.

AGRADECIMENTOS

Um alfabeto inteiro — 26 letras: 21 consoantes, cinco vogais. E, ainda assim, não sei dizer.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, com a manutenção da bolsa auxílio para a realização da presente pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Barbalho, pela trajetória trilhada ao meu lado não apenas na pesquisa acadêmica, mas também nos percalços atravessados ao longo do Mestrado. Palavras não são boas o suficiente para expressar a minha gratidão pela paciência, pela compreensão, pela disponibilidade, pela casa aberta e, principalmente, por acreditar em mim quando eu mesma vacilei. Meu mais sincero agradecimento, Alexandre, pelos mapas que você colocou de cabeça para baixo na minha vida. Ali, onde nosso norte é o Sul, encontrei meu lugar na pesquisa acadêmica.

Agradeço, com todo amor e ternura, à minha querida Prof^ª Dr^ª Deisimer Gorczewski. Mais uma vez, não dou conta de verbalizar a importância de cada abraço, cada apoio, cada palavra de incentivo. Se eu decidi lutar por uma educação justa, acessível e plural, Deisi, foi graças ao seu olhar afetuoso sobre a vida, a academia e a pesquisa. Minha forte gratidão a você, que me ensinou a trilhar percursos com a paixão do incendiador de caminhos. Obrigada pela presença, felizmente, cada vez mais constante. Neste ensejo, meus agradecimentos ao Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas (LAMUR).

Agradeço à minha família pela oportunidade e também pelo privilégio de estudar. Sem o apoio amoroso e firme de vocês, nada disso seria possível. Obrigada, principalmente, aos meus avós Maria Nilza e João Batista. Vocês são minhas longarinas.

Agradeço à Eduarda Talicy e à Chloé Leurquin pela presença constante, pelo cuidado, pelo coração aberto. Agradeço à Sabrina Barros e Simone Oliveira pelas trocas, por julhos confinadas entre leituras e recomeços. Obrigada também pelo presente que vocês trouxeram para o meu cotidiano: Luís Eduardo. Agradeço à Luana Barros, Grazi Barros e Eduardo Oliveira por transformarem o Mestrado em uma das maiores experiências da minha vida.

Agradeço ao Leonardo Araújo pela escuta paciente, pelo amor em cada gesto, pela amizade sincera. Nesse ínterim, agradeço também aos integrantes do Coletivo Urucum - Direitos Humanos, Comunicação e Justiça pelos ensinamentos sobre ética, justiça social e alteridade.

Agradeço à Neivânia Rodrigues, Marília Passos e Linda Gondim, integrantes do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC), pelas trocas, conversas, construções e proximidades. É um prazer ter pares de pesquisa tão dedicadas, íntegras e comprometidas socialmente.

Agradeço toda a generosidade do Prof. Dr. Geovani Jacó e da Prof^a. Dr^a Isabelle Peixoto nas atentas contribuições com o meu trabalho. O olhar de vocês é fundamental na construção contínua do pesquisar. É uma alegria, enquanto pesquisadora que começa a dar os primeiros passos, contar com apontamentos e sugestões tão pertinentes.

Agradeço muito, por fim, aos moradores da comunidade Poço da Draga e aos amigos próximos do território. Que alegria concluirmos esta etapa! Obrigada, imensamente, pelos corações abertos ao encontro.

“Eu não estou indo embora
Vou ficar aqui
E resistir ao fogo.”

Sojourner Truth em *ToThe Preachers*
(*The Second Advent Doctrines*)

RESUMO

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”. O antigo provérbio africano enuncia um incômodo: por que algumas histórias são legitimadas como verídicas e alcançam mais destaque do que outras, construindo representações supostamente únicas? Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o processo de subalternização (SPIVAK, 2014) socioeconômica e epistêmica da comunidade centenária Poço da Draga, localizada na orla marítima da cidade de Fortaleza (CE), destacando os impactos dessa desigualdade sobre o território. Área de baixa renda suscetível de recuperação urbanística e regularização fundiária, a comunidade está invisibilizada entre equipamentos culturais e comércios luxuosos na Praia de Iracema, sofrendo constantes ameaças de remoção pelo poder público e marginalização por demais atores sociais. Em diálogo com o método cartográfico, pesquisa narrativas sobre direito à cidade (HARVEY, 2012; ROLNIK, 2015) elaboradas pelas organizações de moradores Movimento ProPoço e ONG Velaumar acerca da própria localidade, ampliando um debate teórico sobre as teias de influência e poderes na produção do espaço urbano, histórias orais (PORTELLI, 2016), saberes locais (MIGNOLO, 2003) e pensamento fronteiro (id.) a partir de uma perspectiva descolonial. Abordo, por fim, a contribuição dessa gramática de resistência concebida no Poço da Draga para o desenvolvimento de um planejamento urbano humano (MIRAFTAB, 2016), ou seja, protagonizado também por grupos socioeconomicamente vulneráveis.

Palavras-chave: Descolonialidade; Direito à Cidade; Fortaleza; Narrativas; Poço da Draga; Subalternidade.

ABSTRACT

"Until the lions have their own historians, the hunting stories will continue to glorify the hunter." The ancient African proverb poses a nuisance: why are some stories legitimated as true and more prominent than others, constructing supposedly unique representations? This research aims to reflect the socioeconomic and epistemic subalternation process (SPIVAK, 2014) of the centenary Poço da Draga community, located on the seafront of the city of Fortaleza (CE), highlighting the impacts of this inequality on the territory. Low income area susceptible to urban recovery and land regularization, the community is invisible between cultural equipment and luxury trade in Praia de Iracema, suffering constant removal threats by the public authority and marginalization by other social actors. In a dialogue with the cartographic method, I search for narratives about the right to the city (HARVEY, 2012; ROLNIK, 2015) developed by resident's association ProPoço Movement and Velaumar NGO regarding this specific locality, expanding a theoretical debate concerning the webs of influence and powers on the production of urban space, oral histories (PORTELLI, 2016), local knowledge (MIGNOLO, 2003) and frontier thinking (id.) from a decolonial perspective. Finally, I discuss the contribution of this grammar of resistance conceived in Poço da Draga for the development of human urban planning (MIRAFTAB, 2016), that is, also carried out by socioeconomically vulnerable groups.

Keywords: Decoloniality; Right to the City; Fortaleza; Narratives; Poço da Draga; Subalternity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dona Ivoneide Góis	18
Figura 2 - Mapa das Regionais de Fortaleza	34
Figura 3 - Tabela do IDH dos bairros de Fortaleza em 2010	37
Figura 4 - Mapa do IDH dos bairros de Fortaleza em 2010	38
Figura 5 - Concentrações e fluxos do setor imobiliário formal	40
Figura 6 - Mapa aéreo da Praia de Iracema e regiões limítrofes	44
Figura 7 - Praia de Iracema em 1920	46
Figura 8 - Imagem aérea da comunidade Poço da Draga	50
Figura 9 - Rua Viaduto Moreira da Rocha, principal via do Poço da Draga	51
Figura 10 - Mapa do número de famílias do Poço da Draga em 2016	53
Figura 11 - Gráfico da etnia dos moradores do Poço da Draga	54
Figura 12 - Gráfico do ano de chegada dos primeiros moradores do Poço da Draga	55
Figura 13 - Gráfico de moradores que pretendem permanecer no Poço da Draga	55
Figura 14 - Gráfico de escolaridade dos moradores do Poço da Draga	56
Figura 15 - Gráfico do tipo de função trabalhista dos moradores do Poço da Draga	56
Figura 16 - Gráfico do tipo de renda dos moradores do Poço da Draga	57
Figura 17 - Gráfico da rede de esgoto do Poço da Draga	57
Figura 18 - Gráfico da relação dos moradores com a Praia de Iracema	58
Figura 19 - Praia de Iracema e Praia Formosa em 1940	59
Figura 20 - Demarcação das ZEIS em Fortaleza no PDP de 2009	61
Figura 21 - Mapa das residências que possuem RPI no Poço da Draga	62
Figura 22 - Gráfico da situação das residências no Poço da Draga	63
Figura 23 - Matéria de 6 de fevereiro de 1995	65
Figura 24 - Matéria de 10 de junho de 1997	66
Figura 25 - Mural na sede da ONG Velaumar	73
Figura 26 - Quadro de atividades na sede da ONG Velaumar	77
Figura 27 - Maquete do Acquario Ceará	93
Figura 28- Maquete do Acquario Ceará e entorno	93
Figura 29 - Izabel Lima na sede da ONG Velaumar	98
Figura 30 - 110 anos de Poço da Draga	100
Figura 31 - Bolo de 110 anos do Poço da Draga	101
Figura 32- 111 anos de Poço da Draga	102
Figura 33 - 111 anos de Poço da Draga	104
Figura 34 - 112 anos de Poço da Draga	106
Figura 35 - Seu Lôro	122
Figura 36 - Pavilhão Atlântico	127
Figura 37 - Ponte Velha	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	30
1.1) Fortaleza: tramas e desenlaces.....	32
1.2) Praia de Iracema: da Praia do Peixe ao berço da boêmia.....	43
1.3) Poço da Draga: da formosa praia aos tubarões.....	48
CAPÍTULO 2	60
2.1) Uma breve genealogia do pós-colonialismo	66
2.2) ONG Velaumar.....	71
2.3) O Acuario Ceará e a ZEIS do Poço da Draga.....	90
Aniversários do Poço da Draga: 110, 111 e 112 anos	98
CAPÍTULO 3	107
3.1) Movimento ProPoço: cidade e vizinhança	109
3.2) Expresso, uma visita guiada ao Poço da Draga	119
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS	133

“Estou esquentando o corpo para iniciar, esfregando as mãos uma na outra para ter coragem”¹

A minha vida faz-se ao contá-la e a minha memória fixa-se com a escrita; o que não ponho em palavras no papel, o tempo apaga-o. (...) A escrita é uma longa introspecção, é uma viagem até às cavernas mais obscuras da consciência, uma lenta meditação. Escrevo às apalpadelas no silêncio e pelo caminho descubro partículas de verdade, pequenos cristais que cabem na palma da mão e justificam a minha passagem por este mundo.
(Isabel Allende, Paula, 1994)

“Escrever é navalhar a própria carne”. Rabiscada em tinta preta na margem de um caderno amarelo, a afirmação me acompanha há tanto tempo que já não sei precisar: cá para nós, acredito que a frase estava lá antes mesmo do pigmento, do papel e da palavra que alfabetizou o que, outrora, era tão somente da ordem do simbólico. “Escrever é navalhar a própria carne”, sentenciou Gabriela Reinaldo² em uma tarde quente de um ano par, numa sala de aula repleta de angústias e vontades em colisões incessantes, e da metáfora fez-se o verbo.

“Escrever é navalhar a própria carne”. Antes mesmo da fala, e ainda mais previamente que a escrita, a relação dos nossos ancestrais primitivos com instrumentos cortantes garantiu também a sobrevivência do homem nômade na Terra. A navalha, faca de corte rápido, estratégico e quase que cirúrgico, é um objeto marginal repleto de simbolismos; compõe o imaginário da máfia italiana e também o das entidades de religiões de matriz africana, é ferramenta de trabalho dos mais tradicionais barbeiros e de defesa das prostitutas nas noites desertas das cidades insones, é jogo nos dedos firmes de antigos e rebeldes capoeiristas. Nas rodas de capoeira, aliás, uma cantiga do Mestre Suassuna enuncia: “Mas a navalha que ‘tá’ no meu bolso/ Cortou, deixa cortar”. Quem caminha no fio da navalha conhece os riscos de se empunhar faca, então deixa cortar.

¹ LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*: edição com manuscritos e ensaios inéditos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017, p.49.

² Prof.^a Dr.^a Gabriela Frota Reinaldo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC).

Como sistemas vivos capazes de nos produzirmos continuamente — ou, nas palavras dos pesquisadores chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1997)³, sistemas autopoieticos —, inauguramos estados em nossos corpos a partir das experiências vividas, marcas em devir. Os cortes, como toda ruptura, também são marcas.

“Escrever é navalhar a própria carne” e são as marcas que escrevem (ROLNIK, 1993). Há um par de meses, recebi um *e-mail* de um amigo querido que mora do outro lado do Atlântico. Dizia-me, então: “Talvez eu já tenha dito isso outra vez, mas sempre penso que quando envio (uma carta, um poema, um verso), eu me envio junto. Coloco aqui também meu corpo”. Quando escrevo, eu também me envio junto e crio outras corporalidades, produzo-me na transferência. Coloco meu corpo, meus medos, minhas vontades. Enquanto lida, inauguro-me em um novo instante.

Questiona-nos a pesquisadora Mónica B. Cragolini:

Não será, então, que, mais do que relatar “uma experiência de vida vivida”, a escrita é uma possibilidade de viver – e constituir-se – como experiência? Não será que, em vez de sermos sujeitos que “nos expressamos” na escrita, é a experiência mesma da escrita que nos constitui? Não estaremos nos tornando o que somos, ao escrever, mais do que escrevendo o que nos tornamos? A escrita não é – somente – o “relato” das experiências vitais: num sentido nietzschiano, ela mesma é uma experiência de vida. Porque quem escreve quando escrevemos é nosso corpo com suas forças, que sempre são, ao mesmo tempo, as forças dos outros que se articulam com as próprias. Forças próprias-desapropriadas da escrita: então, não se escreve com o corpo, senão que é o corpo o que escreve e se escreve. (CRAGNOLINI, 2001, p. 132)

“Escrever é navalhar a própria carne”, então retardo o encontro com o texto. Sento-me à mesa para escrever, mas logo me levanto. Qualquer atividade corriqueira demanda minha atenção: vou à cozinha, converso com meus avós sobre um novo programa televisivo qualquer, percorro as estantes da biblioteca, reorganizo canetas, papéis, anotações, *post-its*, volto aos escritos. Há alguns parágrafos, perdi o medo da página branca, “esse grande deserto a ser atravessado, jamais atravessado!” (BACHELARD, 1989, p.109) — palavras e formatos se desenham cá e lá, numa espécie de texto dadaísta fadado a uma coerência futura, e mesmo assim o encontro com a escrita é feito cachorro em mata escura, só se esgueira em volta sem se anunciar.

Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai

³ MATURANA, H.; VARELA, F. *De máquinas e seres vivos: Autopoiese - A organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997.

os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. O tigre que carregamos nas costas (a escrita) nunca nos deixa só. *Por que você não está montando em mim, escrevendo, escrevendo?* (ANZALDÚA, 2000, p.234, grifo da autora)

Por vezes, sinto que tudo aquilo que quero — e preciso — escrever já se opera em um silencioso redemoinho dentro de mim, como se o pensamento fosse aos bocadinhos maturando e tomando forma para, só então, repousar no papel. Esse processo, no entanto, foge ao tempo cronológico dos prazos aos quais sou submetida: pode levar minutos, horas, dias, semanas, meses... Estou enferrujada feito uma torneira em desuso, como bem coloca Suely Rolnik (1993) ao citar Henry Miller⁴. Nesses momentos, nos quais escrever é preciso e só consigo rascunhar frases incompletas e parágrafos desconexos, lembro-me de um professor de Química na escola explicando a decantação, um método físico utilizado para separar misturas heterogêneas. O primeiro passo para separar a água do barro, assim como o sumo da experiência acadêmica dos demais pensamentos marginais que também a constituem, é deixar a mistura descansar e somente quando o sólido se sedimenta é que isolamos cuidadosamente os dois elementos.

O presente ensaio sobre as artes do fazer, como arrisco-me agora a chamar em diálogo com o historiador Michel de Certeau, é fruto do meu processo de decantação. Escrevo sobre meu percurso por acreditar em uma universidade que não encara rigor formal como rigorosidade, que não esvazia a história de seus pesquisadores e não esconde seus narradores. A escrita acadêmica é, em seu aspecto mais sisudo, ensimesmada e solitária: ao longo da graduação e da pós, convivemos e construímos experiências com os mais diversos atores sociais, seja no âmbito estritamente universitário ou pessoal, porém o processo da escrita é notoriamente isolado. Talvez a academia ainda esteja atrelada ao *éthos* romântico de um escritor enclausurado no silêncio de seus cômodos íntimos, torturado dias e noites a fio em busca de inspiração para torcer e moldar palavras, um intelectual privado de companhia ou distrações.

Repórter de rua, minha relação com o ato de escrever se forjou de início nos festins das redações barulhentas, entre telefonemas ruidosos e cafés frios. Não tenho vocação byronista: sou afeita aos escritos mais simples, tecidos por muitas mãos, coloridas colchas de retalhos. Simplificar e partilhar são árduos exercícios, mas é na

⁴ MILLER, Henry. *A sabedoria do coração*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

possibilidade dialógica que habita o meu “prazer do texto” — o qual, como nos aponta o semiólogo francês Roland Barthes (2013), não está em contradição com as críticas do escritor:

O prazer do texto não é forçosamente do tipo triunfante, heróico, musculoso. Não tem necessidade de se arquear. Meu prazer pode muito bem assumir a forma de uma deriva. A deriva advém toda vez que *eu não respeito o todo* e que, à força de parecer arrastado aqui e ali ao sabor das ilusões, seduções e intimidações da linguagem, qual uma rolha sobre as ondas, permaneço imóvel, girando em torno da fruição intratável que me liga ao texto (ao mundo). (BARTHES, 2013, p.26, grifo do autor)

Escrever, para mim, vem da desordem: as teorias estão em franca ebulição, convidando-me — aliás, desafiando-me! — a dar passagem a outros saberes e bagunçando os já enraizados. Virar mapas de cabeça para baixo e “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 1995, p. 508) reconfigura minhas experiências sociopolíticas e me instiga a produzir outros tantos modos de *ser* e *estar* no mundo. É nessa pesquisa que revira, incomoda e transforma que acredito. Ao passo que timidamente nasce uma dissertação, nasce também uma pesquisadora.

A qualidade maior do pesquisador, creio eu, é fazer boas perguntas. Atribuir ao pesquisador o papel de “descobrir” algo é atualizar o colonialismo epistêmico e enfraquecer lutas históricas pela desestabilização dos lugares cristalizados daquilo que é tido como cânone científico universal. Nós não começamos nada, estamos sempre recomeçando; minha pesquisa no Poço da Draga não é inédita, não é um início, não retira véus do que está oculto: é, antes de tudo, uma tentativa de observar o mundo como quem faz parte do mundo.

Em sua obra *O olho e o espírito*, o fenomenólogo também francês Maurice Merleau-Ponty afirma que um gradiente é “uma rede que se lança ao mar sem saber o que recolherá” (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 16). Minha vivência acadêmica é, por escolha epistemológica, tal qual a rede arremessada nas águas: não me jogo ao mar carregando comigo certezas feitas boias infláveis, mas me mantenho atenta ao valor da experiência. Ora flutuo, ora afogo-me, mas continuo obstinada no franco exercício de nadar.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender

o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍA, 2011)⁵

Concluo minha dissertação em meados de novembro de 2018, triturando os dedos sobre o teclado do computador. Ainda amargo a vitória fascista nas urnas com a eleição de Jair Bolsonaro como chefe do Executivo, lavrada sobre sangue e lágrimas de tantas Marielles. O medo se avizinha, mas é a coragem — fortalecida na potência de múltiplas partilhas — que escreverá nossa história.

“Escrever é navalhar a própria carne”. Eu, atiradora de facas.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. (ANZALDÚA, 2000, p.236)

⁵ BONDÍA, Jorge Larrosa. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada em julho de 2001, Leituras SME.

INTRODUÇÃO

A cada bem-vindo ano, entre meados de cansados dezembros e esperançosos janeiros, renovo silenciosamente as únicas promessas que consigo cumprir quase como condição existencial: “manter os olhos e o coração bem abertos para compreender”⁶ e continuar chocada. Em um fortuito golpe de sorte, num misto de atenção e constante inconformismo, meu objeto/sujeito de pesquisa me escolheu. No mês de julho de 2012, visitei pela primeira vez a centenária comunidade cearense Poço da Draga, localizada na orla marítima de Fortaleza. Com dois colegas do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e uma câmera nas mãos, cheguei ao local por intermédio da moradora Ivoneide Góis, a quem conheci por meio de amigos comuns. O objetivo da nossa equipe era gravar uma reportagem para o telejornal do curso sobre os impactos sofridos pela comunidade com a construção de uma megaobra anunciada pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado ainda em 2008: o Acquario Ceará — o qual, segundo o projeto apresentado pelo órgão, seria o maior da América Latina e o quarto maior do mundo em litros d’água.

Dona Ivoneide, como é conhecida a distinta moradora que nasceu e cresceu no Poço da Draga, nos conduziu ao longo da rua principal conversando sobre a comunidade. No percurso, vizinhos sentados em cadeiras na calçada nos cumprimentavam acenando a cabeça. Durante a entrevista, ela nos serviu café preto com bolo mole e contou a história da localidade. Desenhava-se para mim, pela primeira vez, a imagem de uma nova cidade, mais uma entre tantas Fortalezas esquecidas que compõem desordenadamente a capital cearense. Nascia para mim também, como moradora da Praia de Iracema, a comunidade que existe do outro lado da rua do maior equipamento cultural da cidade — o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura —, mas que não tem sequer saneamento básico para as mais de 300 famílias que lá habitam.

Como qualquer outro local, o Poço da Draga não possui uma unidade ideológica, já que é constituído por pessoas com vivências e percepções diferentes. Enquanto alguns comemoravam a instalação do oceanário como pretensa oportunidade de geração de emprego e rendas, outros reprovavam o projeto pela ameaça velada de

⁶ Trecho da canção “Pai e Mãe”, do cantor e compositor brasileiro Gilberto Gil, que integra o álbum “Refazenda” (1975, Warner Music).

remoção. Dona Ivoneide, nossa primeira interlocutora, não via com bons olhos a construção do Acquario Ceará logo ao lado da comunidade. No nosso contato inicial por telefone, ela contou angustiada que as primeiras execuções da obra destruíram o campo de futebol utilizado pelas crianças moradoras da região. À época, ela temia que sua casa — construída pela mãe dela há mais de cinquenta anos — se transformasse em estacionamento para os carros luxuosos dos frequentadores do aquário. Abrindo uma pasta de documentos, mapas e reportagens, ela citou as contribuições do então recém-criado coletivo Quem Dera Ser um Peixe no enfretamento dessa lógica vertical de produção da vida urbana.

Figura 1 - Dona Ivoneide Góis



Fonte: LUIZ ALVES, 2016.

Movimento autodenominado “cidadão, apartidário e político” composto por moradores da Praia de Iracema, da comunidade Poço da Draga e também por jornalistas, biólogos, advogados, historiadores, geógrafos, professores e demais atores sociais, o Quem Dera Ser um Peixe organizou-se em duas linhas centrais de ação com atividades simultâneas: a comunicacional e a jurídica. Criado em maio de 2012, o objetivo do coletivo era denunciar as incontáveis irregularidades que permeavam a obra do Acuario Ceará, desde ausência de licenciamentos até as fraudes nas licitações.

Comecei a acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Quem Dera Ser um Peixe por meio das postagens publicadas no site de rede social *Facebook* (www.facebook.com/contraoacuario) e no microblog *Twitter* (twitter.com/peixuxaacuario) naquele mesmo mês de julho. As frases curtas e objetivas, as ilustrações sarcásticas — tão condizentes com o nome do movimento — e as peças gráficas contendo números e dados sobre o equipamento despertaram minha curiosidade e, principalmente, minha indignação: em 2012, o Ceará viveu a pior seca dos últimos 50 anos, na qual 168 dos 184 municípios do estado declararam situação de emergência devido aos severos efeitos da estiagem, como safra perdida e rebanho morto. Ironicamente, no mesmo período acompanhamos o início das obras do oceanário na Praia de Iracema. Em agosto daquele ano, passei a frequentar as reuniões do Quem Dera Ser um Peixe e me tornei integrante do grupo.

No início de 2013, a curiosidade ganhou um aspecto acadêmico: comecei a registrar impressões sobre a organização do movimento em um de diário de campo e, após conversar com os demais integrantes, iniciei a produção do meu trabalho de conclusão de curso sobre a contribuição do Quem Dera Ser um Peixe para a produção simbólica de outras formas de pensar a cidade e a política. Concluí esta etapa da pesquisa-intervenção nos primeiros meses de 2015 sob orientação da Prof.^a Dr.^a Deisimer Gorczewski, obtendo o título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFC.

Algumas inquietações, entretanto, ganharam força ao longo da pesquisa durante a graduação: como se estabeleceu a relação entre o Quem Dera Ser um Peixe e o Poço da Draga? Por que o movimento não conseguiu mobilizar quantitativamente muitos moradores da localidade? Quais os conflitos entre as pautas defendidas pelo Quem Dera

e outras narrativas desenvolvidas na própria comunidade? Como os habitantes da localidade se articulam pelo direito ao território? Como se organizam os movimentos sociais e coletivos no Poço da Draga? Quais são as histórias do Poço da Draga sobre ele mesmo?

Ingressei no Mestrado em Comunicação da UFC em 2016 atravessada por questões. Pretendia retomar a pesquisa sobre a relação entre o projeto do Acquario Ceará e a comunidade centenária, mas o tempo político era outro. Em virtude de impasses legais, os quais resgato com mais acuidade no capítulo dois do presente trabalho, a construção do oceanário na Praia de Iracema foi embargada em dezembro de 2012. A luta por permanência territorial e reconhecimento enquanto localidade constituinte da cidade, entretanto, integra a história do Poço da Draga desde o seu nascimento.

Filha do mar, a comunidade Poço da Draga comemora seu aniversário no mesmo dia de inauguração da Ponte Metálica, 26 de maio de 1906, tomando para si tal marco como forma de ratificar sua relação com o equipamento histórico. Os moradores da região costumam festejar a data anualmente no Pavilhão Atlântico — edificação em frente à praia que servia como sala de espera para passageiros em trânsito no porto e, atualmente, abriga as atividades culturais da comunidade como bingos, bazares, mostra de filmes, clubes de leitura, entre outras. A memória, a tradição e a importância histórica do Poço da Draga para Fortaleza são pautas constantemente reiteradas por organizações e movimentos de moradores. Destacamos, neste contexto, a ONG Velaumar e o Movimento ProPoço como os atualmente mais ativos nesse sentido.

A ONG Velaumar possui uma atuação mais consolidada em diálogos com instituições externas ao Poço da Draga para organizar e promover ações dentro da comunidade. Criada em 2004, no contexto de extinção da Associação de Moradores do Poço da Draga, a ONG realiza trabalhos principalmente na área sociocultural, em parceria com instituições como a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o Sindicato dos Fazendários do Ceará (SINTAF) e o Instituto Iracema. A Velaumar é composta por integrantes da mesma família — os filhos e netos da fundadora Rocilda Lima — como Luiza Marilac, presidente e funcionária da Habitafor e sua irmã Izabel Lima, diretora cultural e funcionária do Instituto Dragão do Mar.

Criado em julho de 2015, o Movimento ProPoço descreve-se em sua *fanpage* no site de rede social *Facebook* como “uma iniciativa independente, formada por moradores e entusiastas pela causa de pertencimento à comunidade do Poço da Draga”. Coordenado pelo morador Sérgio Rocha, geógrafo cuja família habita a comunidade desde o seu surgimento, o movimento realiza atividades como visitas guiadas, bazares e mostras culturais na região que reiteram a importância da preservação da identidade do Poço da Draga, apostando na construção de uma narrativa de pertencimento.

A ONG Velaumar e o Movimento ProPoço, apesar de continuamente trabalharem juntos em eventos como o aniversário da comunidade, possuem diferentes olhares sobre o Poço da Draga. São essas narrativas plurais que nos interessam enquanto pesquisadores do campo da Comunicação. Na linha de Mídias e Práticas Socioculturais do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, agora sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Barbalho, retomo a pesquisa com a comunidade para investigar a potência comunicativa dessas duas organizações que contam suas próprias histórias sobre o Poço da Draga e constroem saberes contra-hegemônicos.

Basta uma breve busca em publicações de jornais cearenses, nas últimas décadas, para identificar que, quando o Poço da Draga se torna notícia, os discursos acerca da região são os de violência e pobreza — é, por excelência, o lugar da falta. Conversar com taxistas nas imediações da comunidade é outro exemplo, dentre tantos, da marginalização discursiva a qual o território é submetido, já que poucos motoristas se dispõem a entrar no lugar “perigoso” que é uma “favela”. Todos os lugares têm nomes, lendas, mitos e narrativas. Quais histórias conhecemos sobre o Poço da Draga, porém, além das propagadas pelo discurso hegemônico?

A presente investigação foi teoricamente instigada pela pergunta feita por uma das mais célebres autoras dos chamados estudos pós-coloniais: Gayatri Chakravorty Spivak. Na obra *Pode o subalterno falar?*, publicada originalmente em 1985 sob o título *Especulações sobre o sacrifício das viúvas*, a pesquisadora indiana Gayatri Spivak parte de uma crítica aos intelectuais ocidentais, notadamente aos franceses Gilles Deleuze e Michel Foucault, para refletir sobre a prática discursiva eurocêntrica que insiste em manter o “sujeito do Ocidente” ou o “Ocidente como sujeito” legítimo, silenciando as narrativas subalternizadas no processo de colonização. A crítica de Spivak, de base marxista, pós-estruturalista e com forte aporte derridiano, possui um caráter biográfico

no qual a teórica desconstrói o duplo lugar de fala subalterna como mulher numa nação colonizada.

É importante demarcar, logo de início, quem é o “subalterno” na obra de Spivak: a crítica indiana rejeita o que considera uma concepção errônea de que todo sujeito marginalizado é subalternizado, retomando o conceito do filósofo italiano Antonio Gramsci de que o proletariado é subalterno, ou seja, é aquele cuja voz não pode ser ouvida. No entanto, a autora critica o essencialismo gramsciano que considera subalterno tão somente o trabalhador — para ela, o vocábulo descreve as camadas mais baixas da sociedade, as quais são constituídas pelos modelos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante⁷. Nesse ínterim, defendo a hipótese de que o Poço da Draga um território subalternizado.

Para Spivak, o sujeito do conhecimento configurou-se como o ocidental, o homem branco europeu que detém capital financeiro, ou seja, poder econômico. É esse sujeito soberano que, ao longo da história da humanidade, dominou discursos sobre cultura, tradição e formação dos povos imperializados — em suma, durante séculos as narrativas sobre os subalternos foram desenvolvidas no interior das nações colonizadoras. Um exemplo dessa dominação epistêmica é o africanismo ou discurso africanista, que o crítico palestino Edward Said define como “uma linguagem sistemática para estudar e lidar com a África para o Ocidente”. (SAID, 1993) e as demais variáveis, como o latino-americanismo. Na dinâmica da cidade, é possível observar esse privilégio epistêmico também em nível micro a partir das relações de poder estabelecidas.

A narrativa estabelecida como normativa não dá espaço para demais saberes: é por isso que o Poço da Draga ainda é representado, nas falas hegemônicas, como o lugar da “não produção”. O *ethos* do favelizado, criado através de uma combinação de interesses econômicos governamentais e do capital privado com falta de acesso dessa população aos direitos básicos como educação, cultura e lazer, reduz os grupos socialmente vulneráveis ao lugar do silêncio.

Consideremos agora as margens (pode-se meramente dizer o centro silencioso e silenciado) do circuito marcado por essa violência epistêmica, homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano. De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital

⁷ SPIVAK, *Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies*, p.xx (Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida)

socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, (...) pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2014. p.69/70)

O sujeito subalterno, relembra Spivak, é irremediavelmente heterogêneo. Por isso, durante anos a elite britânica contou com o apoio da elite indiana na construção de um discurso imperialista sobre a Índia pautado em interesses socioeconômicos. Apesar do processo de colonização da América Latina ter sido substancialmente diferente do indiano analisado por Spivak — afinal, “da perspectiva das Américas, a colonialidade é constitutiva da modernidade (...) Por essa mesma razão, as Américas, ao contrário da Ásia e da África, não são diferentes da Europa, mas sua extensão” (MIGNOLO, 2003, p.80/82) —, é inegável o interesse elitista na manutenção do sujeito subalterno nas demais nações colonizadas.

Uma das mais notáveis contribuições de Spivak em sua já clássica obra é, sem dúvidas, a crítica ao lugar discursivo ocupado pelo intelectual. “A produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (SPIVAK, 2014, p.24), argumenta ao problematizar o agir intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência: nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico. Agir dessa forma configura reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado.

Spivak nos alerta sobre o perigo de se construir o subalterno apenas como objeto de conhecimento por parte dos intelectuais que desejam tão somente falar pelo outro. Quando os intelectuais do anteriormente dito Terceiro Mundo tomam para si o lugar de fala do Outro, tornam-se cúmplices desse modelo de pensamento eurocêntrico privilegiado que essencializa os sujeitos. Em sociedades tão desiguais e profundamente marcadas por machismo, misoginia e racismo, por exemplo, imaginar um subalterno essencializado é negar opressões históricas. Aliada aos pensamentos do feminismo contemporâneo, Spivak faz um ensaio sobre a mulher indiana e finaliza: o subalterno não pode falar, e a mulher subalterna é ainda mais silenciada e inferiorizada perante as narrativas hegemônicas. Anos depois da obra de Spivak, o sociólogo peruano Aníbal Quijano também apresentou importantes considerações sobre a racialização das relações

de poder, contribuindo para a construção de uma episteme própria dos territórios colonizados. A solução, destaca Spivak, não é o intelectual se abster da representação, mas sim criar espaços nos quais o subalterno seja ouvido.

Tal esforço de desconstrução dos binarismos (coloniais) vem seguindo percursos diversos no âmbito dos estudos pós-coloniais e, pelo menos desde o importante ensaio de Spivak (1988), desfez-se a expectativa de que uma perspectiva epistemológica nova surgiria, dando-se voz ao (pós-)colonizado. A autora mostra que é ilusória a referência a um sujeito subalterno que pudesse falar. O que ela constata, valendo-se do exemplo da Índia, é uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré- ou pós-colonial, trata-se de "subjetividades precárias" construídas no marco da "violência epistêmica" colonial. Tal violência tem um sentido correlato àquele cunhado por Foucault para referir-se à redefinição da idéia de sanidade na Europa de finais do século XVIII, na medida em que desclassifica os conhecimentos e as formas de apreensão do mundo do colonizado, roubando-lhe, por assim dizer, a faculdade da enunciação. Assim, no lugar de reivindicar a posição de representante dos subalternos que "ouve" a voz desses, ecoada nas insurgências heróicas contra a opressão, o intelectual pós-colonial busca entender a dominação colonial como cerceamento da resistência mediante a imposição de uma episteme que torna a fala do subalterno, de antemão, "silenciosa", vale dizer, desqualificada. (COSTA, 2006, p.120)

O Poço da Draga, subalterno nessa lógica financeirizada de cidade, também não pode falar e não é ouvido. A relação da comunidade com as instituições hegemônicas que propõem classificações da localidade e cristalizam seus próprios discursos acerca do "Outro" ainda carece de equidade no diálogo e reconhecimento dos sujeitos como narradores de suas próprias histórias. Assim, desenvolvo a hipótese de que as narrativas do Movimento ProPoço e da ONG Velaumar podem ser compreendidas como uma ruptura no contínuo processo de silenciamento: ao lembrar suas memórias e construir outras, o Poço da Draga fala. O desafio é tornar sua voz audível a todos.

Pesquisar é habitar o conflito. Nos últimos anos, minhas relações afetivas com diversos moradores do Poço da Draga e com o próprio território se estreitaram. Muito além do meu campo de pesquisa, o Poço é casa da Dona Ivoneide e seu pequeno Jonas, que parece dobrar de tamanho cada vez que o encontro, crescendo naquela misteriosa velocidade que só as crianças crescem; é terra de Seu Lôro, o senhor que sempre recusou os "convites" da Prefeitura para sair de lá afirmando que até pode ir embora para a longínqua Messejana, "Mas eu só vou se levar o mar junto. Sem o mar eu não vou"; é o Pavilhão que abriga noites de cerveja e danças que compartilho com Serginho e Wagner entre uma entrevista e outra; é a casa sempre aberta da Tina, como a Izabel é conhecida

por todos; é o chão batido ideal para os rachas dos meninos, a cadeira na calçada para catar feijão, o pulo da Ponte Velha na imensidão do mar.

No entanto, estar no Poço da Draga como pesquisadora envolve uma série de negociações e problematizações sobre o “eu” e o “outro”. Esta reflexão, tão cara aos estudos antropológicos, atravessa intensamente minha trajetória acadêmica e dá forma a essa dissertação. Meu desafio, hoje, é abandonar a postura de “sujeito triunfante” que frequentemente reveste o fazer acadêmico e exercer o que o filósofo francês Pierre Bourdieu (2003) define como uma “escuta ativa e metódica” para efetivar o movimento no qual o campo demanda a teoria e não o contrário. Considero fundamental admitir as limitações de quaisquer procedimentos e estratégias que visam a reduzir a distância social/hierárquica entre o pesquisador e os interlocutores de acordo com seus respectivos campos, porém é imprescindível buscar incessantemente o diálogo honesto e atento com os moradores do Poço da Draga sobre a pesquisa que inicio na região, reconhecendo minha implicação no processo. Defendo, enfim, uma pesquisa afetiva, implicada e, sobretudo, crítica e rigorosa.

Para construir uma pesquisa que dê conta da possibilidade de fluxos e implicações, utilizamos a cartografia como inspiração metodológica. A origem etimológica da palavra “metodologia” remonta aos termos gregos *metà* (“para além de”), *odòs* (“caminho”) e *logos* (“estudo”). Em seu aspecto tradicional, a metodologia científica é o conjunto de métodos e abordagens que traçam o caminho da pesquisa a partir de metas previamente acordadas. Em outras palavras, pode-se dizer que a metodologia é a forma de conduzir a pesquisa. Para a presente investigação proposta, no entanto, interessa-me uma reversão metodológica: transformar o *metà-odòs* em *odòs-metà* e, como o andarilho do poeta espanhol Antonio Machado, “fazer o caminho ao andar”⁸.

Busco referenciar o conceito de cartografia por meio da introdução do primeiro volume da obra *Mil Platôs*, de 1980. Clássico dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, o livro apresenta o método cartográfico como rizomático, em uma “metáfora botânica” que traça a cartografia como um mapa aberto, conectável,

⁸ Referência aos versos “Proverbios y cantares XXIX”, em *Campos de Castilla* (1912), do poeta espanhol Antonio Machado (1875-1939): “*Caminante, son tus huellas/ el camino y nada más;/ Caminante, no hay camino./ se hace camino al andar*”. Tradução nossa: “Caminhante, são tuas pegadas/ o caminho e nada mais;/ Caminhante, não há caminho,/ Se faz caminho ao andar”.

desmontável; como um método que dá conta das multiplicidades. No âmbito das ciências humanas e sociais, a cartografia se relaciona ao campo de forças e de relações.

Propõe-se que a relação entre o cartógrafo e o seu objeto de análise seja de agenciamento. Isso não significa um “relaxamento”, mas sim uma ausência de um “controle purificador”, por vezes atrelado ao rigor acadêmico, para possibilitar o encontro. Afirmam as pesquisadoras Virgínia Kastrup e Laura Barros que:

Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças. (...) O desafio é evitar que predomine a busca de informação para que então o cartógrafo possa abrir-se ao encontro. (KASTRUP; BARROS, 2009, p.57)

O sentido da cartografia, nesse aspecto, é acompanhar percursos e implicar nesses processos de produção. A pesquisadora Suely Rolnik, em sua obra *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, afirma que o desejo do cartógrafo é participar. O pesquisador “(...) Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua.” (ROLNIK, 2011, p.66).

O estudo do cartógrafo não é neutro e nem isento de interferências, pois as mais diversas forças estão presentes no encontro entre o investigador e seu objeto de análise; é nesse ínterim do “fazer com” que se dá a construção científica. Afirmar Denise Mairesse que a cartografia “desencadeia um processo de desterritorialização no campo da ciência, para inaugurar uma nova forma de produzir o conhecimento, um modo que envolve a criação, a arte, a implicação do autor, artista, pesquisador, cartógrafo” (MAIRESSE, 2003, p. 259).

A tarefa do cartógrafo, ao possibilitar passagem aos afetos e desejos, incide na formação do campo social — afinal, a produção dos territórios psicossociais se dá não apenas na ordem molar/composto, mas também na molecular/elementar. Assim, o posicionamento do pesquisador inspirado pelo ofício do cartógrafo é imediatamente político.

Por isso, a cartografia é a melhor forma para operar com as micropolíticas, entendidas não como políticas que atuam no nível micro do social, mas que

mobilizam outra lógica, a das intensidades provocadas pela vibração do corpo no nível molecular, ao contrário do campo molar das representações. (...) Não é, portanto, uma questão de grau ou de quantidade, mas de qualidade e de natureza distintas o que separa a macro da micropolítica. A macropolítica é da ordem do mapa, da representação do visível. Operando com unidades e totalizações, ela vai sistematizando o socius por meio de oposições binárias, isto ou aquilo, negro ou branco, jovem ou velho, etc. A micropolítica é da ordem das intensidades invisíveis, onde não vigoram escolhas entre polos excludentes, mas os agenciamentos em processos de subjetivações relacionados com o mundo. (BARBALHO, 2013, p.37, grifo do autor)

Os procedimentos metodológicos adotados pelo cartógrafo, segundo Rolnik, são “inventados” em função daquilo que pede o contexto em que se encontra (ROLNIK, 2011). Não há protocolos ou manuais. Em sua pesquisa sobre feitiçaria no Bocage, a etnógrafa tunisiana Jeanne Favret-Saada relata que utilizava o diário de campo como ferramenta de registro, mas às vezes aconteciam situações carregadas tamanha intensidade que era impossível fazer essas notas. “No começo, tomei muitas notas depois de chegar em casa, mas era muito mais para acalmar a angústia de ter-me pessoalmente engajado. Uma vez que aceitei ocupar o lugar que me tinha sido designado nas sessões, praticamente não tomei mais notas” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 158). Também tomei notas para compor o diário de campo, gravei entrevistas formais para apresentar as narrativas aqui expostas, mas fui tateando o caminho ao longo destes últimos dois anos de imersão no campo. Além dos dados produzidos por meio de observação, esta pesquisa é enxertada do que o cientista social norte-americano C.Wright Mills chama de “pensamentos marginais: várias ideias que podem ser subprodutos da vida cotidiana, fragmentos de conversas entreouvidas na rua, ou mesmo sonhos” (MILLS, 2009, p.23). Não dei conta de traduzir toda essa experiência em palavras e sequer me arrisco a afirmar que fiz uma cartografia no sentido amplo do termo, mas segui com afinco o conselho de Michel Serres e me contaminei de vivências. Mora aí, acredito eu, o a riqueza do fazer acadêmico.

Caiam fora. Guardem o método ou os métodos reconhecidos como seguros para caso de doença, miséria, cansaço; partam novamente em rodeio. Explore o espaço, mosca que voa, cervo acuado, viandante sempre expulso do caminho natural pelos cães de guarda que rosnam ao redor dos lugares confortáveis. Vejam seus próprios eletroencefalogramas que pulam em todos os sentidos e varrem a página. Divaguem como um pensamento. Façam o olho brilhar em todas as direções, improvise. Com a improvisação, a vista se surpreende. Considerem a inquietação uma ventura, a segurança uma pobreza. Deixem o equilíbrio, o vazio do trilhado, percorram as baías de onde voam as aves. Perfeita expressão popular: virem-se. Supõe um emaranhado confuso, alguma desordem e essa confiança vital no acontecimento descoberto de improviso que caracteriza os ingênuos, solitários, amorosos ou estetas, em plena saúde. (SERRES, 2001, p. 278)

No intuito de garantir a contribuição acadêmica e social da minha atual pesquisa, é importante compreender quais trabalhos sobre o tema têm sido produzidos nos últimos anos. Desenvolvo, portanto, um breve estado da arte com recortes específicos: coletei dados sobre as pesquisas relacionadas ao Poço da Draga na UFC, na graduação e na pós-graduação de três áreas — Ciências Sociais, Arquitetura e Comunicação.

Na UFC, o maior número de publicações sobre o Poço da Draga encontra-se na graduação das Ciências Sociais e na pós-graduação em Sociologia. Destaca-se o reconhecido trabalho da Profa. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim, que há mais de uma década desenvolve pesquisas na região junto aos seus orientandos por meio do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC). Nesse ínterim, incluo nesta catalogação os artigos publicados em revistas científicas e em congressos como produção do laboratório.

Enumero proeminentes pesquisas produzidas no Departamento de Ciências Sociais sobre o Poço da Draga e temas relacionados, sejam elas: livro *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*, de Linda Gondim, 2006; artigo *Favelas, regularização fundiária e requalificação urbana*, de Linda Gondim, 2007, publicado no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; artigo *Imagem da cidade ou imaginário sócio espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da praia de Iracema*, de Linda Gondim, 2001, publicado na Revista de Ciências Sociais; artigo *O Dragão do Lazer e da Cultura Invade a Praia de Iracema*, de Linda Gondim, 1998, apresentado no V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo da PUCCAMP; relatório Circunstanciado de Atividades e Plano de Trabalho para continuação da pesquisa *Desenho Urbano e Imaginário Sócio-Espacial da Cidade: a produção de imagens da 'moderna' Fortaleza no Centro Dragão do Mar*, de Linda Gondim, 1999; tese *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia" usos, apropriações e representações de um espaço urbano*, de Roseleane Gomes Bezerra, 2008; dissertação *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades*, de Heloísa Maria Alves de Oliveira, 2006; dissertação *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema*, de Solange Maria de Oliveira Schramm, 2001; monografia *O Poço da Draga: O projeto de relocação e a construção do Centro Multifuncional de eventos e feiras do Ceará*, de Heloísa Maria

Alves de Oliveira, 2003; artigo *A Integração Econômica e Social de uma Favela: estudo sobre o “Poço da Draga”*, de Luciano Gaspar, 1971, publicado na Revista de Ciências Sociais; artigo *Fronteiras do passado e do presente: territorialidade e memória no Poço da Draga*, de Marília Passos Apoliano Gomes, 2015; entre outros.

No Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, destaco os seguintes trabalhos de conclusão de curso: *Poço da Draga: uma proposta de urbanização, habitação e eficiência energética*, de Nayana Helena Barbosa de Castro, 2013; e *Trópicos utópicos: uma poética de resistência nos espaços residuais*, das alunas Luna Lyra e Camila Matos, 2014. Já no campo comunicacional, por fim, um dos mais renomados trabalhos sobre o Poço da Draga é a dissertação *Poço da Draga: a favela e a biblioteca*, de Tadeu Feitosa, 1996, produzida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na UFC, por sua vez, destaco a dissertação de Leonardo Vasconcelos de Araújo intitulada *Comunicação para mobilização: Quem Dera Ser um Peixe, internet e ativismo político*, 2016; e minha monografia *Resistir como quem deseja: a construção do coletivo Quem Dera Ser um Peixe como subjetivação política*, 2015.

Outros trabalhos importantes são a dissertação do arquiteto André Araújo Alvim produzida na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2015, *Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza*; a dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, *A educação político-estética da periferia de Fortaleza: reflexões sobre a cultura do olhar*, de Francisco José Chaves da Silva, 2007 e a dissertação *O Poço da Draga e a construção do Acquario Ceará*, de Edson Alencar Collares de Bessa, produzida no Mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília em 2015.

Acredito que a presente dissertação contribui para a construção do campo, a partir de um olhar diverso dos demais trabalhos, ao utilizar como referencial teórico autores das teorias pós-coloniais.

Ainda é importante elucidar que, por vezes, as pessoas de fala se confundem ao longo da escrita: ora utilizo “eu” para narrar experiências *in loco*, ora utilizo o “nós” ontológico para demonstrar que não fiz essa pesquisa sozinha — além da orientação acadêmica, caminhei acompanhada por pesquisadores, moradores do Poço da Draga, interlocutores diversos, quem esteve aqui antes de mim e certamente também pelos ensejos de quem estará. Os tempos verbais também se misturam entre passado e presente. Tal composição é um reflexo das entrevistas com os moradores da comunidade, que falam sobre as histórias da região como uma memória cheia de possibilidades vindouras. Na

obra *Memória e Vida*, o filósofo francês Henri Bergson afirma que, assim como o passado cresce incessantemente, ele também se conserva automática e indefinidamente; é por isso que aquilo que sentimos e pensamos desde a mais tenra idade está debruçado sobre o presente. “Pensamos apenas com uma pequena parte de nosso passado, mas é com nosso passado inteiro, inclusive com nossa curvatura de alma original, que desejamos, que queremos, agimos” (BERGSON, 2006, p.48), completa o autor. O presente, para Bergson, é o que se faz. As narrativas aqui apresentadas habitam esse limiar. Assim, não me preocupei em padronizar nada: como o colecionador de Benjamin encontrando sua própria coleção, esta dissertação de Mestrado é um rascunho cru de uma atividade incessante.

A presente pesquisa está dividida em três momentos: no CAPÍTULO 1, apresentamos o Poço da Draga como esse lugar de disputa a partir da perspectiva do território, pensando a cidade como espaço de exploração do capital. Já no CAPÍTULO 2, abordamos as primeiras ameaças de remoção e as consequentes iniciativas dos moradores da comunidade para garantir permanência na faixa litorânea — com ênfase no trabalho da ONG Velaumar —, costurando um debate acerca da construção de narrativas nas margens do sistema-mundo sob um ponto de vista pós-colonial. O CAPÍTULO 3, por fim, versa sobre uma mudança de paradigma como elaboração de saberes proposta pelo Movimento ProPoço na comunidade. Interessa-nos a reafirmação de uma outra lógica de pensar a vida na cidade.

CAPÍTULO 1

Quando o viajante veneziano Marco Polo descreve a cidade de Zoé ao imperador mongol Kublai Khan, que conhece seu império por meio das narrativas do explorador, afirma que “cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares” (CALVINO, 1990, p.34). No romance do escritor italiano Italo Calvino⁹, a personagem visita memórias, desejos, símbolos e pergunta-se: “Mas então qual é o motivo da cidade? Qual é a linha que separa a parte de dentro da de fora, o estampido das rodas do uivo dos lobos?” (id.)

A origem etimológica da palavra cidade remonta ao latim *civitas*, condição ou direito de cidadão. Tal qual um ímã magnético, a cidade como organização da vida social surgiu com o processo de sedentarização do homem, atraindo e reunindo indivíduos em um fluxo coletivo politicamente regulado. Das antigas fortificações muradas a exemplo de Jerusalém às megalópoles caóticas como Tóquio, uma propriedade comum às cidades é a defesa do território. “Centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos — não estariam essas características ainda presentes nas metrópoles contemporâneas?” (ROLNIK, 2004, p.8), pondera a arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik na obra *O que é cidade*. Para a autora, a origem da cidade se confunde com a origem do binômio diferenciação social/ centralização do poder.

As cidades capitalistas, por sua vez, começaram a se formar na Europa Ocidental ao final da Idade Média. Basta resgatar historicamente o desenvolvimento deste modelo de cidade para compreender as disputas inerentes a ele e quais os grupos que as exercem, intensificando o movimento de urbanização de periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas (ROLNIK, 2004). Segundo o geógrafo britânico David Harvey (2012),

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da

⁹ *Le città invisibili*, Italo Calvino, 1972.

mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. (HARVEY, 2012, p.74)

Entre as décadas de 1940 e 1980, a população brasileira passou de predominante rural a majoritariamente urbana, um reflexo da célere e heterogênea urbanização mundial que cresceu de menos de 10% até quase 50% nos últimos cem anos (HARVEY, 2013). Arquiteto da cidade, o capitalismo produz e reproduz padrões de urbes fragmentadas, divididas, conflituosas — e essas desigualdades estão gravadas nas formas estruturais de nossas cidades. O espaço urbano, em cada uma de suas rugosidades, encarrega-se de contar sua história.

No movimento incessante de gente, máquinas, encontros, violência e disputas, as grandes cidades capitalistas se forjaram no interior do neoliberalismo, expondo as singularidades das relações não somente entre norte/sul, mas também entre sul/sul globais. Para a arquiteta brasileira Ermínia Maricato, a exclusão urbanística da América Latina se originou na importação dos padrões do outrora dito Primeiro Mundo, aplicados apenas à cidade legal/formal, tão diversa e tão codependente da cidade ilegal/informal (MARICATO, 2013). As cidades e seus territórios diferenciados, nesse ínterim, reproduzem modelos de colonialidade.

Nas palavras do pesquisador italiano Marcello Balbo, a cidade

[...] está rachando em diversas partes separadas, com a aparente formação de “microestados”. Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e a patrulhamento particular 24 horas por dia, que se emaranham em ocupações ilegais, onde a água encontra-se disponível somente em fontes públicas, onde nenhum sistema sanitário existe, onde a eletricidade é privilégio de poucos, onde as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento de casa é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se firmemente àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência. (BALBO, 2003, p.379)

Desigualdade socioeconômica, poluição, adensamento populacional, risco de desmoroamento e falta de acesso aos serviços básicos como transporte coletivo, saúde, segurança, saneamento e educação. As violações de direitos cada vez mais sistemáticas que atingem uma ampla parcela habitacional das grandes cidades são muitas, não é difícil listá-las. No Brasil, o modelo desenvolvimentista adotado infringe severamente o território e o planejamento urbano mediante práticas cada vez mais corriqueiras, dentre elas o empresariamento da gestão pública — utilizando indevidamente, por vezes, as

famosas parcerias público-privadas (PPPs) e também as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs)¹⁰ — e a marginalização do direito à moradia.

Neste capítulo, abordamos a informalidade do acesso ao uso e à produção do solo na cidade, dialogando diretamente com a historiografia da comunidade cearense Poço da Draga. Detemo-nos, portanto, aos fenômenos que alguns urbanistas intitulam “nós da terra”: as teias de influência e poderes na produção da cidade.

1.1) Fortaleza: tramas e desenlaces

Fortaleza configura-se, atualmente, como a quinta maior cidade do Brasil: situada em uma área de 314, 930 km², a capital cearense abriga cerca de 2.600.000 habitantes distribuídos em 119 bairros, agrupados em cinco distritos diversos¹¹. A metrópole é a cidade mais densa do país, com uma densidade demográfica de 8.390,76 hab/km², e sofre intensos processos de crescimento desordenado e de financeirização da moradia e do solo urbano.

Os impactantes números sobre a cidade não param por aí: de acordo com dados do relatório *State of the World Cities*¹², publicado pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para assentamentos humanos em 2013, Fortaleza é a quinta cidade mais desigual do mundo. Basta observar os contrastes de infraestrutura, renda e população entre os diferentes bairros para compreender esse município dividido — segundo os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seis dos dez bairros com menor renda média por habitante estão localizados na Secretaria Regional VI,

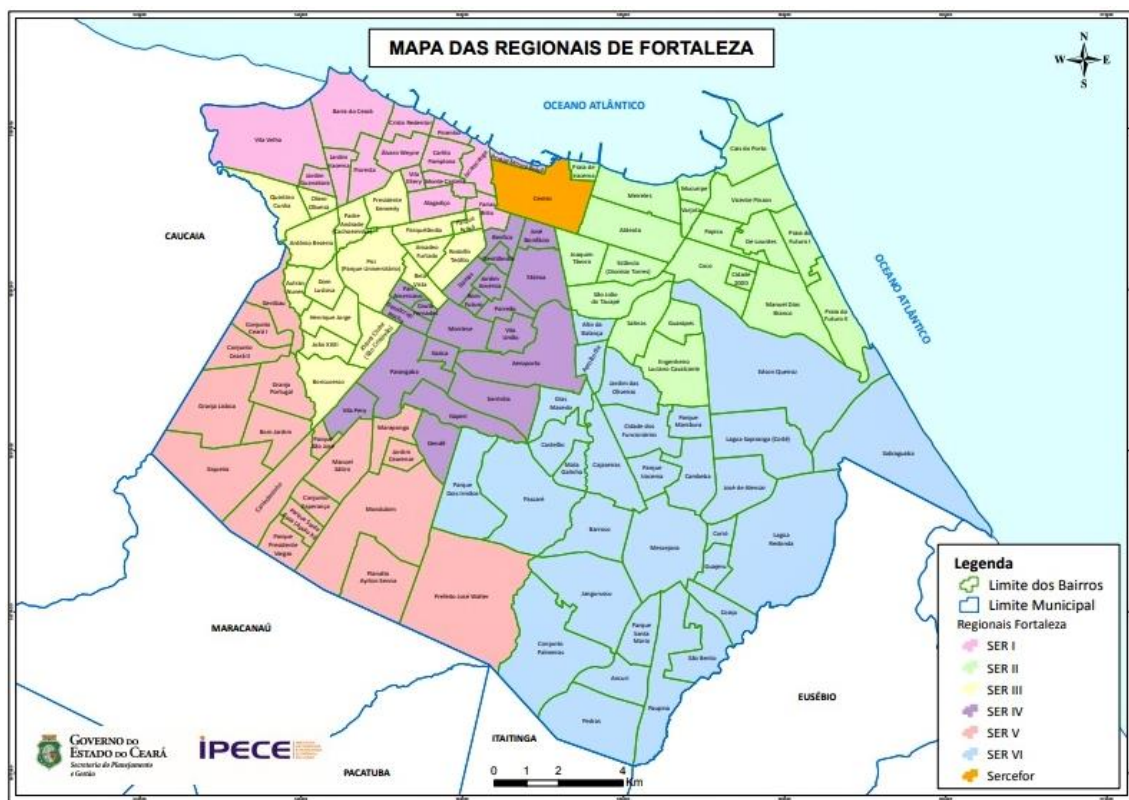
¹⁰ As Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) são instrumentos de política urbana previstos no Estatuto das Cidades e definidos no documento como "o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental" (Lei nº 10.257/2001, art. 32). No entanto, essas parcerias público-privadas (PPPs) em Fortaleza, assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, têm beneficiado prioritariamente o setor imobiliário: em geral, o poder público tem acatado tais solicitações de obras de forma pouco criteriosa e sem participação dos moradores do entorno da área afetada.

¹¹ Informação contida no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>>. Acesso em 11 jan 2018.

¹² O relatório *State of the World Cities* é publicado pela instituição *United Nations Human Settlements Programme*. Disponível (em Inglês) em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2017.

enquanto nove dos dez bairros mais ricos ficam no entorno da Regional II. Nesse cenário discrepante, tão somente 7% dos moradores detêm 26% da renda total da capital¹³.

Figura 2 - Mapa das Regionais de Fortaleza



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2007.

Como um grande quebra-cabeças, Fortaleza é repleta de proximidades, territórios sobrepostos e fronteiras fluidas — a metrópole é, por excelência, o lugar do conflito. “É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial” (ROLNIK, 2004, p.41)., elucidada Rolnik. “[...] É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (id.).

Articular o espaço urbano com a economia, a política e a ideologia locais é fundamental na análise desse processo segregatório, mas é inegável que a divisão desigual de tais espaços e da produção das riquezas nas cidades tem como cerne a histórica questão fundiária herdada ainda das práticas coloniais. “A apropriação da terra depende da

¹³ Informação publicada pelo Jornal O Povo em 20/01/2013. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/01/19/noticiasjornalpolitica,2991525/o-preocupante-quadro-da-desigualdade-social-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 8 jan 2018.

organização do trabalho, assim como diferentes tipos de trabalho requerem diferentes tipos de uso da terra” (HOLSTON, 2013, p.161), aponta o antropólogo estadunidense James Holston ao resgatar a noção lefebvriana de que o espaço social não é dado por natureza, mas sim produto do trabalho humano. Para o pesquisador, embora a abundância de terra no país seja uma característica geográfica, sua disponibilidade e organização enquanto propriedade são artefatos de um empreendimento econômico. Do sistema sesmarial aos programas habitacionais contemporâneos, é importante destacar, as decisões sobre o uso do solo são usufruto das elites — nesse sentido, defendemos que a segregação é um fenômeno de classe.

[...] A segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade. No caso das metrópoles brasileiras, a segregação urbana tem uma outra característica, condizente com nossa desigualdade: o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o seguinte enunciado: *nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias*. Da mesma forma, a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade. Essa explicitação se dá desvendando-se os vínculos específicos que articulam o espaço urbano segregado com a economia, a política e a ideologia, por meio das quais opera a dominação por meio dele. (VILLAÇA, 2011, p.37, grifo do autor)

A inserção de Fortaleza no expoente socioeconômico nacional nos ajuda a interpretar a crescente segregação em curso na cidade. A partir da década de 1970, a capital cearense teve sua urbanização intensificada pela industrialização, parte do projeto político de integração e modernização do nordeste, e pelo crescimento populacional advindo do fluxo migratório do interior (RUFINO, 2012) Já nos 1990, consolidou-se uma aliança entre a atividade turística e o setor imobiliário na cidade, fator determinante no enobrecimento/empobrecimento de diversas áreas.

Como as demais metrópoles brasileiras, Fortaleza vivenciou fases do seu desenvolvimento urbano: a primeira e a segunda, até a década de 1990, refletem o que estudos urbanísticos classificam como segregação centro-periferia; na qual classes sociais mais ricas se concentraram nas áreas centrais dotadas de infraestrutura e classes menos abastadas ficaram relegadas às periferias distantes, moldando a cidade em círculos concêntricos. Tal contexto socioeconômico é caracterizado não pela ausência do Estado, mas sim pela presença estatal marcadamente neoliberal na era do capitalismo financeiro.

“A periferia evoca uma complexa noção de desigualdade entre os moradores da cidade. Para os habitantes das periferias, denota o desenvolvimento de bairros residenciais distantes do moderno centro da cidade, onde eles vivem longe dos locais de trabalho” (HOLSTON, 2013, p.208), teoriza Holston. Simultaneamente, eclodiram assentamentos, ocupações e áreas de favela nesses centros — o próprio Poço da Draga na Praia de Iracema, por exemplo. Organismo vivo e ativo, a cidade cresce extrapolando qualquer assepsia e esterilidade.

A terceira fase, portanto, é notoriamente fragmentada: grupos sociais diversos compartilham os mesmos territórios, mas estão separados pelas tecnologias dos enclaves fortificados que evitam trocas entre eles (ALMEIDA, 2014, p.70/71). “[...] A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142), define o arquiteto e urbanista brasileiro Flavio Villaça. Nesse ínterim, a segregação se manifesta também na ampla presença de condomínios fechados, controles eletrônicos e muros altos que separam Meireles do Campo do América em Fortaleza, Gávea da Rocinha no Rio de Janeiro, Morumbi de Paraisópolis em São Paulo e Gangnam de Guryong em Seul.

Nas grandes cidades, identificar os territórios diferenciados é tarefa fácil. Ora, quem nunca ouviu a “piada” do “eu moro/fulano mora no vixe!”? A interjeição é clara: a segregação socioeconômica se manifesta não somente a nível espacial, mas também na narrativa popular. Basta lembrar, por exemplo, que uma das canções carnavalescas mais conhecidas do Ceará, de autoria do cantor e compositor Raimundo Fagner, enuncia que “Quem é rico mora na praia/ Mas quem trabalha nem tem onde morar.”¹⁴

A formação das periferias como o “lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (HOLSTON, 2013, p.197) especialmente a partir da década de 1930, é evidente na dicotomia entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁵ nas áreas centrais e nas regiões periféricas de Fortaleza. Não por acaso, as localidades denominadas como “centralidade principal” (PEQUENO, 2009) são alvo dos maiores investimentos públicos e privados em infraestrutura, como pleno acesso aos serviços de

¹⁴ Pedras que Cantam, faixa 9 do álbum de estúdio homônimo do cearense Raimundo Fagner lançado em 1991.

¹⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado por meio de três dimensões: renda, educação e longevidade, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor). Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região analisado.

implantação e manutenção da rede de esgotos, coleta de lixo diária ou três vezes por semana e usufruição de praças, parques e demais equipamentos socioculturais.

Figura 3 - Tabela do IDH dos bairros de Fortaleza em 2010

Tabela 1: Os 10 melhores bairros de Fortaleza quanto ao IDH no ano de 2010.		Tabela 2: Os 10 piores bairros de Fortaleza quanto ao IDH no ano de 2010.	
Bairro	IDH	Bairro	IDH
1º Meireles	0,953	1º Conjunto Palmeiras	0,119
2º Aldeota	0,867	2º Parque Presidente Vargas	0,135
3º Estância (Dionísio Torres)	0,860	3º Canindezinho	0,136
4º Mucuripe	0,793	4º Genibaú	0,139
5º Guararapes	0,768	5º Siqueira	0,149
6º Cocó	0,762	6º Praia do Futuro II	0,168
7º Praia de Iracema	0,720	7º Planalto Ayrton Senna	0,168
8º Varjota	0,718	8º Granja Lisboa	0,170
9º Fátima	0,695	9º Jangurussu	0,172
10º Joaquim Távora	0,663	10º Aeroporto (Base Aérea)	0,177

Elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

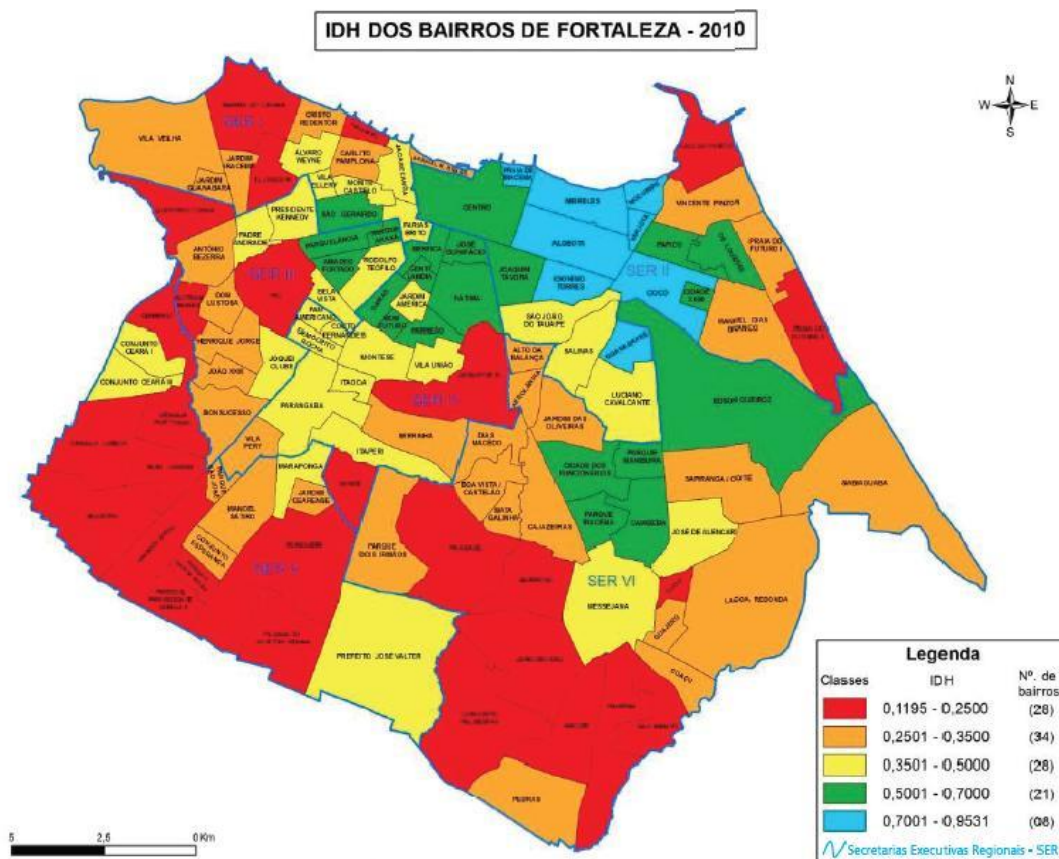
Elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 2014.

No estudo *Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza*, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)¹⁶ de acordo com a metodologia adotada pela ONU, observamos que os bairros com maior IDH (IBGE 2010) são Meireles (0,953), Aldeota (0,867), Dionísio Torres (0,860), Mucuripe (0,793), Guararapes (0,768), Cocó (0,762), Praia de Iracema (0,720), Varjota (0,718), Fátima (0,695) e Joaquim Távora (0,663). Com exceção do Bairro de Fátima, que pertence à Secretaria Regional IV, os demais se concentram na Secretaria Regional II.

¹⁶ Pesquisa realizada pela realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em 2014, sob coordenação do então titular da SDE Robinson de Castro, na gestão do prefeito Roberto Cláudio (PDT). Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em: 8 jan 2018

Figura 4 - Mapa do IDH dos bairros de Fortaleza em 2010



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), 2014.

A estruturação urbana de Fortaleza se originou no século XIX, impelida por dois fatores preponderantes: a instalação do antigo porto na Praia de Iracema para o escoamento da produção de algodão realizada no interior do estado e a criação da linha férrea Fortaleza-Baturité¹⁷. A influência do binômio porto-ferrovia, aliás, marcou o crescimento de outras diversas cidades litorâneas no país, como Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. “A metrópole litorânea expandiu-se em função do ponto escolhido para o porto, a partir do qual começa a se desenvolver a aglomeração e seu centro. [...] A ferrovia, ao ser implantada, veio a formar com os portos um binômio altamente articulado” (VILLAÇA, 2011, p.131), aponta Villaça.

Iniciada no Centro, a ocupação territorial da capital cearense se expandiu primeiramente nas direções oeste, sul e sudoeste, já que o Riacho Pajeú constituía uma barreira natural para a expansão da cidade a leste até o início do século XX. No entanto, a efetivação do binômio porto-ferrovia direcionou a indústria e a população de baixa

¹⁷ A Estrada de ferro de Baturité foi a primeira ferrovia do Ceará, com início de operação em 1873. Foi somada à Estrada de Ferro de Sobral em 1910, criando a Rede de Viação Cearense (RVC).

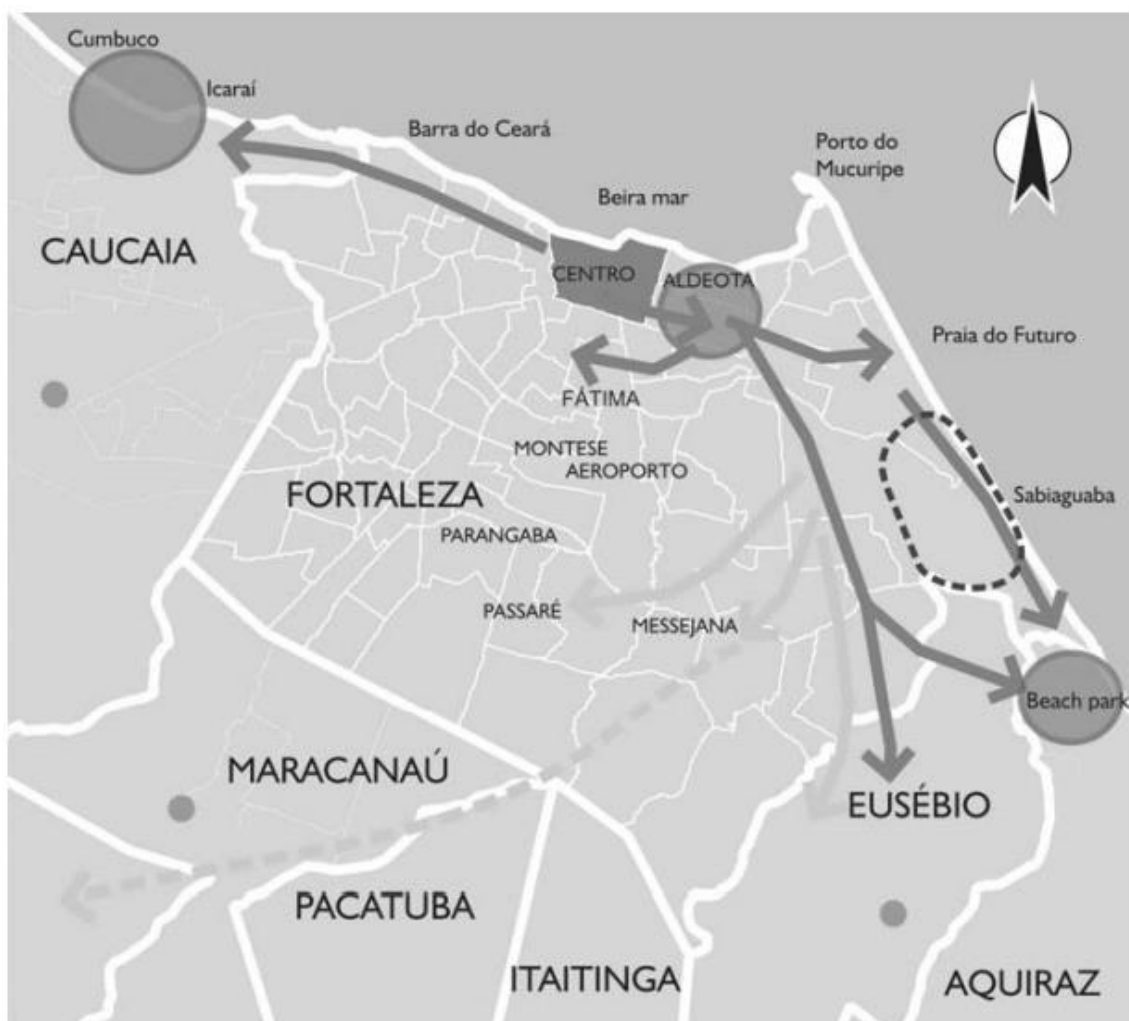
renda para oeste, estimulando assim o deslocamento da população de alta renda para sul e, posteriormente, para leste (RUFINO, 2012). Conforme apontamos anteriormente, uma evidente consequência dessa distribuição geográfica é a concentração de riqueza e infraestrutura no Centro e em seus bairros limítrofes — destacadamente Aldeota, Meireles e Praia de Iracema.

Segundo a arquiteta e urbanista Beatriz Rufino,

É sobre essa metrópole desigual, que se presenciará um forte incremento da produção imobiliária, manifestado pelo aumento do número de empreendimentos imobiliários, por sua forte diversificação e pela apropriação de novas áreas. O avanço dessa dinâmica, além de contribuir na mudança da paisagem de várias áreas da metrópole, tem grande impacto na ampliação da valorização imobiliária. Durante a última década, constatamos que o preço médio do m² dos imóveis lançados no mercado foi triplicado e, entre 2006 e 2010, o volume financeiro das vendas dos imóveis novos foi ampliado em quase cinco vezes. Essa valorização da produção imobiliária, ao interferir fortemente na elevação do preço dos terrenos e do estoque dos imóveis construídos da metrópole, passa a influenciar toda a organização socioespacial da metrópole. (RUFINO, 2012, p.23)

As ações do mercado imobiliário, por sua vez, também sofrem transformações em sua oferta de acordo com as áreas ocupadas pelas elites atendidas por redes de serviços urbanos. “Num ritmo intenso e concentrado, observa-se a substituição das residências de médio e grande porte por condomínios verticais, desde meados dos anos 1980, nas áreas próximas ao litoral leste de Fortaleza” (PEQUENO e MOLINA, 2009, p.104), apontam os pesquisadores Renato Pequeno e Arthur Molina. Observamos também a expansão da cidade na direção sudeste, onde novos bairros foram criados e estabeleceram padrões de segregação na Região Metropolitana de Fortaleza.

Figura 5 - Concentrações e fluxos do setor imobiliário formal



Fonte: PEQUENO, 2006.

A urbanização é um processo contínuo, por isso a configuração da cidade está sempre em transformação. Localizada em uma região de clima quente, do tipo tropical-úmido, Fortaleza é marcada pela dinâmica turística — e a espacialização das atividades turísticas e de suas formas também reestruturaram o espaço metropolitano. Conforme dados do Ministério do Turismo divulgados em 2017, a capital é o sexto destino de verão mais procurado do Brasil entre um ranking de dez cidades¹⁸. Além das características geográficas favoráveis e da proximidade com os mercados norte-americano e europeu, foram impulsionadas políticas públicas estaduais e municipais focadas no investimento

¹⁸ Informação publicada pelo Jornal O Povo em 16/12/2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/12/fortaleza-e-o-6-destino-mais-procurado-do-pais.html>>. Acesso em: 8 jan 2018.

turístico como atividade econômica geradora de renda nas últimas décadas. Na análise da arquiteta e urbanista Vera Mamede Accioly,

O projeto moderno de sociedade implementado era representado pelos seguintes planos: na administração de Tasso Jereissati (1987-1990), o Plano das Mudanças/Programas de Ação Regional-PAR, no governo do Ciro Gomes (1991-1994), 1º Plano Plurianual, nas duas gestões Tasso Jereissati, Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995-1998) e (1999-2002). No interregno 1986 e 2002, apesar das alternâncias de governantes, houve continuidade nas diretrizes políticas estaduais, que visavam a modernização do aparato do Estado e criar as condições urbanas para inserção do Ceará no movimento de mundialização do capital. As diretrizes exigiam a implantação de uma cultura urbanística consentânea com a racionalidade empresarial e a imagem de um governo moderno, portanto, uma cidade competitiva, atrativa à agenda dos investimentos industriais e da atividade turística. (ACCIOLY, 2009, p.5/6)

A presença do Estado na cidade contemporânea é tão comum quanto o asfalto, mas a consolidada aliança entre poder público e setor privado reorganiza a função social governamental: são os interesses do mercado que pautam, progressivamente, políticas nas áreas de habitação, planejamento urbano e turismo. Nessa lógica de arquitetura do isolamento, o espaço público deixa de ser a rua e dá lugar às megaobras — é o território do marketing, da cidade como mercadoria. Não é à toa, a título de comparação, que Fortaleza disputa com Balneário Camboriú a designação de “Dubai brasileira”.

A arquitetura, aliás, é mais uma testemunha da complexa relação entre os poderes público e privado. A formação arquitetônica cearense se iniciou ainda no século XVIII, quando o estado se tornou administrativamente independente de Pernambuco e começou a projetar vilas, matrizes e sobrados. A criação do gado, responsável pelo primeiro ciclo econômico regional, estruturou cidades do interior como Sobral e Icó. Um traço comum entre as primeiras construções civis e religiosas e a arquitetura moderna cearense, vigente até a década de 80, foi o diálogo com as características naturais locais como ventos, luz, temperatura e sombras. Com o advento da cidade-empreendimento de última geração, fruto das práticas neoliberais, cobogós, esquadrias de madeira, pergolados e tijolos cederam lugar aos prédios altíssimos, de superfícies lisas, planas, espelhadas e brilhantes. Todas as grandes cidades capitalistas, atualmente, são arquitetonicamente parecidas com Dubai.

Destacamos, em tempo, que o presente trabalho não objetiva rejeitar o advento da globalização ou mesmos as consequências do projeto econômico capitalista: nosso intuito é observar criticamente os impactos sociopolíticos dessa mercantilização do

território. Enquanto o envidraçado *skyline* da Avenida Beira-Mar se qualifica como cartão-postal da cidade, Fortaleza mantém-se como a quinta cidade brasileira a concentrar o maior número de domicílios em aglomerados considerados subnormais¹⁹ — ou seja, um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em geral de serviços públicos como água encanada e energia elétrica, ocupando ou tendo ocupado terrenos de propriedade alheia e dispostas desordenadamente. Em toda a cidade, mais de 100 mil casas, barracos e palafitas se encontram nessas circunstâncias. Atualmente, há mais de 840 assentamentos precários reconhecidos pela Prefeitura só na capital.

Tal informalidade do acesso ao uso e à produção do solo é um dos mais notórios aspectos da crescente crise urbana enfrentada no país todo. A classificação dos territórios conforme parâmetros estabelecidos pela legislação urbanística e ambiental é uma questão complexa e repleta de paradoxos, já que a norma define espaços dentro e fora da lei. Visto que a legalidade é historicamente atrelada às elites ricas, a organização da chamada cidade legal gera uma série de exclusões. Vale lembrar, contudo, que não é a falta de planejamento que gera tantas disparidades: o aparato regulatório é composto por leis de zoneamento e de parcelamento do solo, assim como por códigos de edificações. Para Maricato, “a ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos” (MARICATO, 2012, p.147). Em determinadas instâncias, a ocupação ilegal das terras urbanas não é apenas permitida, mas também constituinte do nosso modelo desenvolvimentista.

Acerca da questão de planejamento urbano, o economista e sociólogo Carlos Vainer pontua que:

Em primeiro lugar, há que registrar que empresários e associações patronais ocupam sem mediações a cena pública. A notória ausência dos partidos políticos reforça um movimento geral de despolitização da questão urbana. É a democracia direta... da burguesia. É a relação direta e aberta entre poder público e empresários, organizando conjuntamente um plano. Em nome da participação, da cidadania, da parceria entre público e privado. [...] Ao lado de tudo isso, uma espécie de naturalização da desigualdade. "Desiguais, porém unidos em torno de objetivos comuns", este poderia ser o slogan desta nova urbanidade em processo de afirmação. Estamos unidos porque somos todos, igualmente, apesar de nossas diferenças, vítimas da crise da cidade, mas também porque somos todos, solidariamente, responsáveis por esta crise. (VAINER, 2012, p.116/7)

¹⁹ Segundo o IBGE, aglomerado subnormal é o equivalente a assentamentos irregulares, mais conhecidos como favelas, invasões, baixadas, comunidades, vilas, entre outros termos. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em 07 jul 2017.

Debater teoricamente a constituição e a aplicabilidade das leis urbanísticas está além do escopo desta pesquisa — há excelentes contribuições para o estado da arte a partir de um olhar sobre o Poço da Draga, como o trabalho do arquiteto e urbanista André Araújo Almeida. Mas são esses profundos e históricos nós da terra que constituem as disputas narrativa que cá nos interessam. Retomo à fala em primeira pessoa para pontuar que defendo uma análise interseccional das opressões, pois “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra — é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p.351). Não é possível pensar cidade (e muito menos o Poço da Draga no contexto de Fortaleza) sem fazer um recorte de classe, gênero e raça.

O Poço da Draga é um retrato cru dessa Fortaleza desigual. A escala de análise demarcada nesta pesquisa, portanto, corresponde à área segregada geograficamente inserida na região com os melhores índices de desenvolvimento urbano. Para identificar tais microterritórios, recorreremos ao Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-For) de 2010/2011, o qual apresenta dois estudos: o Diagnóstico Habitacional e o Plano de Ação. O documento, elaborado pela Habitafor, apresenta o número de favelas, de áreas de assentamento precário e de áreas de moradias construídas em mutirão na capital, classificando o Poço da Draga como assentamento 136, “favela parcialmente em área de risco”.

Mas, enquanto pesquisadores e habitantes da cidade, cabem-nos questionamentos: como a formação de tais territórios diferenciados impacta na dinâmica urbana? Como a segregação vai além dos aspectos físicos e se assenta também na imagem, no discurso? Como essa lógica esfacela a vida pública? E, principalmente, como construir, conhecer e reconhecer outras realidades possíveis?

“A vida na cidade está insuportável e é impressionante como a política urbana é invisível no Brasil. A mobilidade e o uso e ocupação do solo são dois eixos fundamentais. [...] Sem dúvida nenhuma, eu diria que as três forças que comandam hoje o crescimento das cidades são a indústria automobilística, que contraria o interesse do transporte coletivo; o capital imobiliário e o capital de construção. E tudo em consonância com o financiamento das campanhas eleitorais.” (MARICATO, 2014)²⁰

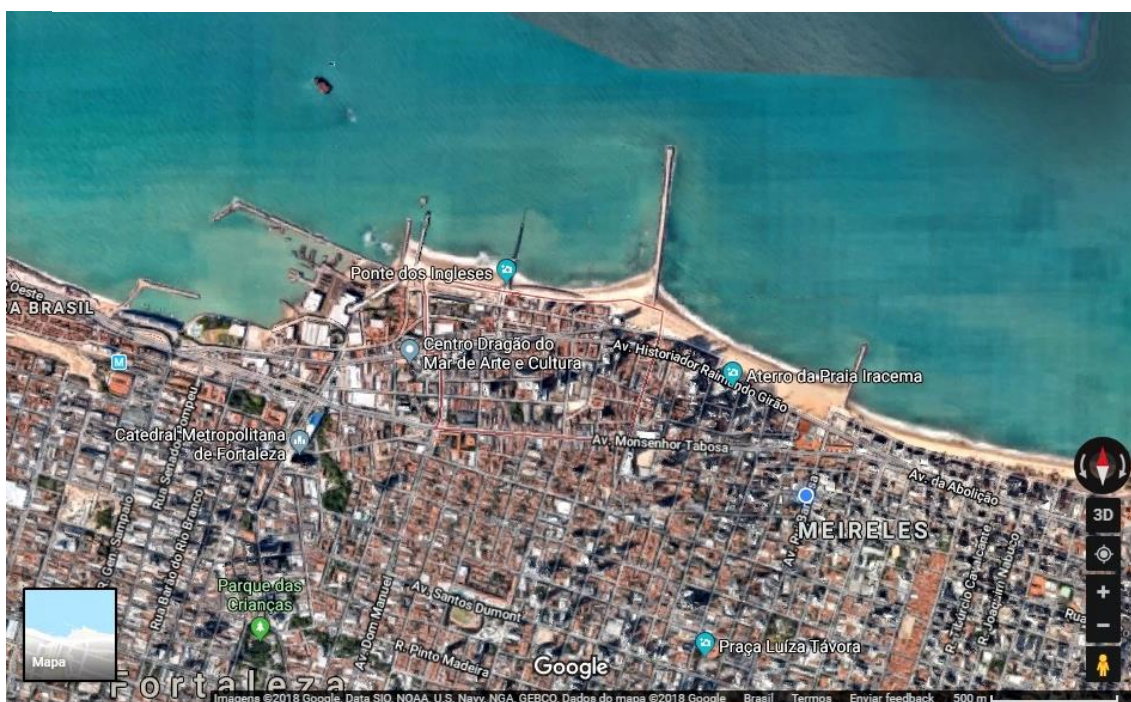
²⁰ Entrevista publicada em 19 de junho de 2014. *Nossas cidades são um grande negócio na mão de poucos*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/28470/>>. Acesso: 8 jul 2017.

1.2) Praia de Iracema: da Praia do Peixe ao berço da boêmia

Tradicional bairro da Secretaria Executiva Regional II, a Praia de Iracema eternizou em suas ruas a história de Fortaleza: foi por meio dessa região que a capital cearense surgiu no mapa comercial brasileiro. O crescimento econômico da cidade se iniciou em meados do século XIX, com o início da exportação algodoeira a partir da Ponte Metálica, à época Porto de Fortaleza, localizada no final da Av. Tamandaré. O escoamento da produção foi realizado na antiga Praia de Peixe até 1953, quando o cais do porto foi transferido definitivamente para a enseada do Mucuripe.

Um dos menores bairros da cidade, a Praia de Iracema está situada entre as ruas João Cordeiro, Monsenhor Tabosa, Almirante Jaceguai, Almirante Tamandaré e Avenida Beira- Mar (BEZERRA, 2008, p.28).

Figura 6 - Mapa aéreo da Praia de Iracema e regiões limítrofes



Fonte: Google Maps, 2018.

A “praia dos amores que o mar carregou”, cantada por Luiz Assunção em 1954²¹, é palco das mais diversas transições geográficas e imagéticas. De local abandonado e visto como “perigoso” a bairro boêmio frequentado por artistas e intelectuais, a Praia de Iracema frequentemente atraiu a atenção do poder público e do setor turístico. Em uma breve retomada histórica, destacamos que:

As políticas de requalificação urbana em Fortaleza tiveram lugar no bairro Praia de Iracema. Foi notável, no início dos anos 1990, uma disputa administrativa entre os governos estadual e municipal com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para este bairro, que se tornara a “vitrine” de suas políticas administrativas. O objetivo destes projetos de requalificação era transformar áreas “degradadas” em lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo. [...] O bairro Praia de Iracema passou a ser o cenário das políticas de requalificação em virtude das representações construídas ao longo de sua história. Os utilizadores deste bairro reforçaram, por meio dos seus discursos e práticas, a construção e reprodução de sua imagem como um bairro boêmio e bucólico. Contudo, após estas intervenções, na década de 1990, ocorreu forte especulação imobiliária, contribuindo para a expulsão e permuta de antigos moradores e frequentadores. Com o aumento dos aluguéis, os imóveis passaram a abrigar predominantemente estabelecimentos comerciais voltados ao lazer, como bares e restaurantes. Como consequência desse fenômeno, surgiram dissensões quanto às formas de ocupações e novas representações da Praia de Iracema. (BEZERRA, 2006, p.2)

“Requalificar”, de acordo com definição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa “tornar a qualificar; qualificar de novo”. Recorremos ao dicionário para propor uma breve reflexão sobre esse fenômeno urbano presente em grande parte das metrópoles mundiais. O processo de requalificação tem como objetivo intervir nos territórios que o poder público considera desgastados para torná-los áreas de lazer e convívio. No entanto, cabe-nos lembrar também que vários desses espaços são habitados e utilizados de maneiras diversas — no caso da Praia de Iracema, por vezes, o imaginário de requalificação direciona nosso olhar para a ocupação dessa localidade conforme determinadas gestões projetaram, não respeitando o uso histórico construído por vários grupos sociais. A esse modelo vertical de pensar cidade, cabe um questionamento: a quem serve uma requalificação, aos moradores ou aos setores turístico e imobiliário? Mantenhamos a ponderação em mente.

Conforme pontuou Bezerra (2006), essas disputas narrativas fortaleceram a construção de diversas representações sobre a Praia de Iracema na cidade. No início do

²¹ Luiz Assunção (1902- 1987), cantor e compositor maranhense. A canção referida intitula-se “Adeus, Praia de Iracema”.

século XX, a região ainda era uma aldeia de pescadores denominada Porto das Jangadas, Grauçá ou Praia do Peixe — sua alcunha mais conhecida. Com a ocupação da faixa litorânea pelas elites, a associação do território com os jangadeiros foi motivadora de mudança em sua denominação, movimento amplamente apoiado pela imprensa. Em 7 de maio de 1925, após sugestão do conselho de moradores do bairro por meio de concurso realizado à época, a localidade ganhou o epíteto de Praia de Iracema para homenagear a famosa personagem do romancista cearense José de Alencar (1829-1877). Assim, as ruas adquiriram nomes de etnias indígenas como Arariús, Pacajus, Tremembés, Guanacés, Groaíras, Potiguaras e Tabajaras.

A Rua dos Tabajaras, aliás, demarca simbólica e arquitetonicamente a ocupação do bairro Praia de Iracema pelas elites econômicas da capital cearense. A localidade abriga o Prédio Estoril, atual Secretaria de Turismo de Fortaleza; o terreno onde funcionava o antigo prédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e agora abriga os escombros do Acquario Ceará (ver capítulo 2); o espaço de lazer Largo dos Tremembés, a casa de show Lupus Bier, entre outros estabelecimentos comerciais. Ao norte, fronteira à Ponte Metálica, a Rua dos Tabajaras também é limítrofe ao Poço da Draga.

Figura 7 - Praia de Iracema em 1920



Fonte: Arquivo Nirez

No Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, instituído pela Lei Complementar N° 062 de 2009, o Poço da Draga foi situado no bairro Centro. Entretanto, o limite político-administrativo anterior inseria a comunidade na Praia de Iracema — até hoje, a ampla maioria dos moradores da região se identifica como pertencente ao bairro litorâneo. Segundo o arquiteto e urbanista Eduardo Rocha,

Um certo tipo de sensação de pele com o espaço da beira do mar de Fortaleza é facilmente perceptível quando o morador do Poço da Draga fala sobre o seu modo de viver a Praia de Iracema. Não só na fala como na matéria construída pela comunidade, o sal do mar está na superfície de seus ambientes, na ferrugem da geladeira, na estante úmida, na pele pegajosa, na maré alta que transborda a foz do Pajeú banhando quintais, no ar com o cheiro da maresia respirado dia após dia e na memória corporificada de um tempo de mais de 100 anos. Um vínculo forte de base sensorial desta população com a área central-litorânea da cidade de Fortaleza que significa modos de vida, formas de ser na cidade e de ocupá-la. [...] Os mais velhos contam saudosos de seus dias de folga para a paquera, o banho de mar e a pescaria no “poço”, como era conhecida a área de praia em frente a comunidade que tornou-se propriedade privada da Indústria Naval, quando ali chegou, ainda no início da década de 1970. Os jovens do Poço da Draga lembram com certa nostalgia de suas brincadeiras de infância na “piscininha” que se formava em frente ao Estoril, quando a maré alta ultrapassava a barreira de pedras. Local preferido do banho de mar da garotada da década de 80 que teve expressiva parte de sua área sobreposta pelo calçadão construído na orla da Praia de Iracema até a Ponte dos Ingleses, no início da década de 90. Entre a Ponte dos Ingleses e a ponte velha ficava a praia do DNOCS, lembra D. Izabel, moradora que durante muitos anos montou, junto com alguns outros moradores do Poço da Draga, barracas onde serviam comidas e bebidas, todos os finais de semana, nas areias daquela praia. Ela conta que nunca tardava a chegar um amigo com um violão, outro com um pandeiro e um tambor e o dia de praia virar um dia de festa, regado a samba, cerveja, cachaça e muito banho de mar. Insistente e presente em toda a história do banho de mar do Poço da Draga está o pulo da ponte velha. Banho possível hoje a qualquer fortalezense ou visitante da cidade que tenha no corpo um certo espírito aventureiro e a coragem de superar o frio na barriga e se jogar ao vento por alguns segundos antes de submergir em águas profundas e turbulentas, voltar à superfície, nadar até a estrutura corroída da velha ponte e escalá-la, auxiliado pela escada feita pelos próprios banhistas com pneus e cordas. (ROCHA, E., 2014. Disponível em:<www.pocodadraga.org>. Acesso em: 03 nov 2014)

Compreender a intrínseca relação entre o Poço da Draga e a Praia de Iracema, esta localidade em disputa, é fundamental para analisar causas e consequências advindas do deslocamento da regional administrativa para o Centro. Para tanto, dialogamos com a pesquisa da socióloga Ana Clara Ribeiro Torres sobre a vida urbana a partir de marcadores como espaço, território e ação social — “o que implica no estudo dos vínculos entre sujeito social, conjuntura e lugar [...] Traduz-se, por exemplo, em pesquisas sobre modos de vida, meios de subsistência, cultura material, aprendizados intergeracionais, senso comum e cotidiano” (RIBEIRO, 2009, p.148)

Baseada no conceito de lugar como oportunidade do evento, elaborado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos; e na ação social do jurista alemão Max Weber, que formula a ação do indivíduo orientada ao outro, a teoria da ação social de Ribeiro Torres nos interessa sobremaneira para identificar as “energias latentes na cidade” (id.). A realidade invisível que também compõe a experiência urbana, reitera a pesquisadora, reconhece a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos e suas narrativas contra-hegemônicas.

Para Ribeiro (2009),

A tensão entre local e lugar indica os limites de análises do território que contemplam apenas os atores hegemônicos (Estado, agências multilaterais e grandes corporações). Sem reduzir a importância das pesquisas dedicadas a estes atores, cabe dizer que é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. (...) De imediato, as dificuldades enfrentadas na pesquisa da contra-hegemonia advêm da própria complexidade do local e do lugar. O local é sobre-determinado por constituir o locus de realização de projetos definidos por atores das outras escalas da realidade social. No entanto, o local não esgota o contexto. Este é também lugar, isto é, a espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado, das experiências incertas. O lugar opõe-se ao pensamento único mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele é, sobretudo, vida social, memória coletiva, sociabilidade e ação espontânea. Com a distinção entre local e lugar, aqui proposta, procura-se indicar a complexidade dos contextos. Não existem barreiras rígidas entre local e lugar, a não ser aquelas construídas pelos muros que isolam os espaços orgânicos da pobreza dos espaços alisados da modernidade tardia. Para além (e aquém) destas barreiras, são tecidos os pactos, as negociações, as áreas de dúvida e os acordos estratégicos que constroem o cotidiano urbano. (RIBEIRO, 2009, p.153).

Além da diferenciação entre local e lugar como marcadores conceituais, outra categoria de observação fundamental em pesquisas urbanas é território. Importante destacar, nesse ínterim, que utilizamos aqui os termos local/ lugar/ região e território como sinônimos para evitar repetições desnecessárias, mas nos pautamos nas distinções epistemológicas apontadas. Como Ribeiro Torres, dialogamos com Milton Santos para pensar território a partir da Geografia Social: compreendido como categoria de análise social, o território se apresenta como o recorte do espaço qualificado por seu sujeito. “A categoria analítica é o território usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelo homem [...]” (SANTOS, 2003, p. 311).

Polissêmico, o termo território é apreendido de formas diversas em áreas como Biologia, Ciência Política e Antropologia. Do latim “terri” (terra) e “torium” (pertencente a), “terra pertencente a”, o conceito de território esteve quase sempre associado com as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais e destes com a

natureza (RAFESTIN, 1993). Ao entender o território enquanto apropriação política, econômica e cultural, Milton Santos rompeu com a tradicional visão do marcador como definidor tão somente dos limites geográficos do Estado-Nação. O lugar das apropriações, usos e contra-usos nos interessa.

A escolha em dialogar com um conceito territorial afetivo não foi em vão: em conversas casuais durante a pesquisa de campo, assim como em entrevistas formalmente registradas e até mesmo nas trocas acadêmicas com demais estudiosos, a relação entre o Poço da Draga e a Praia de Iracema se desenhou com inegável clareza. Não pretendemos aqui esgotar essa discussão — de fato, os trabalhos das sociólogas Roselane Gomes Bezerra e Heloísa Maria Alves de Oliveira na área investigam com acuidade tais sociabilidades historicamente estabelecidas entre moradores da comunidade e a faixa litorânea. Nosso intuito é abordar, ao longo do trabalho, a elaboração da maritimidade²² (ou *marintimidade*, termo que aprendi com pesquisadora Deisimer Gorczewski) com a Praia de Iracema e a implicação do fenômeno no discurso de permanência do Poço da Draga na região.

1.3) Poço da Draga: da formosa praia aos tubarões

Nos anos 1900, na região da foz do Riacho Pajeú, a parte onde ficavam armazéns, trilhos de ferro e barris foi ocupada por pescadores, trabalhadores e suas famílias. Nascia, assim, a comunidade Poço da Draga.

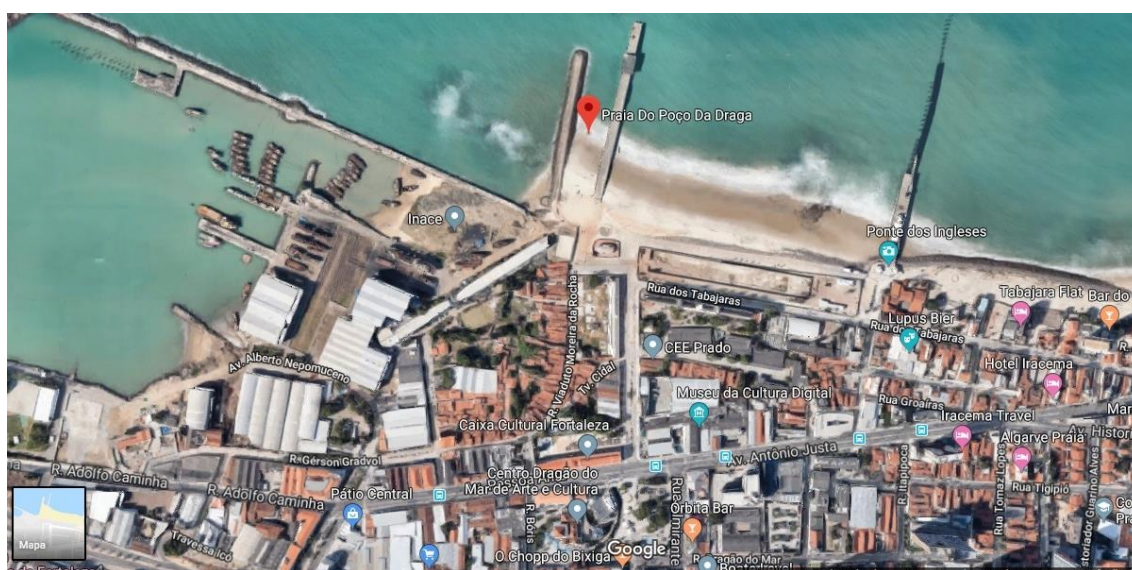
Porto tal – a Ponte Metálica – que trazendo barcos e mercadorias de todo lugar, trouxe também ao lugar os genuínos filhos da Draga. As dragas, embarcações que retiram areia do fundo das águas do mar, ficavam atracadas numa espécie de “poço”. Na verdade, uma língua de mar que dava para o nascedouro de Fortaleza, o riacho Pajeú. Surge, então, em meio às dragas, aos barcos, aos botes, aos embarcações, aos alfandegários, às mercadorias, a comunidade do Poço da Draga. (ROCHA, S., 2014. Disponível em: <www.pocodadrage.org>. Acesso em: 01 nov 2014)

Também conhecido como Baixa Pau, o Poço da Draga simboliza o espaço urbano tão desigual de Fortaleza. Identificada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) como “área de baixa renda e suscetível de recuperação urbanística e

²² Nesse caso, dialogamos com a noção de maritimidade como constituição das relações da sociedade local com o mar a partir da obra *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. 2. edição./ Eustógio Wanderley Correia Dantas. - Fortaleza: Edições UFC, 2011.

regularização fundiária”²³, a comunidade está incrustada e invisibilizada entre equipamentos culturais e comércios luxuosos, como o Centro Cultural Dragão do Mar, a Caixa Cultural de Fortaleza, a Indústria Naval do Ceará (INACE), um galpão onde funcionou a antiga boate Alfândega e que sediou a Casa Cor 2011, o requintado restaurante L’Ô, uma concessionária e os escombros do até então inacabado Acuario Ceará. Apesar de localizado na zona com maior índice de infraestrutura da cidade, os investimentos públicos pouco chegam ao Poço da Draga e a comunidade não tem sequer saneamento básico.

Figura 8 - Imagem aérea da comunidade Poço da Draga



Fonte: Google Maps, 2018.

O território está situado ao norte pela Rua dos Tabajaras; ao sul pela Rua Gerson Gradwol; a oeste pela Rua Guilherme Blum e a leste pelo prédio da empresa desativada CIDA0 (RODRIGUES, 2013). Apesar dos 112 anos de existência da comunidade, Fortaleza desconhece o Poço da Draga e até os documentos oficiais sobre a região são confusos e defasados: de acordo com dados da Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINFRA) de 2001 disponibilizados no EIA/RIMA do Acuario Ceará, o Poço possuía 1.071 moradores em 263 imóveis no levantamento daquele ano. Em 2013, no início da gestão do atual prefeito Roberto Claudio (PDT), a Secretaria Municipal do

²³ Informação contida no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Acuario Ceará. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/wpcontent/uploads/2011/11/FORTALEZAAQUARIO.pdf>>. Acesso em 07 jul 2017.

Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) lançou o Projeto do Trabalho Técnico Social Poço da Draga, o qual contabilizou 1.032 moradores. No entanto, os habitantes estimam que a região abriga, atualmente, cerca de 1.200 moradores distribuídos em 340 casas.

Figura 9 - Rua Viaduto Moreira da Rocha, principal via do Poço da Draga



Fonte: EDUARDO OLIVEIRA, 2014

Os atuais dados censitários sobre a comunidade Poço da Draga foram apresentados pelo Movimento ProPoço em 28 de julho de 2016 no Pavilhão Atlântico. As informações integram o levantamento censitário “Um Olhar Sobre o Poço”, organizado ao longo de quatro meses pelo movimento em parceria com alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor) sob coordenação da professora Amíria Bezerra Brasil. A pesquisa participativa contou com adesão de outros moradores, como a jovem realizadora audiovisual Djeyne Rudolf, que conhece muitos habitantes da região e facilitou a mediação do questionário aplicado.

Antes de iniciar o processo de aplicação do questionário, o grupo responsável pelo levantamento censitário realizou um mapeamento prévio de residências situadas no Poço da Draga a partir de uma base cedida pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), atualizada por meio de imagens de satélite fornecidas pela ferramenta

Google Earth e também a partir do auxílio dos próprios moradores. De acordo com relato dos pesquisadores,

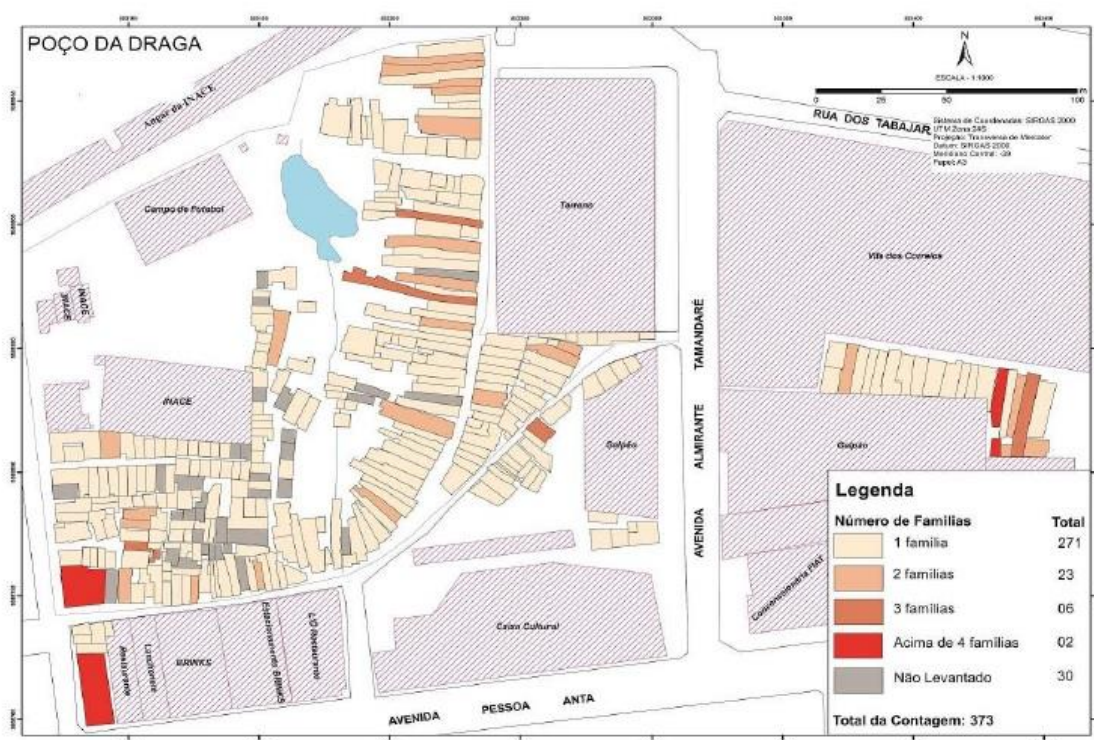
O processo de desenvolvimento da pesquisa iniciou-se através da busca de dois moradores do Poço da Draga, Sérgio Rocha e Germana Lima, membros do movimento ProPoço, por argumentos com relação às ameaças de remoção advindas do poder público, através de dados levantados que mostrassem a realidade do local. Com este intuito, procuraram o Grupo de Pesquisa sobre Metodologia de Implementação de ZEIS do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFOR, para formular uma metodologia de pesquisa sócio-espacial participativa, mediante levantamentos de dados, aplicação de questionários e entrevistas nas residências do Poço da Draga.(...) Dessa forma, visou-se produzir um documento simplificado, que permitisse a auto aplicação pelos próprios moradores da comunidade, conforme esta fosse ampliada com o passar dos anos. Com esse intuito, utilizou-se como base o formulário modelo para mapeamento da comunidade Poço da Draga, apresentado no dossiê Zona Especial de Interesse Social do Poço da Draga fornecido pelo Laboratório de Estudos da Cidade (LEC, 2013). Foram utilizados quatro tópicos básicos: dados pessoais, dados da casa, renda familiar mensal e perguntas complementares, para a elaboração do questionário aplicado. (BARROS et al., 2016, p.8)

Aplicada em 90% das unidades habitacionais do Poço da Draga, a pesquisa elaborou um panorama dos seguintes índices na comunidade: habitação (quantidade de moradores da residência, gênero, etnia e estado civil do/a chefe da família); histórico (quantidade de tempo que o entrevistado reside na comunidade, a razão pela qual escolheu essa residência, o município de sua origem e a intenção de permanecer ou não na localidade); grau de escolaridade; emprego (tipo de ocupação, a quantidade de salários mínimos média da residência e participação ou não em programas sociais); residência (propriedade da casa, existência da cobrança do Registro Imobiliário Patrimonial, material construtivo utilizado na edificação, existência de saneamento básico feito pelos próprios moradores e quantidade de compartimentos e pavimentos na residência); prática de esporte; relação com a Praia de Iracema (questionamento se a comunidade perderia a sua identidade caso não existisse o acesso à praia); Acquario Ceará (opinião do morador em relação ao equipamento e sobre as possíveis influências à comunidade) e, por fim, percepção do morador quanto à segurança no Poço da Draga (id.) Cerca de 310 questionários foram aplicados.

É importante destacar, nesse ínterim, que a pesquisa já foi atualizada desde sua publicação em 2016. No dia 27 de setembro de 2016, o evento Diálogos de Pesquisa: Poço da Draga que resiste e existe — promovida pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB/UFC) e pelo CANTO (Escritório Modelo de Arquitetura e

Urbanismo da UFC) — reuniu os professores Linda Gondim, André Almeida e Marcelo Capasso; a pesquisadora Cecília Andrade e os moradores do Poço da Draga Sérgio Rocha e Izabel Lima para dialogar sobre a historiografia do território. Na ocasião, o geógrafo Sérgio Rocha informou a aplicação de mais 12 fichas, contabilizando o total de 322 questionários aplicados, 352 casas registradas e um total de 373 famílias. Como a atualização não foi formalmente publicada ainda, optamos por utilizar os dados contidos no artigo apresentado pelos autores no seminário URBFAVELAS 2016.

Figura 10 - Mapa do número de famílias do Poço da Draga em 2016



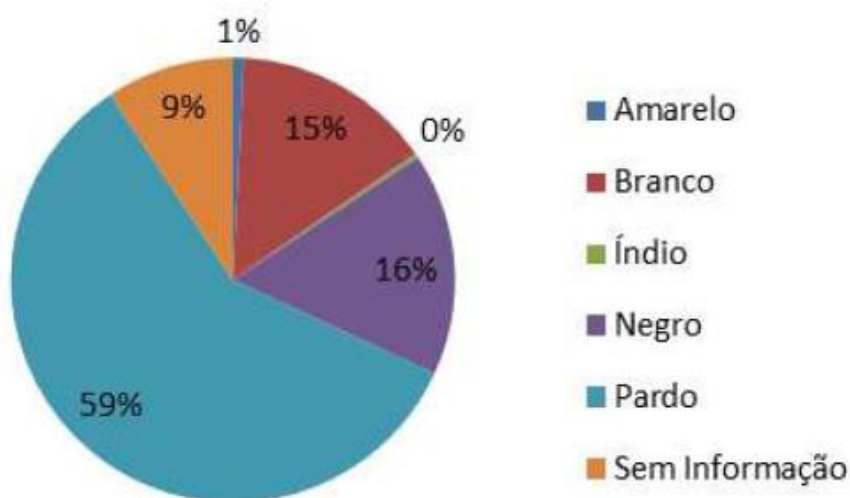
Fonte: BARROS et al., 2016.

Segundo as informações coletadas na pesquisa “Um Olhar Sobre o Poço”, cerca de 65% dos atuais moradores e de suas famílias chegaram ao Poço da Draga entre os anos 1941 e 1975, oriundos de mais de 40 municípios diferentes — a maioria deles da capital Fortaleza e de Camocim, interior do estado. Da população economicamente ativa, 39% ganham de meio a um salário mínimo e 85% têm casa própria, sendo 89% das residências de alvenaria com reboco. Além do recorte etário, é possível observar no Poço

da Draga duas características comuns a áreas de baixa renda em Fortaleza: 58% dos habitantes se reconhecem como pardos ou negros e 62% são homens.

Para fins de apresentação do território Poço da Draga a partir dos dados produzidos no levantamento censitário, portanto, reproduzimos alguns dos gráficos produzidos pelos pesquisadores.

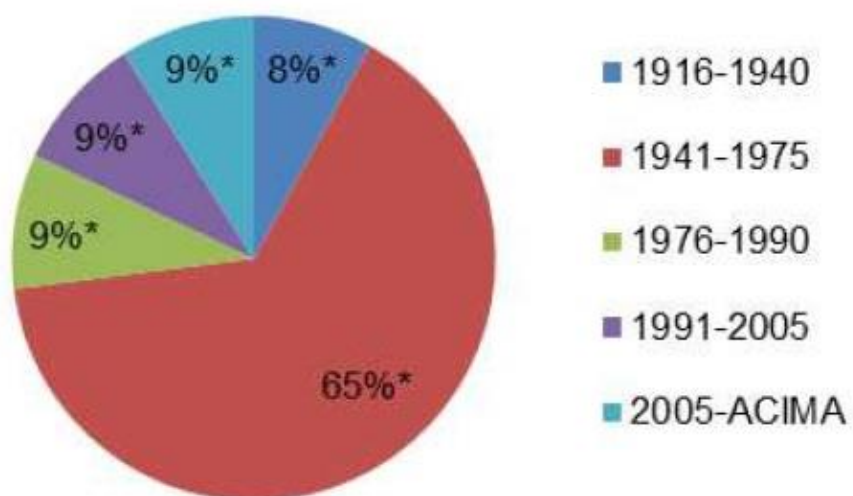
Figura 11 - Gráfico da etnia dos moradores do Poço da Draga



Fonte: BARROS et al., 2016.

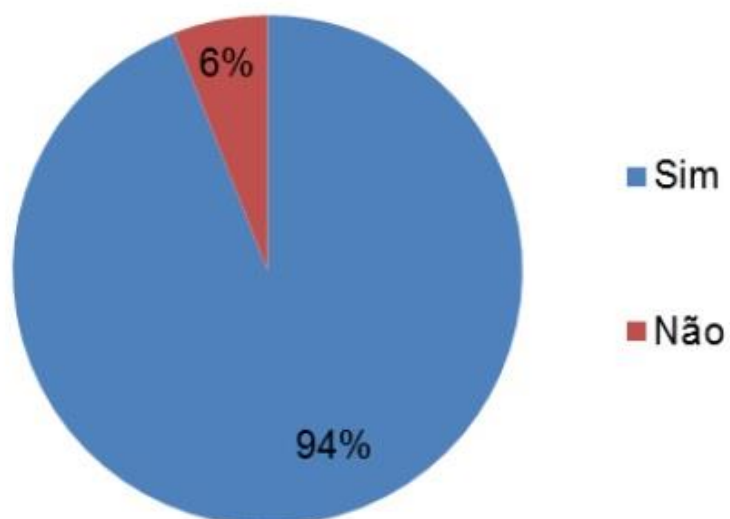
Acerca do ano de chegada dos primeiros moradores ao Poço da Draga, a pesquisa demonstrou que a ocupação inicial da comunidade se deu no início do século XX. Essa informação, aliás, contradiz a coletada pelo PLHISFor, o qual julga a origem da configuração atual da comunidade como se formando a partir da década de 1970.

Figura 12 - Gráfico do ano de chegada dos primeiros moradores do Poço da Draga



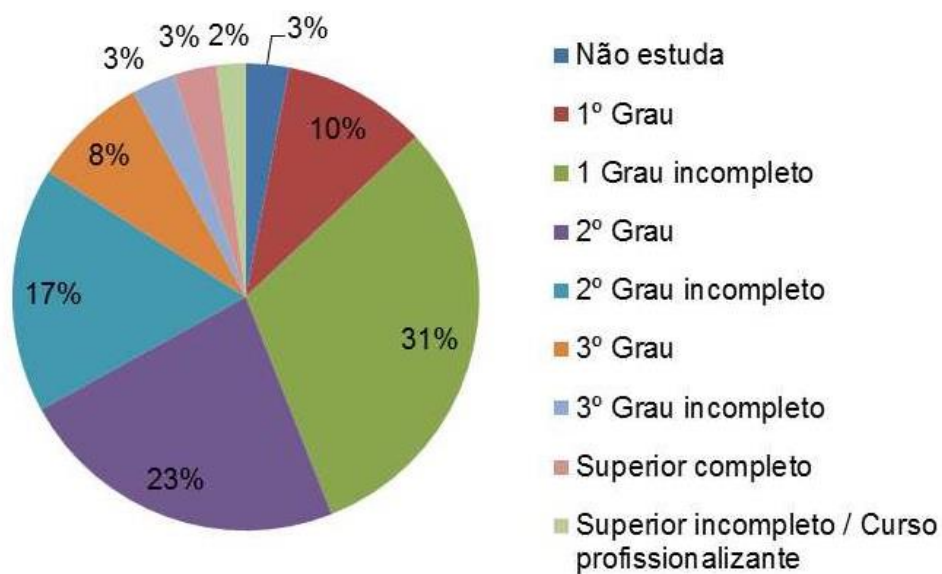
Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 13 - Gráfico de moradores que pretendem permanecer no Poço da Draga



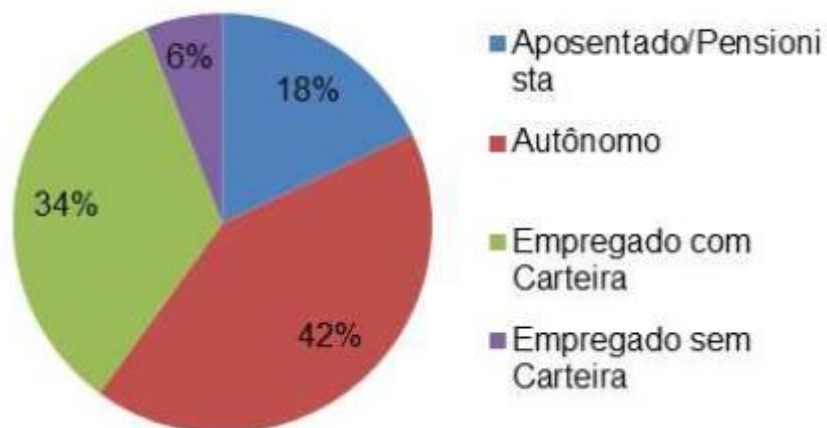
Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 14 - Gráfico de escolaridade dos moradores do Poço da Draga



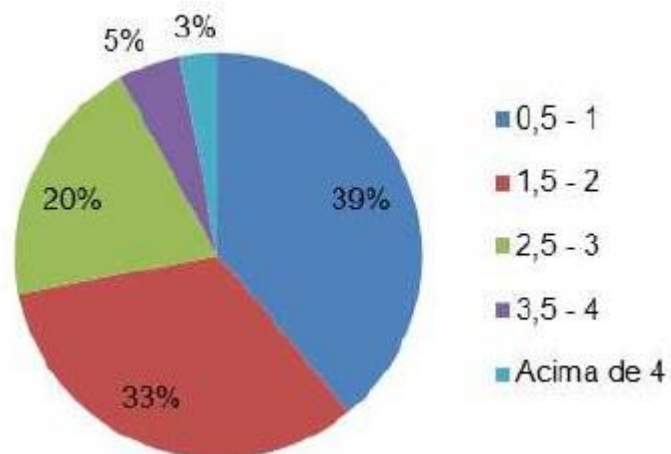
Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 15 – Gráfico do tipo de função trabalhista dos moradores do Poço da Draga



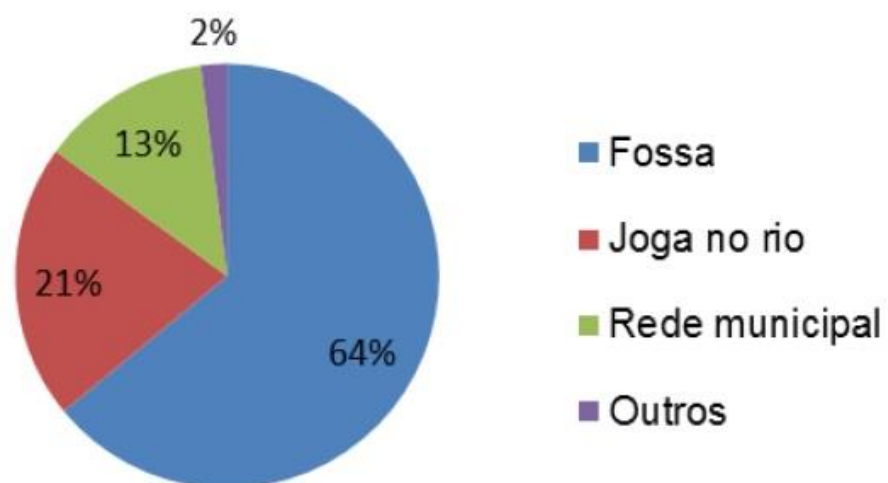
Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 16 - Gráfico do tipo de renda dos moradores do Poço da Draga



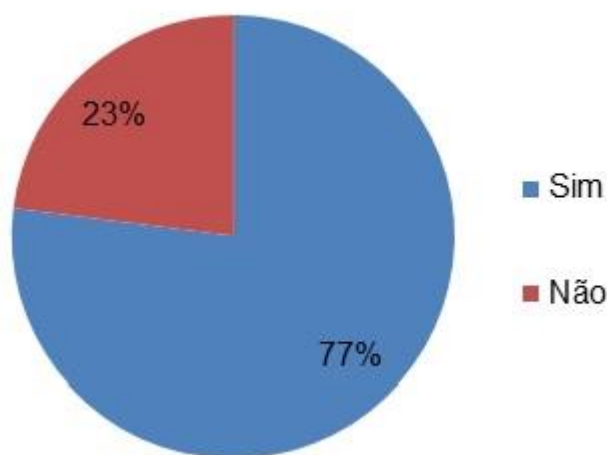
Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 17 - Gráfico da rede de esgoto do Poço da Draga



Fonte: BARROS et al., 2016.

Figura 18 - Gráfico da relação dos moradores com a Praia de Iracema



Fonte: BARROS et al., 2016.

Localizado em um território alvo de forte especulação imobiliária, precisamente entre o Centro e a Praia de Iracema, o Poço da Draga sofreu diversas ameaças de remoção ao longo de sua história. Uma delas ocorreu em 1963, quando o Plano Diretor de Fortaleza propôs a construção de um Centro Cívico na área marginal do Riacho Pajeú, projeto que não saiu do papel. Anos depois, em 1998, a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura também foi motivo de preocupação para os habitantes do Poço da Draga — além do considerável aumento da poluição sonora, a edificação do equipamento cultural valorizou o preço da terra no entorno. Em 2012, a permanência dos moradores em suas casas foi novamente ameaçada com o início das obras do Acquario Ceará na Rua dos Tabajaras, projeto da Secretaria de Turismo (SETUR) do Governo do Estado. Hoje, a construção do oceanário está parada em virtude de impasses legais, mas os moradores ainda convivem com a incerteza sobre os próximos passos: em agosto de 2018, o Governo do Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o Grupo M. Dias Branco fecharam uma parceria público-privada (PPP), no modelo Operação Urbana

Consoiciada, para retomar a construção do equipamento e “investir no entorno”²⁴. A antiga Praia Formosa, como era conhecida a região marítima ao norte do Poço da Draga, hoje sofre com os sedentos tubarões da especulação imobiliária.

Figura 19 - Praia de Iracema e Praia Formosa em 1940



Fonte: Website do Poço da Draga (www.pocodadraga.org), 2014.

A resistente luta por permanência marca profundamente a história não só do Poço da Draga, mas de diversas áreas de favela em Fortaleza. No entanto, o processo de reivindicação do “papal da casa” é longo e cheio de obstáculos: a Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 182, que o Plano Diretor da cidade é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são ferramentas do PD destinadas a promover urbanização e regularização fundiária em áreas públicas ou particulares, loteamentos e conjuntos habitacionais ocupados por população de baixa renda — em outras palavras, a demarcação das ZEIS deveria garantir propriedade da terra e acesso a serviços básicos para comunidades. Em Fortaleza, as ZEIS só foram demarcadas no Plano Diretor Participativo em 2009, data de

²⁴ Informação publicada pelo Jornal O Povo em 10/08/2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2018/08/m-dias-branco-prefeitura-e-estado-fecham-parceria-para-acuario.html>>. Acesso em: 10 ago 2018.

sua última revisão, e até agora nenhuma foi regularizada pelas duas gestões diversas que ocuparam a Prefeitura Municipal.

Seis por cento (6%) do território da capital cearense é demarcado como ZEIS e uma média de 400 mil famílias com renda média entre um e três salários mínimos por mês moram nessas localidades, de acordo com dados do relatório elaborado pelo Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS²⁵ no segundo semestre de 2015. O Plano Diretor Participativo (PDP) de Fortaleza, em seu artigo 122, reconhece que “as Zonas Especiais compreendem áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, sobrepondo-se ao zoneamento”. Além das ZEIS, o documento também demarca Zonas Especiais Ambientais (ZEA); Zona Especial do Projeto da Orla (ZEPO); Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS); Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico (ZEPH) e Zonas Especiais Institucionais (ZEI).

As ZEIS são divididas em três modalidades no PDP de Fortaleza: as Zonas Especiais de Interesse Social 1 (compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, formados por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional); as Zonas Especiais de Interesse Social 2 (compostas por loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais, públicos ou privados, que estejam parcialmente urbanizados, ocupados também por população de baixa renda) e as Zonas Especiais de Interesse Social 3 (compostas de áreas dotadas de infraestrutura, com concentração de terrenos não edificadas ou imóveis subutilizados ou não utilizados, devendo ser destinadas à implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, assim como aos demais usos válidos para a Zona onde estiverem localizadas, a partir de elaboração de plano específico). É importante frisar que as ZEIS do tipo 1 e 2 são destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental do território demarcado.

²⁵ Criado em outubro de 2013, o Comitê das ZEIS é composto por 18 entidades do poder público, dos quais apenas o Iplanfor, a Setra e Habitafor tiveram atuação minimamente continuada; duas assessorias (Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza e Cearah Periferia), organizações que não participaram efetivamente; e nove representantes das ZEIS. Além disso, o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) e o Laboratório de Estudos da Cidade (LEC), ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC), também acompanham esse processo. Mais informações disponíveis em: <<http://direitoacidadefortaleza.com.br/>>. Acesso em: 07 jul 2016.

Figura 20 - Demarcação das ZEIS em Fortaleza no PDP de 2009



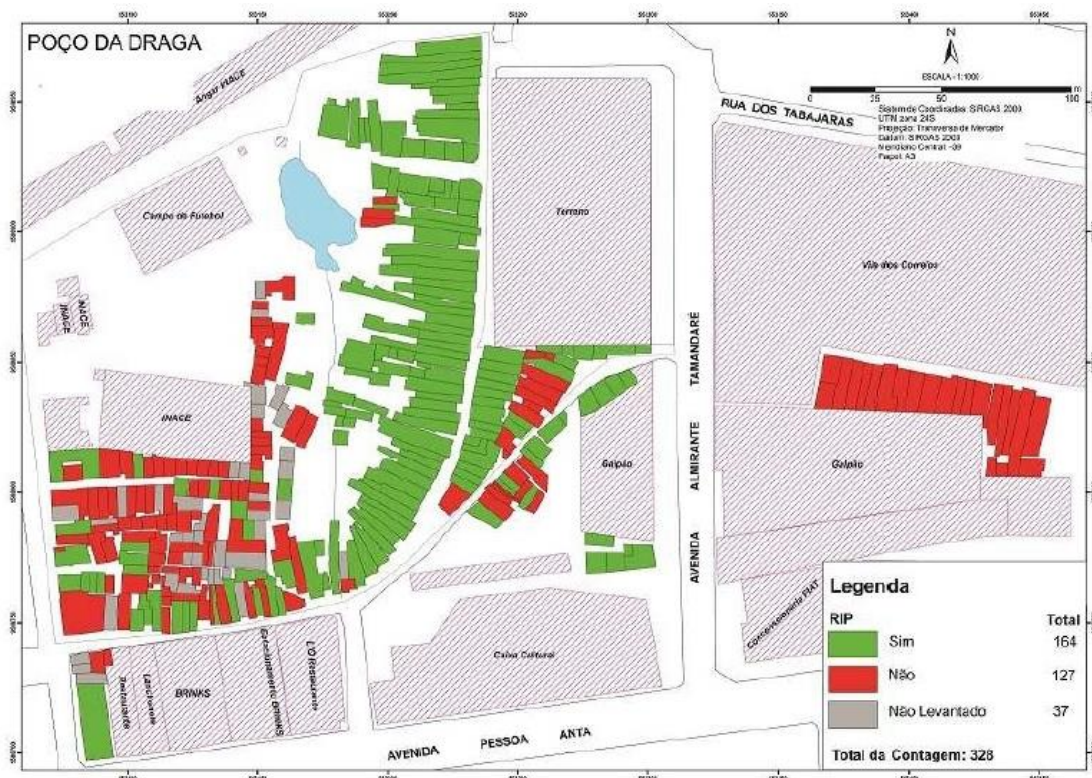
Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza, 2009

Segundo as diretrizes do PDPFor de 2009, o Poço da Draga foi zoneado como ZEIS do tipo 1 e se situa geograficamente no trecho 3 da zona de orla— estando também, portanto, demarcado como Zona Especial do Projeto Orla (ZEPO). Ainda de acordo com o documento oficial, são objetivos da ZEIS do tipo 1: efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda; eliminar os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas; ampliar a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, garantindo a qualidade ambiental aos seus habitantes e promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes. Para tanto, a Prefeitura de Fortaleza se comprometeu em aplicar na região instrumentos legalmente pré-determinados, como concessão de uso especial para fins de moradia; usucapião especial de imóvel urbano; concessão de direito real de uso; autorização de uso; cessão de posse; plano integrado de regularização fundiária; assistência técnica e jurídica gratuita; direito de superfície e direito de preempção.

A questão da regularização fundiária no Poço da Draga é complexa: além dos zoneamentos sobrepostos, a comunidade ocupa terrenos de marinha, classificação dada aos territórios sob domínio da União banhados pelas águas do mar, dos rios navegáveis ou das lagoas. Por esse motivo, diversos moradores possuem registro na Secretaria do

Patrimônio da União (SPU), o chamado Registro Imobiliário Patrimonial (RPI). A conquista do documento foi fruto da luta dos habitantes da região junto aos órgãos responsáveis na década de 1980.

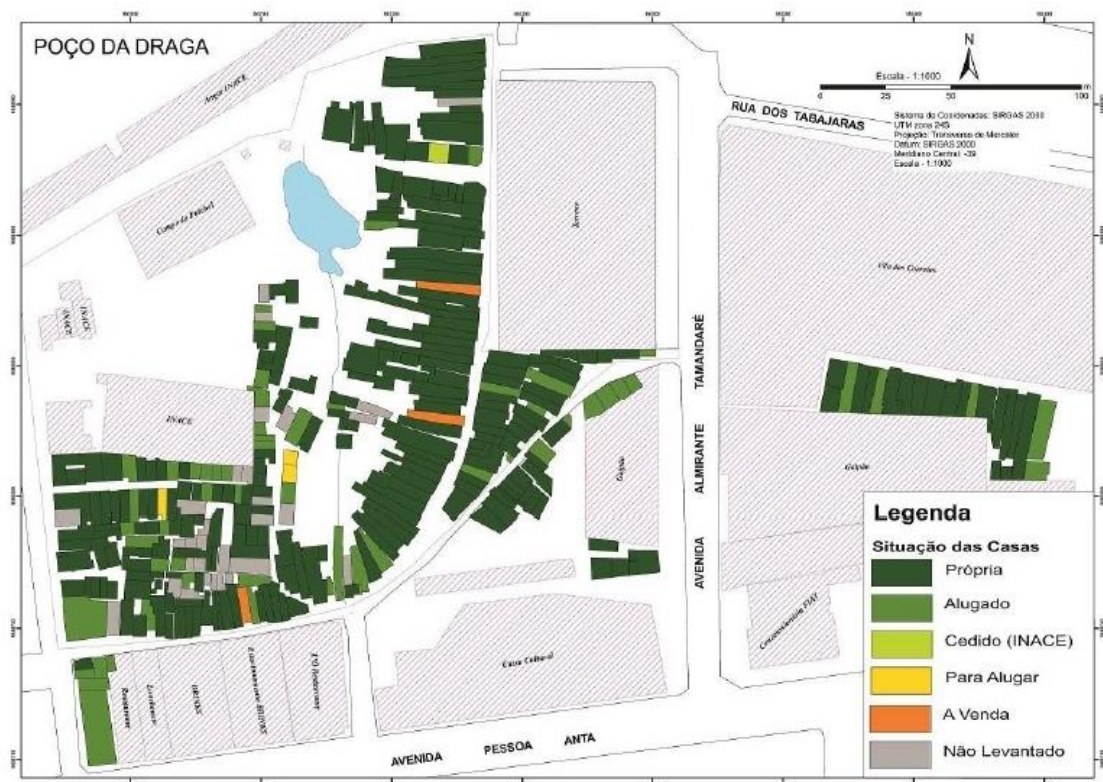
Figura 21 - Mapa das residências que possuem RPI no Poço da Draga



Fonte: BARROS et al., 2016.

Baseado nos dados da Habitafor de 2013 sobre o Poço da Draga, o pesquisador André Almeida apurou que “aproximadamente 92% de seus habitantes não possuem registro ou mesmo títulos de posse dos seus imóveis”. Apesar do expressivo número, o levantamento censitário de 2016 mostrou que 85% das famílias possuem casa própria, sendo os outros 15% residências alugadas, para alugar, à venda ou não catalogadas.

Figura 22 - Gráfico da situação das residências no Poço da Draga



Fonte: BARROS et al., 2016.

A regularização fundiária é, por fim, uma das pautas mais arejadas pelos líderes comunitários do Poço da Draga. No entanto, a garantia da posse da terra não significa amplo acesso à construção e ao usufruto cidade — o desafio é estrutural, mas também simbólico. No capítulo dois, abordamos a concepção do imaginário midiático sobre o Poço da Draga na cidade e a trajetória de ação da ONG Velaumar na promoção de direitos, contrariando a lógica da falta.

Há, sim, insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado. Nesta insurgência, que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea; conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão. Como disse Milton Santos (2000), uma outra sistematicidade encontra-se em gestação no presente, envolvendo o aprendizado das ruas, a vitalidade dos espaços opacos (1994), novas linguagens e formas de comunicação.” (RIBEIRO, 2014, p.220)

CAPÍTULO 2

No dia 13 de julho de 1976, o jornal cearense O POVO publicou uma matéria sobre a comunidade Poço da Draga. Nela, o veículo descrevia a região com os seguintes adjetivos:

(...) A área é suja, o mau cheiro está no ar, o local se alaga frequentemente, as condições de vida dos moradores é (sic) a pior possível (...) Alguns passam dias e dias [no mar] e o apurado não dá sequer para a alimentação da família. Vender? Só quando sobra. (...) e assim, vão passando pela vida, sempre ligada ao mar... (...) as mulheres consertam as velas que chegam rasgadas. Meninos e cachorros (como tem) brincam no pano branco, de muitos remendos. O cheiro de peixe está no ar, está no estômago, na vida de todos eles. (SCHRAMM, 2002, p. 94 Apud OLIVEIRA, 2006, p.24)

À época do artigo, conforme defendem os moradores da comunidade, o Poço da Draga já ocupava o território litorâneo há cerca de 70 anos. A narrativa da ausência, entretanto, manteve-se presente na mídia ao longo das décadas seguintes.

Em 6 de fevereiro de 1995, o jornal Diário do Nordeste publicou um artigo intitulado “Poço da Draga será urbanizado através de ação consorciada” e a legenda da foto enunciava: “Favela está abandonada há quase cinquenta anos” — o periódico atribuía, então, o surgimento da comunidade aos anos 1945. Na ocasião, a matéria anunciava a Operação Consorciada da Praia de Iracema, projeto da Prefeitura Municipal na gestão de Antônio Cambraia (1993-1996) para revitalização da área compreendida entre o hotel Marina Park. O discurso do jornal defendia que o projeto fazia parte da “iniciativa da administração municipal de dotar a cidade dos equipamentos urbanos e paisagísticos necessários para explorar ao máximo seu potencial turístico”.

Figura 23 - Matéria de 6 de fevereiro de 1995



Fonte: Acervo da Velaumar.

A proposta, evidente ameaça de remoção, motivou o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) a mover uma Ação de Interdito Proibitório com pedido de liminar contra a execução do projeto (BRITO, 2007) naquele mesmo ano. Vale lembrar que, desde a década de 80, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Teologia da Libertação²⁶ tiveram um papel importante na formação de militantes preocupados com a efetivação de direitos de classes menos favorecidas economicamente e as pastorais atuavam acentuadamente em comunidades como o próprio Poço da Draga.

Em 1996, diante da reação do Poço da Draga, a Prefeitura recuou e ofereceu aos moradores uma proposta de urbanização com a permanência da comunidade em condomínio de “bom padrão” (id.). Contudo, no ano seguinte, a gestão de Juraci Magalhães cancelou o projeto do governo anterior e anunciou a remoção da comunidade para um terreno próximo. Ainda com assessoria jurídica do CDPDH, os moradores conseguiram retomar a Ação de Interdito Proibitório suspensa e impedir o desenvolvimento da proposta. Novamente, o jornal Diário do Nordeste noticiou as negociações entre poder público e comunidade.

²⁶ A Teologia da Libertação é um movimento que engloba diversas correntes de pensamento interpretando as máximas cristãs como libertadoras de injustas condições sociais, políticas e econômicas. Iniciada dentro da Igreja Católica, a Teologia da Libertação é diretamente ligada aos movimentos ecumênicos.

Figura 24 - Matéria de 10 de junho de 1997



Fonte: Acervo Velaumar

Na matéria publicada em 10 de junho de 1997, o jornalista apresentou a “favela do Poço da Draga” como uma localidade com “poças de lama e lixo” que “vive há quase seis décadas o total abandono” e abordou a Operação Consorciada da Praia de Iracema na fala dos moradores. Apesar das entrevistas com duas habitantes da localidade — a líder comunitária Rocilda Lima e Dionísia Holanda —, a imprensa ainda insistia em uma metanarrativa homogeneizadora que ignorava a posicionalidade propositiva do Poço da Draga. A “favela” só saía no jornal quando as insistências (ou melhor, resistências) em permanecer na faixa litorânea atrapalhavam os planos de investimentos turísticos do poder público.

Eis, nos exemplos anteriormente citados, o perigo da história única. Por que algumas narrativas são legitimadas como verídicas e alcançam mais destaque do que outras, construindo representações supostamente unitárias? Dialogamos com pesquisadores das chamadas Epistemologias do Sul para esboçar um debate teórico-conceitual sobre a produção do conhecimento e seus impactos sociais.

2.1) Uma breve genealogia do pós-colonialismo

A ciência moderna está fundada sobre um paradigma dominante: o da racionalidade ocidental. Da teoria heliocêntrica de Nicolau Copérnico aos tratados acerca dos métodos de Francis Bacon, uma consciência filosófica marcadamente europeia, antropocêntrica e colonialista estruturou como conhecimento científico práticas que atendiam aos seus interesses políticos e socioeconômicos. Em geral, a ciência — sobretudo a moderna — mecanizou a relação entre o homem e a natureza, construindo um pensamento hegemônico que procurou eliminar contradições e se apresentou como neutro, objetivo e universal. Assim, a dita modernidade estabeleceu uma distinção entre o conhecimento científico e o senso comum, ou seja, entre as ciências naturais e os fenômenos sociais. Este modelo de razão indolente, como nomeia o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos em diálogo com o filósofo alemão Gottfried Leibniz, determina-se único e produz esferas reducionistas que não compreendem a diversidade epistemológica inesgotável do mundo (2007). Os saberes não científicos e não ocidentais, nesse ínterim, são relegados a categorias de “menores” ou “locais” e continuam fora dos debates constituintes das metanarrativas.

Todas experiências sociais, nas quais os homens agem e interagem entre si, produzem e reproduzem conhecimentos e, dessa forma, desenvolvem epistemologias. O termo, portanto, pode ser definido como toda ideia sobre as condições do que conta como conhecimento válido (SANTOS, 2010). Essa produção de conhecimento e legitimação do que é tido como tal pela ciência moderna é desigual: diferentes tipos de relações sociais, com todas suas implicações políticas e monetárias, dão origem a diferentes tipos de epistemologias. Mas “por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização?” (id., 2010, p.10)

O efeito do legado eurocêntrico na construção do que é tido como saber é inegável: a história restringe-se às narrativas europeias, às conquistas dos vencedores, enquanto o resto é diminuído ao que o controverso historiador britânico Hugh Trevor-Roper (1965) chamou de “movimentos insignificantes de tribos bárbaras em cantos pitorescos mais irrelevantes do globo”²⁷. Nas palavras de Hegel (1974), “a história

²⁷ Hugh Trevor-Roper, *The Rise of Christian Europe*, Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1965, p.9.

universal vai do Oriente ao Ocidente. A Europa é absolutamente o fim da história universal. (...) A história universal é a disciplina da indômita vontade natural dirigida para a universalidade e a liberdade subjetiva”²⁸.

O acirramento dos debates acadêmicos sobre eurocentrismo, racismo, multiculturalismo e pós-colonialismo, no entanto, é um fenômeno facilmente observável nas últimas décadas. Propor uma genealogia do pós-colonialismo enquanto experiência é criar um falso problema e ignorar o transbordamento daquilo que a ciência não apreende: as práticas de resistência que enfrentam, historicamente, os processos de opressão. Assim, nos atemos aqui a um breve resgate do pós-colonialismo em seu aspecto teórico-conceitual.

Há, pelo menos, duas formas distintas de compreender o termo *pós-colonialismo*. A primeira refere-se ao período posterior aos movimentos de descolonização dos países do Terceiro Mundo em meados do século XX. Já a segunda forma, epistemologicamente entrelaçada à primeira, busca dar conta de uma série de teorias originadas principalmente nos estudos culturais e literários das décadas de 70 e 80 na Inglaterra e nos Estados Unidos, notoriamente com a publicação da obra *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature* por Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin em 1989. É importante destacar, nesse contexto, que:

(...) não se pode dizer que exista uma teoria pós-colonial. Em todo o caso, vale dizer que o que parece aproximar as várias percepções, perspectivas e insights deste campo de estudos é a construção de epistemologias que apontam para outros paradigmas metodológicos – que potenciam outras formas de racionalidade, racionalidades alternativas, outras epistemologias, do Sul, por exemplo – diferentes dos “clássicos” na análise cultural e literária. Decorre desta reflexão a consideração de que porventura a mais importante mudança a assinalar é a atenção à análise das relações de poder, nas diversas áreas da atividade social caracterizada pela diferença: étnica, de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual... (MATA, 2014, p.30/31)

Outra ressalva é fundamental: muito antes das teorias pós-coloniais identificarem-se como tais, diversos pensadores já problematizavam o colonialismo e suas profundas implicações sociohistóricas. Além da contribuição do conceito de interseccionalidade articulado por feministas negras na década de 60, obras seminais como *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os condenados da terra* (1961), do psicanalista negro e revolucionário Franz Fanon; *Discurso sobre o colonialismo* (1950), do poeta e ensaísta negro Aimé Césaire e *Retrato do colonizado precedido de retrato do*

²⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofía de la historia*. Tradução de José Gaos. Madri: Revista de Occidente, 1974, p.210

colonizador (1947), do escritor e professor de origem judaica Albert Memmi, apresentaram críticas importantes e ainda atuais. No âmbito nacional, acreditamos ser imprescindível destacar o caráter crítico da pedagogia do educador brasileiro Paulo Freire e da rica obra do antropólogo Darcy Ribeiro.

Na década de 70, formou-se no sul do continente asiático o Grupo de Estudos Subalternos liderado por Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano, e esse impulso epistêmico somou força ao movimento pós-colonial em curso. A internacionalização do debate sobre a historiografia da Índia desenvolvida pelos ocidentais europeus foi articulada pelas obras de intelectuais como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak — autora do ensaio *Pode o subalterno falar?*. Em 1993, inspirados nos estudos subalternos asiáticos, um grupo de pesquisadores latino-americanos e americanistas residentes nos Estados Unidos fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, cuja premissa era recuperar as especificidades da subalternidade latino-americana, revisando conceitos e corrigindo distorções estabelecidas pelas abordagens hegemônicas (PRYSTHON, 2014).

O Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos se desfez em 1998, após divergências internas acerca da incapacidade de romper com a episteme do Norte, mas seus principais dissidentes se organizaram em outro espaço crítico ainda no mesmo ano: o Grupo Modernidade/ Colonialidade (M/C), paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações reunindo intelectuais como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil e Ramon Grosfóguel (BALLESTRIN, 2013).

A crítica pós-colonial é mais que resistente: é desobediente. As Epistemologias do Sul não propõem uma recusa ou mesmo abandono do conhecimento produzido nos países do norte global, mas sim “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SANTOS, 1995, p.508). Em sua obra *Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, o semiótico argentino Walter Mignolo defende que “a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser” (MIGNOLO, 2003, p.30). As práticas coloniais, entretanto, não se dão apenas a nível global: os países colonizados também reproduzem modelos de colonialidade interna e, na lógica neoliberal das cidades, esse apagamento de narrativas em um histórico processo de subalternização epistêmica é evidente na relação entre classes sociais. A incômoda presença do Poço da Draga na regional mais rica de Fortaleza é um exemplo.

Mignolo atribui à colonialidade do poder e à diferença colonial a configuração do que chama de geopolítica do conhecimento. O pesquisador reflete sobre a formação do sistema moderno/colonial e suas implicações epistêmicas, argumentando que o colonialismo estruturou o passado da América Latina. As terras aqui “descobertas” por portugueses e espanhóis, diferente das intituladas Índias Ocidentais, foram chamadas de Novo Mundo — e carregaram consigo uma extensão social, política, econômica e cultural da Europa.

Retomando os conceitos de Aníbal Quijano (1997) de “colonialidade do poder” e de “dependência histórico-estrutural” como implicação da hegemonia eurocêntrica na perspectiva epistemológica, assim como do filósofo argentino Enrique Dussel (1993) de que a América Latina foi a primeira periferia da Europa, Mignolo repensa os limites do sistema mundial e a importância de contar histórias não apenas do interior do dito mundo moderno, mas também a partir de suas fronteiras, constituindo o pensamento liminar.

Estas não são apenas contra-histórias ou histórias diferentes; são histórias esquecidas que trazem para o primeiro plano, ao mesmo tempo, uma nova dimensão epistemológica: uma epistemologia da, e a partir da, margem do sistema mundial colonial/moderno, ou, se quiserem, uma epistemologia da diferença colonial que é paralela à epistemologia do mesmo. (MIGNOLO, 2003, p.83)

Também denominado pelo teórico como “gnose” ou “epistemologia liminar”, o pensamento liminar na obra de Mignolo emerge das histórias locais dos legados espanhóis na América Latina, reconhecendo suas particulares relações de poder. Tal conhecimento é produzido nos espaços liminares, ou seja, nas fronteiras da diferença colonial. No entanto, não se trata de um sincretismo ou hibridismo com a episteme dominante, mas sim de “um sangrante campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial” (MIGNOLO, 2003, p.35). O “outro pensamento” é potente, pois propõe uma descolonização do saber.

Contudo, não é suficiente se posicionar na margem oposta do rio, gritando perguntas, desafiando convenções patriarcais, brancas. Um ponto de vista contrário nos prende em um duelo entre opressor e oprimido; fechados/as em um combate mortal, como polícia e bandido, ambos são reduzidos a um denominador comum de violência. O “contraposicionamento” refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo. Porque o “contraposicionamento” brota de um problema com

autoridade – tanto externa como interna – representa um passo em direção à liberação da dominação cultural. Entretanto, não é um meio de vida. A uma determinada altura, no nosso caminho rumo a uma nova consciência, teremos que deixar a margem oposta, com o corte entre os dois combatentes mortais cicatrizado de alguma forma, a fim de que estejamos nas duas margens ao mesmo tempo e, ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDÚA, 2005, p.705/706)

Pensar o mundo a partir de conceitos dicotômicos, entretanto, não significa organizar o mundo em dicotomias. As fronteiras entre narrativas *sobre* o Poço da Draga e *do* Poço da Draga são tênues, móveis e redesenháveis: os moradores da comunidade tomam para si discursos desenvolvidos por outros sujeitos sobre a localidade e as reapropriam conforme suas necessidades, assim como narrativas reorganizadas no interior da comunidade também são incorporadas nos discursos de atores externos à região. Um exemplo dessa diluição de fronteira interna/externa é a inserção do debate sobre o reposicionamento da foz do Riacho Pajeú, em 2015, para dentro da comunidade e a consequente demarcação do território como integrante da Zona de Preservação Ambiental nas falas do Sérgio Rocha durante a visita guiada, após diálogo do morador com o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) sobre essas informações que alteram o macrozoneamento do Poço da Draga. Ciente que isso poderia ocasionar remoções e não garantir a permanência da comunidade na faixa litorânea, Sérgio retirou essa fala de seu trajeto guiado na comunidade (ver capítulo 3). Outro exemplo é a assimilação até mesmo governamental da narrativa do centenário da comunidade, defendida pelos habitantes, mesmo que os registros históricos sejam imprecisos quanto a esta afirmação.

A geopolítica do conhecimento, aliada aos interesses do capital financeiro, desenhou fronteiras estáticas daquilo que é tido como história oficial de uma nação, de um estado, de uma localidade ou mesmo de grupos específicos. No entanto, incontáveis práticas desafiam e recriam esses limites ao narrar suas vivências, memórias e lutas. Neste trabalho, nos propomos a apresentar a historiografia dessas gramáticas de resistência em permanente atualização no Poço da Draga. Nesse contexto, a atuação da ONG Velaumar se destaca.

2.2) ONG Velaumar

A organização não-governamental Velaumar – Assessoria, Desenvolvimento & Cidadania foi criada no dia 28 de janeiro de 2004, no Poço da Draga, pela moradora Rocilda Lima. A entidade tem como objetivo prestar serviços para a comunidade, tais como cursos, oficinas, palestras e programas educativos — geralmente, em parceria com demais instituições como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o Sindicato dos Fazendários do Ceará (SINTAF) e o Instituto Iracema. Hoje em dia, gerida pelos filhos e netos da fundadora, a ONG completa 14 anos de existência e mantém-se ativa como a única associação formalmente registrada da região.

A trajetória de uma das mais reconhecidas líderes comunitárias, a tão lembrada Dona Rocilda, começou no ano de 1988: Seu Valmir Mesquita, então presidente da Associação de Moradores do Poço da Draga, procurou Dona Rocilda e entregou a gestão da instituição nas mãos dela. Fundada em 28 de abril de 1984 por Seu Valmir e outros moradores, a organização tinha sede na Rua Viaduto Moreira da Rocha, nº 116, e foi articuladora de diversos atos de resistência na comunidade até sua extinção em 2010.

Dona Rocilda Lima nasceu no dia 27 de março de 1940, filha mais nova de sua mãe. Trabalhou durante 30 anos como empregada doméstica em casas na Aldeota e teve sete filhos, dois já falecidos. Nas narrativas dos moradores, não é raro ouvir que Dona Rocilda era conhecida na localidade por sua determinação. À frente da Associação de Moradores do Poço da Draga, a líder comunitária acompanhou da luta por água potável ao polêmico projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará, projeto anunciado pelo Governo do Estado em 2001 que previa a retirada dos moradores da comunidade.

Filhas de Rocilda Lima, Luiza de Marilac (50) — a Lac — e Izabel Cristina Lima (49) — mais conhecida como Tina entre amigos e vizinhos — são as responsáveis pela ONG Velaumar desde 2011, quando a fundadora faleceu. A primeira é presidente e a segunda, por sua vez, é diretora cultural da organização. Atuais lideranças comunitárias, elas carregam no sangue e nas histórias a luta por permanência e efetivação de direitos no Poço da Draga.

Figura 25 - Mural na sede da ONG Velaumar



Fonte: BRUNA FORTE, 2018.

Entre conversas, vivências partilhadas e entrevistas ora gravadas, ora apenas transcritas depois em um fôlego só, apresentamos excertos de duas entrevistas em profundidade: a primeira com Izabel Lima em 21 de julho de 2017 e a segunda, por sua vez, com Luiza de Marilac e também Izabel em 25 de junho de 2018. A última, aliás, foi realizada em parceria com a pesquisadora Neivânia Rodrigues — discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Sobre a trajetória de sua mãe, Rocilda Lima, Izabel narra:

IZABEL – Dona Rocilda, Rocilda Lima. Quando foi nos anos de, nos meados dos anos de 80, essa comunidade vivia praticamente entregue às baratas, aqui não tinha água potável, aqui não tinha energia, aqui a maioria das casas era de taipa...

BRUNA – Ela nasceu em que ano, Izabel, a sua mãe?

IZABEL – Minha mãe nasceu, ela é do dia 27 de março de 1940. Era a filha mais nova da minha mãe, (corrigindo-se) da minha avó, e aí ela sempre foi uma mulher assim muito determinada. Ela trabalhou 30 anos na casa de um pessoal aí como empregada doméstica, ela lavava roupa, e aí ela foi aprendendo aquela forma de ser daquelas pessoas, ela entrou com 12 anos, trabalhando de casa em casa.

BRUNA – Por aqui?

IZABEL – Era por aqui, pela Aldeota, ali Meireles. Ela trabalhava para um grupo de uma família árabe e aí ela aprendeu muita coisa lá, ela tinha aquele lado doméstico, empregada mesmo, mas também tinha aquele lado de aprendizado e a minha mãe sempre soube aproveitar tudo isso, tá entendendo? Aquela linguagem que aquelas pessoas falavam que era totalmente diferente da comunidade, então ela foi, sabe, ela tinha um senso comum de aprendizado assim que eu acho que ela dava de dez a zero em algum universitário, ela conversando, parecia que era uma pessoa assim, “se formou aonde, hein, mãe?”, eu sempre brincava com ela. E uma das coisas que ela sempre disse: “Olha, eu não quero os meus filhos em cozinha de ninguém”, tanto que ela teve sete filhos, estudava quatro de manhã, três à tarde.

BRUNA – Quais os nomes dos seus irmãos?

IZABEL – Eu tenho o mais velho, (*corrigindo-se*) a mais velha, a Inês Helena, que ela é formada em Teologia; eu tenho o Airton, que ele é formado em Mecânica; eu tenho o Ebenezer, que morreu dois, né? Aí vem eu, eu sou a quinta filha dela, Izabel Cristina; aí vem a Luiza de Marilac; vem o Júnior, Paulo Ferreira de Souza Júnior; e vem o mais novo, que é o Fábio. Todos nós somos formados academicamente e também formados na vida mesmo, de valorização do próprio ser humano. (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Um ano depois, retomamos a conversa sobre a figura de Rocilda Lima também com Luiza de Marilac. As irmãs complementaram, ainda, abordando a infância e as dificuldades econômicas enfrentadas pela família:

NEIVÂNIA: O que era a sua mãe para você?

MARILAC: Tu é doida? A minha mãe agora é a minha vida. Eu só... Tudo pela minha mãe, independente dela tá presente de corpo ou não. Mas ela continua sendo a minha mãe e eu amo cada vez mais. Então a presença de corpo talvez... Você sente uma falta muito grande, mas quando você sente a presença de amor, de espírito mesmo de coração aquela pessoa tá ali na sua frente.

NEIVÂNIA: Então eu queria que você falasse um pouquinho sobre o trabalho da tua mãe aqui no Poço da Draga.

BRUNA: Essa figura que é tão querida aqui, né? Todo mundo sabe quem é a Dona Rocilda.

MARILAC: Dona Rocilda. A dona Rocilda era assim, que nem a Izabel disse: falava alto, exigia muito, porque se ela não exigisse ela não ia ter força. Como o pessoal disse: é quando você exige, quando você fala alto, quando você é forte, firme as pessoas tendem a lhe taxar como, eu não digo nem taxar como, lhe chamar como, apontar como valente, barraqueira, né? Mas você tem que ter uma posição firme que é pra poder você conseguir o seu objetivo e ir até onde você pretende. Eu vou até mais além, dependendo da situação.

(...)

IZABEL: (...) Eu fui uma pessoa de um estado de saúde muito crítico, eu passava de seis meses no hospital internada porque eu tive pólio[mielite], eu tive febre reumática, tudo que era de porcaria aí, mas uma coisa minha mãe me ensinou e disse o seguinte: “Você não tá morta, o que você quiser você consegue. Por mais difícil que a vida esteja, vá para frente”. Né, Marilac, aquela história, “Vão para frente”. Ela nunca dizia “Vá para frente”, ela dizia “Vamos para frente”. Era ela e quem tivesse...

MARILAC: “Vamos para cima”, ela dizia. “Vamos para cima, vamos correr para cima”, era assim.

IZABEL: Ela era uma mulher incrível.

MARILAC: Ela dizia: “Vamos correr para cima”, a frase dela era essa.

(...)

BRUNA: Onde é que vocês estudaram? Sempre foi em escola pública?

MARILAC: Sempre foi em escola pública, nós nunca estudamos em colégio particular não.

IZABEL: Ao contrário, para gente estudar a gente dividia, a minha mãe tinha que dividir os filhos. Eram sete então quatro estudavam de manhã e três à tarde para poder aproveitar esse mesmo caderno para poder os outros levarem. A gente chegou a morar... teve um tempo que ela se separou do pai e aqui a minha avó morava com um dois tios.

MARILAC: Um tio e 14 filhos... É dois tios, Clóvis e Armando.

NEIVÂNIA: A Izabel me falou um pouquinho vocês passaram dificuldades, teve uma hora que ela teve que trabalhar na praia algum tempo.

MARILAC: Na Praia do Caça e Pesca. Minha mãe foi lá e tinha um negócio com um baiano. Ela era... Despachava, garçõete na beira da praia e ela lavava o caranguejo, eu pastorava os carros, o meu irmão era o burro da carroça que a minha mãe não tinha burro só tinha uma carroça lá que não era dela era do dono da barraca e o dono da barraca era um baiano. Então minha mãe vendia, despachava cerveja correndo na praia aqui e ali e quando terminava o expediente ela dava o total do quanto ela tinha vendido ele tirava o lucro dele e pagava uma certa quantia a ela, uma comissão a ela.

NEIVÂNIA: Períodos difíceis, né?

MARILAC: Muito.

NEIVÂNIA: Quando é que veio melhorar? Que você poderia dizer: veio melhorar assim?

MARILAC: Nossa, não me lembro.

IZABEL: Veio melhorar nos anos 90.

NEIVÂNIA: Como?

IZABEL: Porque os filhos cresceram, a gente, nesse período, a gente tava morando lá no Dionísio Torres que a mãe lavava roupa nas casas, a mãe era garçonete de noite de dia ela fazia faxina lavava roupa. Nós passamos dois anos fora do Poço da Draga.

BRUNA: Mas você não tinha nenhuma casa aqui?

MARILAC: A casa tinha só que tinha os moradores que eram nossos tios e nossos primos. A família da dona Rocilda saiu da casa e foi para outro lugar e aí ficou o Clóvis e o Armando com os filhos e a vovó e o vovô.

IZABEL: E aí a gente ficou a mãe... A patroa dela arranjou um quartinho de 2x2. Tu imagina 2x2 para oito pessoas, com a mãe era oito e lá é tipo um boteco.

MARILAC: Tinha um balcão e tudo.

IZABEL: Muito dos meninos pequenos, os meninos pequenos, quando terminava, a gente esperava os bêbados saírem para lavar tudo para poder os meninos irem dormir e a gente acordava muito cedo.

MARILAC: E a gente se acordava de madrugada porque era a hora que o carro do leite chegava, 5 horas da manhã. Se acordava de madrugada porque o carro do leite vinha, então quando o carro do leite chegava ninguém era para estar mais dormindo porque o carro do leite vinha e a gente despachava leite, o pão, a gente tinha que receber o pão...

IZABEL: A gente botava um plástico no chão e a gente dormia.

NEIVÂNIA: E vocês dormiram lá?

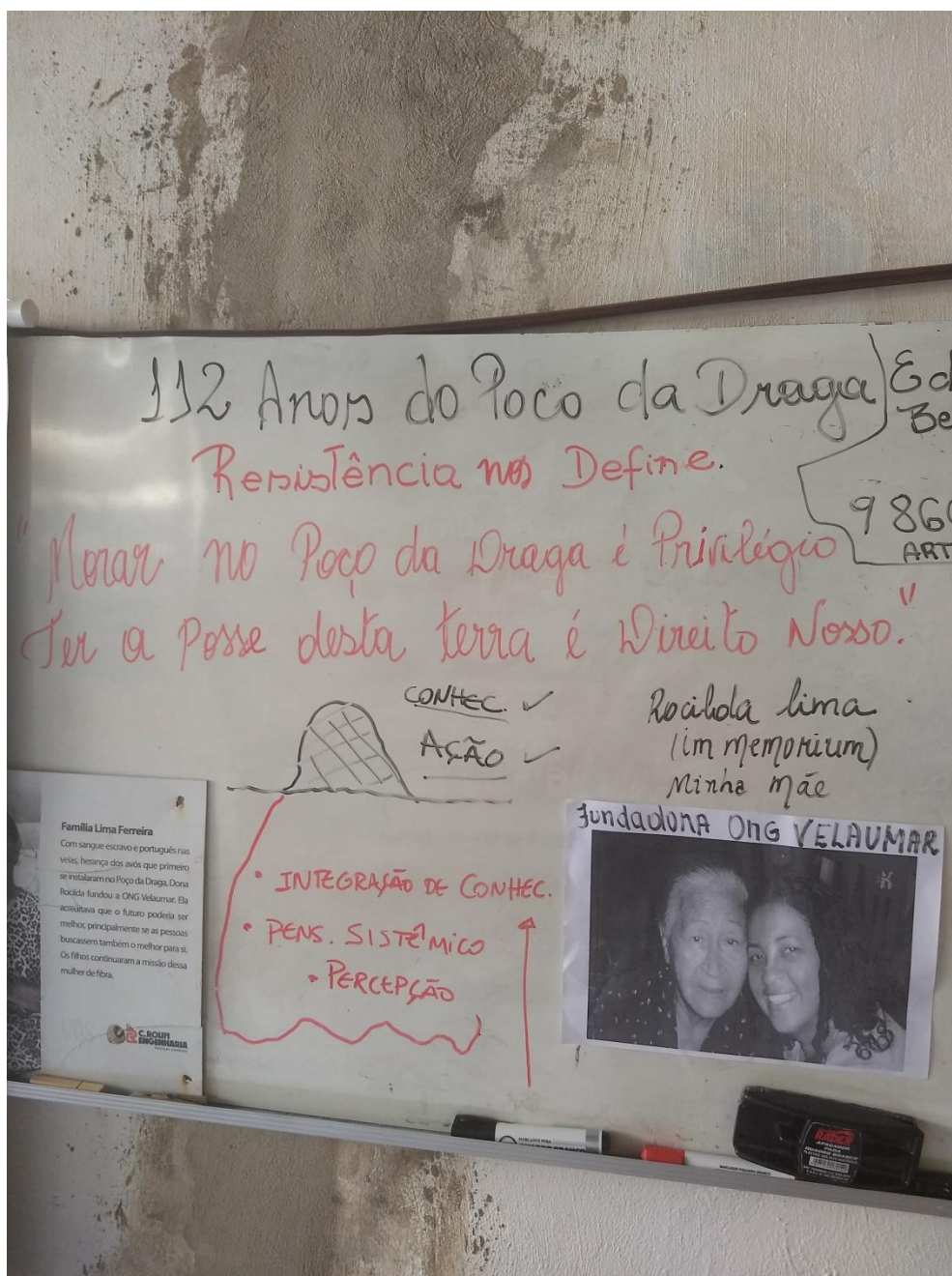
MARILAC: Era.

IZABEL: Aí quando todo mundo cresceu...

MARILAC: Eu dormia no balcão, eu dormia no chão, eu dormia em qualquer canto.

IZABEL: Aí nos anos 90 a gente já estava tudo com 15 anos, 16 anos, a gente começou a trabalhar mesmo. Às vezes eu ajudava a mãe a lavar roupa da Dona Regina. Os meninos já faziam uns bicos, a Marilac já olhava os meninos dos vizinhos que ali era todo mundo rico. Mas a minha mãe nunca deixou a gente faltar um dia de aula, nunca. E nunca deixou a gente trabalhar. (LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues. Fortaleza, 25 jun 2018)

Figura 26 - Quadro de atividades na sede da ONG Velaumar



Fonte: BRUNA FORTE, 2018.

Como citado anteriormente, o ingresso de Dona Rocilda na Associação de Moradores do Poço da Draga formalizou a atuação dela perante a comunidade. À frente da organização, a moradora vivenciou duas efetivas ameaçadas de remoção do Poço da Draga: a Operação Consorciada da Praia de Iracema e o plano do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará. O projeto envolveu quatro consórcios formados por 14 escritórios de arquitetura, consultores internacionais e professores universitários e previa o aterro de 19 hectares do mar da Praia de Iracema, com custo estimado em R\$ 200

milhões e 55 mil m² de área construída. O empreendimento não chegou a ser executado, mas previa-se que a comunidade do Poço da Draga seria relocada em terreno situado nas proximidades do quadrilátero formado pelas ruas Senador Almino, Almirante Jaceguai, Dragão do Mar e Pessoa Anta (OLIVEIRA, 2006, p. 63). Mais tarde, em 1999, a construção do CDMAC também fragilizou a comunidade.

BRUNA – Como é que a dona Rocilda entrou na Associação?

IZABEL – A mãe entrou nos anos de 88 pra 89. Seu Valmir foi lá em casa e disse que tava cansado e queria passar a Associação pra ela.

BRUNA – Ele já era um senhorzinho?

IZABEL – Ele já era um senhorzinho bem... Já devia ter seus 80 anos, por aí...

BRUNA – Você tinha quantos anos, Izabel, lembra?

IZABEL – devia ter uns 19 a 22 anos, por aí.

BRUNA – Já acompanhava?

IZABEL – Já acompanhava minha mãe, é. Mas minha mãe, nessa época, ela não era envolvida, ela não aguentava era desaforo, entendeu? De todas as mulheres, ela se diferenciava porque ela não levava desaforo pra casa, um homem viesse gritar, tivesse algum idoso aqui ela o quê? Faça isso não...

BRUNA – Já era conhecida por ser essa pessoa.

IZABEL – Por essa pessoa mesmo de determinada, de não levar desaforo pra casa. Aí ela entra, ele vem e pega a ata, diz que não quer mais, que não tem mais condição por conta da saúde. Aí, nesse período, surgem alguns projetos feitos pelo, eu acho que foi pelo Juraci²⁹. (*Refletindo*) Foi a primeira gestão, foi a primeira... Foi Juraci, foi? Eu acho que foi o Juraci que fez uma, que ia fazer, a intenção dele era fazer uma intervenção aqui dentro da comunidade pra construir um projeto consorciado da Praia de Iracema. Aí houve muito embate, pra onde ele ia a comunidade ia atrás, fretava ônibus mesmo.

BRUNA – Isso a dona Rocilda à frente da Associação?

IZABEL – Isso a mãe à frente da Associação. A mãe fez até uma passeata que teve mulher, menino, velho... Fez uns cartazes, a gente saiu aqui pela Praia de Iracema, foi o maior manifesto já feito pelo Poço da Draga.

BRUNA – Foi em que ano, cê lembra?

IZABEL – Isso aí foi em 90.

BRUNA – Teve um projeto de Centro Cívico no Plano Diretor, não foi?

IZABEL – Tiveram vários! Já teve o flat, né, que ia construir um flat na Praia de Iracema, aqui dentro do Poço da Draga. Tanto canto e a galera só quer o Poço!

JÚNIOR (*irmão de Izabel*) – O obelisco, nera?

IZABEL – Hã?

JÚNIOR – O obelisco!

IZABEL – O obelisco, era tudo era aqui...

²⁹ Juraci Vieira de Magalhães (1931– 2009), prefeito de Fortaleza de 1990 a 1993 e novamente de 1997 a 2004.

JÚNIOR – O obelisco que iam construir na Praia Mansa e queriam fazer aqui dentro. Vai pra lá, bicho!

IZABEL – Era o 24 horas, depois era um flat, depois era o projeto consorciado da Praia de Iracema. Aí sempre ela questionava isso e uma das coisas que minha mãe tinha (é que) ela acreditava tanto no poder na argumentação que ela convencia as pessoas a irem para a reunião, nessa reunião ia o pessoal, sabe? Quando foi em 2001, 2000 pra 2001, surge o Centro de Feiras e Eventos pra ser construído que foi o mais impactante mesmo para a comunidade, foi um projeto que fez dividir até as opiniões dos moradores.

BRUNA – Era do Juraci esse projeto?

IZABEL – Esse projeto era do Tasso Ribeiro Jereissati na época. Só que a gente já vinha com uma bagagem bem grande de resistência por conta da Prefeitura, o Tasso era Estado, e aí a gente participava muito de oficinas de direitos humanos que a Arquidiocese promovia...

BRUNA – “A gente” eram vocês que estavam perto da Associação, né?

IZABEL – Não, a comunidade toda! Eles vinham pra cá. Tinha o doutor Silvino, que era o advogado, tinha o Beto, tinha o Batista, tinha vários... Era um grupo lá que trabalhava muito conosco nessa parte de consolidação, a Igreja teve um trabalho bem eficaz aqui dentro com a constituição da cidadania mesmo no direito à terra, isso é inegável. Tem o seus problemas, todas as igrejas têm, mas a Igreja contribuiu muito nessa formação de pertencer, o direito é seu, você tem que acreditar, sabe? E aí as pessoas começaram a absorver isso mesmo, começaram a se blindar mesmo, “não, aqui a gente (*inaudível*)”. Mas o Centro de Feiras e Eventos veio pra enfraquecer essa luta que vinha se fortalecendo, o que é que acontece (*é que*) eles fizeram todo um mapeamento, eles levaram pro Castanhão pra passear, criar aquela de bonzinho pra cima da gente.

BRUNA – Fazer a média com vocês, tem todo esse discurso, né?

IZABEL – É, de “isso é melhor, não sei o quê...” Aí a mãe : “Se vocês realmente querem fazer o bem pra gente, a gente quer conversar com os moradores lá de Jaguaribara”. Veio dois ônibus, a gente lotou esse ônibus e quando nós chegamos lá ela dividiu em grupo os moradores, pediu pra cada grupo falar com os moradores e saber o que mudou na vida desses moradores. Para uma pessoa que tinha até a quarta série era muito conhecimento, por isso que eu digo que a minha mãe tava no tempo errado, no momento errado, mas tava na luta certa. Eu acho que é isso que fez com que a comunidade dissesse “Não, Dona Rocilda fez esse barulho todinho, por que que nós juntos a gente não consegue, né?”. E aí cada morador fez oficinas e a mãe disse “Eu quero ouvir do morador o que é que mudou na vida dele”, porque se eu saio da sala e vou dormir no quarto e já me sinto diferente, como arrancar isso desses moradores? E aí a gente foi ouvir os relatos desses moradores e eles diziam que as casas eram lindas, que tudo era lindo, que eles não tinham geladeira e quando mudaram pra lá compraram geladeira, compraram fogão, compraram tudo, mas não compraram sabe o quê? A paz de espírito que eles tinham antes. Não tinha como custear água, energia, esgoto, morava numa cidade super quente, absurdo mesmo, quente, tudo asfaltado. Lá onde eles deixaram eles criavam galinha, eles sobreviviam da própria plantação, da própria criação, isso se perdeu-se no tempo lá nessa nova. Então a gente pega essa realidade e traz pra cá (para o Poço da Draga) e a minha mãe começa a conversar com os moradores de novo. Reunião era uma constante nas ruas, no meio da rua mesmo, botava as cadeiras, ela sentava e aí o pessoal começava a chegar pra conversar com ela e ela montou uma história. Na época, ela marcou com o Tasso e disse: “Olha, se você quiser o Poço da Draga, nós queremos o melhor lugar da Praia de Iracema e tem mais, a gente quer uma piscina gigante, porque vocês vão aterrar a praia e nós vamos ficar sem o nosso mar, então a gente quer uma piscina gigantesca, igual a do Rio de Janeiro!”. E isso aconteceu, vírgula, criaram uma maquete e entregaram a chave simbólica, o lugar que cederam

saiu até em Diário Oficial, foi onde hoje é o Ministério do Trabalho. Seria a Almirante Jaceguai, que é a ladeira da Rua Dragão do Mar, Rua Senador Almino e Pessoa Anta, seria aquele quadrante destinado ao Poço da Draga.

BRUNA – E aqui seria...?

IZABEL – Aí seria o Centro (Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará). Mas nós só aceitaríamos se fosse praquela espaço e jamais isso iria acontecer porque é uma área, né? Mas aí, meu filho, isso trouxe tanta discórdia pra dentro da comunidade porque os próprios representantes da Associação queriam porque queriam, como tinham os filhos que casaram e foram morar em outros bairros, queriam cadastrar pra poder eles morar aqui. Segundo eles, seria legítimo porque eles nasceram e se criaram aqui, entendeu? Nem ia ter lugar pra todo mundo, seria pra quem realmente estava naquele momento, naquele trabalho. Isso criou um conflito interno, a ideia deles era enfraquecer a luta e eles conseguiram, tanto que de lá pra cá a Associação passou por várias mãos, vários conflitos.

BRUNA – Desde a década de 90, então?

IZABEL – Isso termina em 2005, todo esse conflito. Aí veio depois da mãe, houve uma, ela saiu porque o conflito foi muito grande.

BRUNA – Ela saiu quando?

IZABEL – Ela saiu em 2004, 2004 ela sai da Associação.

BRUNA – Depois de vários anos.

IZABEL – Depois de vários anos, foram 10 anos de luta. (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Em 28 de janeiro de 2004, no contexto de saída da Associação de Moradores do Poço da Draga, Dona Rocilda fundou a ONG Velaumar para “planejar ações e trazer pessoas pra somar e mudar a realidade social da comunidade”, segundo Izabel. O nome poético surgiu em um momento de inspiração: durante uma reunião com outros moradores, Dona Rocilda ouviu uma conversa entre Dona Heloísa e o pescador Seu Antônio na qual ela dizia que ia “botar a vela ao mar”. “Aquilo ficou na cabeça dela e ela disse: ‘Eu já sei qual o nome da ONG que eu vou criar, Velaumar’, então ela botou o ‘u’, que era a forma que ele falava quando queria colocar a embarcação pra ir pescar”, afirmou Izabel. O RPI dos moradores, nesse contexto de ingresso na posição de liderança comunitária, foi mais uma conquista encabeçada por Dona Rocilda.

IZABEL – Eu acho que em 2012, por aí... A mãe faleceu em 2011, 2012 por aí, mas ela saiu em 2004. Aí em 2004, como ela já viveu dentro dessa instância, não quis parar de fazer as atividades e cria a ONG Velaumar. É até engraçada a história do nome Velaumar, porque eu tinha vários nomes tudo indígena.

BRUNA – Tudo indígena?

IZABEL – Era, uns nomes assim tupinambá, sabe? Essas coisas.

BRUNA – Quem foi sugerindo?

IZABEL – Ela mesma, ela começou a perguntar às pessoas: “Diz aí um nome que seja parecido com a gente!”. Praia de Iracema, Iracema é uma índia, então começou a instigar as pessoas. “Velaumar” foi um momento bem ímpar pra ela: a gente tava numa reunião e aí um pescador que tinha aqui, era o Seu Antônio, que é falecido agora, a Dona Heloísa perguntou pra ele “Tu vai pra onde, Antônio?”, ele “Vou botar a velaumar”. Aquilo ficou na cabeça dela e ela disse “Eu já sei qual o nome da ONG que eu vou criar, Velaumar”, então ela botou o “u”, que era a forma que ele falava quando queria colocar a embarcação pra ir pescar. Ficou muito nosso, né? Praia, mar, toda essa história de pescador.

BRUNA – Foi em 2004, mais ou menos?

IZABEL – Foi, no dia 28 de janeiro de 2004 ela funda a ONG Velaumar e aí continua fazendo as atividades lá dentro de casa mesmo, vai ser muito aquela coisa depois da... *(pausa)* Vai ser muito essas temáticas, Dia das Mães, reunião, é fazer esse trabalho social de ouvir, participar.

BRUNA – Ou seja, propunha atividades aqui dentro como a ONG continua fazendo hoje também, né?

IZABEL – É, só que não tinha corpo, eram mais as ações no meio da rua.

BRUNA – Eram vocês da família e tinha mais alguém perto?

IZABEL – Tinham mais as mulheres, né? Tinha a Dona Marlene, tinha a Dona Zenir, tinha a Dona Tereza, tinha a Dona Iolanda; essas mulheres eram muito próximas da minha mãe, eram muito, ela gostava muito de estar com elas.

BRUNA – Nessa época, 2004, estava mais calmo sobre ameaça de remoção aqui, então?

IZABEL – Tava vírgula, né, porque toda hora surgia uma coisa. Depois desse negócio de Feiras e Eventos sempre aparecia uma coisa, “ah, vamos tirar o Poço da Draga!”, “ah, vai sair por isso”. Teve um momento tão louco nessa história de remoção do Poço da Draga, teve um político que veio aqui e ofereceu uma casa pra mãe lá na Dom Manuel. “Dona Rocilda, a senhora sai da frente da luta e a senhora ganha uma casa lá na Dom Manuel”, a mãe olhou pra ele e disse o seguinte: “Meu filho, do que adianta eu estar bem lá na Dom Manuel se as pessoas que sempre estiveram comigo vão estar sendo ameaçadas de remoção?”

BRUNA – Isso foi um deputado, né?

IZABEL – Isso foi um deputado. Uma coisa que eu levo pra vida foi que ela disse pra esse homem, a frase que ela dizia era: “Fulano, morar no Poço da Draga é um privilégio, ter a posse dessa terra é um direito nosso” e isso eu levo pra vida, sabe? Que a gente realmente, não é só pelo bem estar, que hoje a gente poderia ter uma casa da Dom Manuel, rica maravilhosa, mas na hora minha mãe tinha falecido e aí? O que teria sido dela hoje lá pagando pelos pecados dela? *(risos)*

BRUNA – Deixa eu te perguntar uma coisa, Izabel... Eu sei que muita gente aqui tem RPI, como é que foram essas conquistas individuais? Você lembra quem foi que começou a dizer “vamos atrás disso”?

IZABEL – Dona Rocilda! Foi minha mãe, porque na época teve essa história de as pessoas terem muito receio de serem removidas daqui, porque aqui antes era patrimônio da União, as pessoas diziam que era Capitania dos Portos e pra construir uma casa dessa tinha que ir na Capitania, ali onde é a escola Porto Iracema, e lá a autoridade dava um documento pra que você construísse,

levantasse uma parede, você só levantava uma parede se você fosse lá, entendeu? Então, dentro dessa assessoria que o pessoal da Igreja dava, ela foi buscar o Patrimônio da União pra cadastrar todo mundo daqui, quem quisesse, pra poder ter o direito à cessão real de uso e aí veio uma empresa chamada Zênite que fez um levantamento dos moradores mais antigos e cadastraram lá no Patrimônio da União, tanto que hoje eles têm, cada um de nós que fez esse cadastro tem o RPI, que é o Registro de Imóvel. Nós não temos o registro de imóvel no cartório, nós temos a cessão real de uso da terra, devolutas lá na Receita Federal. (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Atualmente, a ONG Velaumar é composta pelos filhos e netos de Dona Rocilda. Além de Luiza de Marilac como presidente e Izabel Lima é diretora de assuntos culturais, a irmã Inês Helena é diretora de ações na área da saúde, o irmão Júnior é do conselho e as netas Jéssica e Luiza Monicc são, respectivamente, secretária e tesoureira da organização.

Izabel Lima é pedagoga formada pela Universidade de Fortaleza, bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá e tem duas especializações — a primeira em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Uece e a segunda, em Arte-Educação pela Darcy Ribeiro. Atualmente, cursa Ciências Sociais na UFC e é funcionária do Instituto Dragão do Mar na sua área de formação: arte-educação. Há pelo menos 10 anos, estabelece o diálogo entre a organização e o Poço da Draga. É uma das mais reconhecidas líderes comunitárias e dedica sua vida aos estudos e à localidade.

É porque, com sinceridade, tem dia que eu nem sei porquê que eu continuo nessa. Sou solteira, não tenho filho, tenho meu emprego, sou formada, poderia tá viajando o mundo, conhecendo outras culturas... Mas aí eu tenho uma coisa impregnada aqui chamada Poço da Draga que não sai de mim, acredita? E também porque eu acho que a gente tá aqui pra uma missão, contribuir pra esse mundo ser melhor a cada dia. Eu aprendi isso na vida, minha mãe ensinou isso, tanto ela dizia: “Só faça uma coisa se for pelo prazer de fazer e não pelo prazer de ser”, tanto que nas festas meus irmãos eram obrigados a comprar refrigerante, o bolo, “ah, não tenho dinheiro”, “te vira, quero fazer a festa, é minha, vamos fazer”, então quem conheceu a dona Rocilda ou fala bem, ou tá levantando falso. Eu levo muito isso pra vida, sabe? (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Já Luiza de Marilac trabalha na Habitafor há seis anos. “Lá eu trabalho diretamente com as comunidades, as favelas, eu visito as favelas visando a necessidade que elas têm, levo as demandas para a Secretaria”, explicou em entrevista. Ela começou sua vida profissional em faculdades, a princípio com serviços e gerais e, posteriormente, nos laboratórios dos cursos ligados à saúde. Marilac já trabalhou nas instituições de ensino Faece-Fafor, FIC, Maurício de Nassau e IESC. Ela chegou a cursar faculdade, mas desistiu para criar seus quatro filhos.

Fiz quatro semestres de Enfermagem, fiz quatro semestres de Biomedicina, fiz dois semestres de Assistência Social e não tive como terminar nenhum porque toda vez que tô cursando acontece alguma e eu sou praticamente obrigada a abandonar para poder voltar e resolver. Até tentei, mas a necessidade financeira é maior do que a necessidade do aprendizado, então eu tô aprendendo na prática, como quem diz: aprendendo com o mundo, que dói mais, né? (LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues. Fortaleza, 25 jun 2018)

Além de promover ações culturais, a Velaumar é responsável por organizar atividades de cidadania na comunidade e organiza parcerias para estimular a profissionalização dos moradores. Sobre as atividades da ONG e o financiamento dessas práticas, Izabel explica:

IZABEL - A gente não tem recurso, não entra recurso, mas a gente tem trabalhado em parceria com as empresas aqui. Qual é a parceria? A gente fez um curso, mandou um projeto pro SENAC, e o SENAC qualificou aqui 20 mulheres pra costura, são costureiras em modelagem pelo SENAC. A gente pegou essa certificação dessas mulheres levamos lá na Fundação SINTAF e pedimos uma ação de máquinas de costura, eles nos doaram duas máquinas... Três máquinas retas, aliás, duas retas, duas overlocks e uma galoneira, então a gente trouxe pra cá e tá sendo cedida pra essas mulheres. A gente saiu depois de receber a doação das máquinas, levando essas máquinas essa certificação, e fomos lá na Indústria Naval pedir pra eles passarem fardamentos, o que eles tivessem, pras nossas mulheres fazer, sabe? Mas isso não entra recurso e o dinheiro que é feito pelas mulheres é rateado entre elas. (...) As pessoas achavam que entrava recurso pra nós, então por isso que eu digo: a ONG é quem chega, entre, vivencie, vocês vão ver que não tem recurso. Tem proposta, pessoas, tá aí, nós estamos agora com um projeto Poço Sem Fronteiras, são vários jovens da comunidade que estão fazendo cursos do ENEM, preparação para o ENEM, e aí quem que paga esses professores? O pessoal da Fundação, aí o recurso já passa direto pro professor, nós queremos que a coisa aconteça aqui dentro, entendeu?

BRUNA – A Velaumar, então, trabalha nesse sentido de planejar ações aqui dentro?

IZABEL – É, planejar ações e trazer pessoas pra somar e mudar a realidade social daqui.

(...)

BRUNA – E aí vocês que vão atrás dessas parcerias também, né? Essas relações...

IZABEL – Ah, graças a Deus a gente não ganhou dinheiro na vida, mas ganhou muitos amigos! Todo mundo tá aqui, todo mundo chega pra ajudar e isso tem feito a gente feliz. (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Em entrevista no dia 25 de junho de 2018, Luiza de Marilac exemplificou as ações da ONG Velaumar e afirmou que a organização mantém parcerias também com

outras comunidades, como Demócrito Rocha, Rosalina, Moura Brasil, Pau Fininho e Alameda das Palmeiras. Além das colaborações entre moradores dos territórios já citados, a Velaumar conta com financiamentos esporádicos de instituições governamentais ou privadas para suas atividades. As irmãs destacam o auxílio prestado por estudantes das faculdades pelas quais Marilac já trabalhou e pelos artistas que Izabel conheceu pelo Instituto Dragão do Mar.

NEIVÂNIA: Vocês têm parceiros?

IZABEL: Parceria de Deus. (...) Mas aí a gente tem muitos amigos, digamos a secretaria... A secretaria não, a faculdade. [Elas]: "Olha, a gente vai precisar" e a Marilac (vai) com os amigos dela dentro dos laboratórios e aí pega aqueles alunos que estão no estágio supervisionado e leva. Eu conheço muita gente da arte, da educação então convido alguns amigos e aí a gente...

MARILAC: Principalmente aqueles que já tão formados. Na época que eu trabalhei era uma turma, agora já é outra. "Já terminou?", "Já!", "Tô precisando de ajuda, pode me ajudar?", "Posso, você quer o quê?"

IZABEL: Essa é a nossa rede de trabalho.

NEIVÂNIA: É na base do "vem, por favor"?

MARILAC: "Vem, por favor", é.

IZABEL: E vem, viu?

MARILAC: E vem, e vem... Eu tenho um rapaz, ele está desempregado, ele é fisioterapeuta e toda vez que eu ligo para ele, ele vem. Nas vezes que ele diz assim "Marilac, eu não tenho um tostão do ônibus pra ir", aí eu disse: "Arranja aí que quando tu voltar a gente dá um jeito aqui de tu levar de volta o emprestado". E ele vem!

IZABEL: Mas nunca faltou, viu, meninas? Nunca faltou.

MARILAC: Por isso que eu digo: a fé, né?

NEIVÂNIA: Como é que você se sente, pessoalmente? Quando você diz assim: "Preciso disso" e o pessoal: "Eu, eu, eu".

MARILAC: Deu certo. Aliviada, né? Pelo menos é menos um que vai sofrer no corredor, na maca, ou que vai precisar fazer...

(...)

BRUNA: Além de vocês duas que estão assim no grosso da ONG...

MARILAC: No chicote!

BRUNA: É, né? Tem outras pessoas da família que estão nos cargos, não é? Mas quem é que tá atuando mesmo?

IZABEL: Todo mundo. Todos os irmãos.

BRUNA: Todo mundo tá trabalhando...

IZABEL: Eu tenho uma irmã, a Inês, que ela tem um trabalho também muito bonito lá no Cambeba.

MARILAC: Ela mora no Cambeba, o trabalho é em Messejana e ela estica até o Curió.

NEIVÂNIA: Ah, então ela faz ação também lá? O que é que ela faz lá?

IZABEL: O que a gente faz aqui. Precizou de médico, a gente se articula. Se ela tiver um pedido lá que não conseguiu, ela passa para nós e aqui a gente vai

articulando. O meu irmão Airton, ele tem (trabalho) ali no Carandiru (Conjunto Habitacional Dom Helder Câmara), se ele precisar de alguma coisa lá para ajudar alguém da comunidade e não conseguir, ele liga para minha irmã Inês. Se a Inês não conseguir, a gente tem aqui. Nós vamos só passando.

MARILAC: Só passe. "Ei, fulano, tem como tu ajudar ali?"

IZABEL: A gente pede, a gente tá mais é para cigana!

MARILAC: O pessoal diz que eu engoli foi um mendigo de tanto eu pedir! (*risos*). Só que esses pedidos não vêm para mim, entendeu?

BRUNA: É legal que a Velaumar é sediada no Poço, mas atua em um monte de canto.

IZABEL: Onde precisar e os braços derem para atender, a gente vai.

NEIVÂNIA: Vocês podem dizer que os irmãos de vocês que moram em outros bairros são extensão da Velaumar?

IZABEL: Também.

MARILAC: Com certeza.

NEIVÂNIA: É assim que funciona?

MARILAC: É assim que funciona e, se não funcionar, a gente faz funcionar. (LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues. Fortaleza, 25 jun 2018)

A relação da ONG Velaumar com as organizações parcerias não é, de todo, longe de conflitos de interesses. A mais evidente delas é, por certo, a relação do Poço da Draga com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura no Pavilhão Atlântico durante festivais como o Maloca Dragão. Segundo a pesquisadora Linda Gondim, um dos objetivos da construção do CDMAC, em 1999, foi a criação de um espaço de forte inserção no contexto urbano que permitisse a requalificação da antiga área portuária (2007), daí a inclusão da comunidade em programações específicas do Dragão do Mar. Entretanto, atualmente há poucas iniciativas governamentais que perdurem ou sejam efetivamente executadas para a comunidade, visando a um processo contínuo de formação artística e cultural na região. Destacamos, assim, a fragilização de uma continuidade na relação entre o Dragão do Mar e o Poço da Draga.

Ao longo do ano, o CDMAC realiza atividades pontuais que incluem o Poço da Draga na programação, com destaque para os shows realizados pelo evento Maloca Dragão – O Encontro de todas as tribos, um festival de performances, espetáculos de dança, teatro, circo, saraus literários e shows musicais realizado pelo centro cultural anualmente desde 2014, geralmente entre abril e maio, nas dependências do equipamento

e em outros pontos da Praia de Iracema, incluindo o Pavilhão Atlântico. Em 2017 e 2018, o palco principal do Maloca Dragão foi no Poço da Draga.

Entre 7 e 13 dezembro de 2015, outra atividade cultural foi realizada no Poço da Draga: a Feira Massa, organizada pelo grupo Vós em parceria com o Beach Park e o Sistema Jangadeiro, patrocinada pelo Governo do Estado do Ceará, pela Prefeitura Municipal e por empresas como Coelce, C. Rolim, Unimed e Coca-Cola. Bastante publicizada na mídia como uma ação de “ocupação da cidade”, a Feira Massa contou com uma programação de cultura, gastronomia e esporte e, novamente, o diálogo estabelecido com a comunidade foi por meio da ONG Velaumar. No entanto, a presença dos moradores no espaço foi reduzida, sendo a maior atração, para os jovens do Poço, a restauração da quadra de esportes destruída em 2012 com o início das obras do Acuario Ceará.

Izabel Lima, principal mediadora dessa relação entre CDMAC e instituições organizadoras de eventos culturais na comunidade, evita comentar em entrevistas formais sobre essas delicadezas envolvidas no processo de negociação do espaço. Entretanto, ela e Luiza de Marilac admitem as contradições e afirmam buscar utilizar os privilégios dessas organizações em prol da comunidade.

BRUNA: A gente tem locais — por exemplo, as faculdades — que têm esse apoio bem bacana, mas tem outros cantos que talvez tenham delicadezas com a comunidade, inclusive de permanência de vocês. Como é que se dá essa questão de, vocês sabem, com gente que não quer que o Poço da Draga permaneça aqui, né? Como é que essa relação se estabelece?

MARILAC: Das pessoas que não querem?

IZABEL: O Governo do Estado?

BRUNA: Pronto. Por exemplo, você trabalha na Habitafor...

MARILAC: Eu tacho o pau seja lá quem for. Primeiro o Poço, o Poço da Draga tá em primeiro lugar. O emprego eu tinha antes da Prefeitura e posso ter depois outro depois que eu sair da Prefeitura, mas o Poço da Draga é o primeiro lugar. É onde eu moro, é onde eu nasci, é minha raiz, minha identidade.

NEIVÂNIA: Eu ia exatamente te perguntar isso. Você tá na Prefeitura, o trabalho é isso, ela falou um pouco sobre ética (Izabel). É passível de crítica, a Prefeitura? Ou você tenta não misturar as coisas? Como é que é tua relação?

MARILAC: Eu misturo tudo! Chama o prefeito, chama o governador, nós briga, é uma luta deste tamanho que o povo diz. Aqui não!

Bruna: Como é que você lida com isso, Marilac? Você deve ouvir também da comunidade...

MARILAC: Sim, sim. Mas é mais criticado dentro da comunidade do que fora, do que na Prefeitura, porque lá na Habitafor todo mundo sabe que eu não tenho medo de perder o emprego, inclusive o prefeito. Ele tava no Jangurussu, uma vez, e eu estava lá com Pedro André Nascimento que inclusive é do Moura Brasil. A gente tava lá no evento e o prefeito subiu no palco e começou: “Eu vou fazer uma quadra, eu vou fazer um viaduto, eu vou fazer uma areninha e

eu vou trazer o asfalto” . Ele não chegou nem a descer, eu gritei lá de baixo: “Prefeito, o senhor vai gastar o dinheiro todinho aqui no Jangurussu e o Poço da draga?” (*risos*) Aí todo mundo, inclusive câmeras, né? Ele desceu calmamente, que ele é muito educado, (*e disse*) “tenha calma Marilac, vai chegar a vez do Poço da draga” e eu: “Eu vou estar viva?”

IZABEL: O último agora, meu povo, só para vocês entenderem o que a gente tá falando: para o aniversário da comunidade acontecer, a gente fez um ofício solicitando o palco, solicitando toda aquela estrutura e aí a Marilac soube onde era que tava governador. Onde era hein, Marilac?

MARILAC: (*risos*) Lá naquele pátio da Parangaba.

IZABEL: Ela e a Sabrina se mandaram para lá, que a gente sabe onde ele tá... Graças a Deus, que senão...

MARILAC: A gente sabe até onde ele mora!

IZABEL: Aí a Marilac mais a Sabrina ficaram lá ouvindo ele, quando ele ia descendo, a Marilac...

MARILAC: “Governador! Governador!”. Pessoal tudo sai logo de perto, uns acham logo que você tá armado porque você é favelado, é negro, né? O preconceito existe porque eu trabalho na Habitafor e só eu sei o tanto de preconceito que eu... Eu é porque sou sem futuro mesmo, pode vir. Eu disse foi pro chefe de gabinete lá, ele: “Olha, quando você tiver, vocês tiverem algum problema, vocês vêm até mim que eu sou acostumado a apagar fogo”. Nana, nina, não! Quem vier com patada comigo, Marilac, pode esperar o coice e é com os dois pés porque se você tem o direito de me bater, é lógico que tá me dando direito de revidar, não é não? Eu vou só apanhar? Só pancada? Nunca!

IZABEL: Perde o foco não. Responda!

MARILAC: Sim, do Governador. (*risos*) Eu não, responde tu.

Izabel: Tava num palco lá fazendo um... Apresentando o que hein, Mari? Eu sei que ela entregou lá, chamou a atenção dele lá, ele ficou meio... de pagar um mico e recebeu o papel. Deu para o Nelson Martins (*deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores*), só que ele ficou enrolando, enrolando, enrolando...

BRUNA: Mas recebeu o ofício?

IZABEL: Recebeu ofício na frente de todo mundo, né?

BRUNA: Esperto, hein.

IZABEL: Para poder dizer, né. E aí eu sei que o Nelson Martins ficou enrolando, enrolando, enrolando e aí a Marilac foi lá num instante e resolveu. Esta semana ela já foi lá de novo disse: “Ei, governador!”. Não sei aonde... Era no Cambéba, era? Fala, Marilac!

MARILAC: Eu entreguei um ofício ao Governador, (eu) atrás de entregar o ofício e "ah, ele não tá, não tá". Quando é que esse pessoal dá cinco minutos pra você com o governador em uma sala? Nunca né?

NEIVÂNIA: Nunca!

MARILAC: Nunca porque o governador nunca tem tempo para você. Mas quando é na campanha, para pegar voto, entra dentro da comunidade, lhe abraça, "minha amiga". Eu não sou assim falsa, não! Eu sou uma pessoa que digo logo na cara, seja lá de quem for! Aí peguei o ofício e fui lá: "Governador!", eu doida atrás de ver o governador e o governador lá no palco e os seguranças aqui (...). Quando ele foi pegar o microfone, eu: "Governador! Aqui, ó! Preciso entregar ao senhor!". Ele, na frente de todo mundo, das câmeras, foi lá e pegou o ofício. “Isso aí, ó, é para ir para o Poço da Draga no dia do aniversário”. Era gerador, banheiro, palco, luz, o som e as apresentações artísticas. Tem, a Casa de Cultura tem, nós não temos. Não tem eu a ONG, a não ser eu cantando ruim que só! (*risos*). Aí ele pegou lá o papel e pronto.

BRUNA: Não assinou ali na hora?

MARILAC: Não. Ele não assinou, não.

BRUNA: Ele levou para o pessoal dele...

MARILAC: “Nelson Martins venha aqui. Resolva isso aqui que eu estou autorizando”, o governador [quem disse]. “Tá ouvindo Nelson Martins? Ele tá autorizando, viu. Não é para me enrolar não”. Aí passou, quando foi bem pertinho do evento, ele veio dizer que só podia dar um dia. “Da próxima vez, Nelson Martins, que eu tiver com o governador, vou pedir para ele assinar um documento liberando tudo porque a palavra dele não vale. Tava eu, você e o governador, eu ouvi, você tava cara a cara comigo e ouviu o governador ali dizendo na minha cara, na sua cara, e você vem dizer depois... Então não tá cumprindo a palavra do Governador!”. Num instante, ele resolveu. Depois chegou foi tudo aí, não foi, Tina? Era palco solto...

IZABEL: Palco solto...

NEIVÂNIA: Banheiro

(...)

MARILAC: Eu só preciso de uma palavra se eu disser assim Governador vou lhe apoiar, embora ele perca, “Não, ele vai perder, mas eu vou apoiar ele”, eu não dei minha palavra? Eu não sou rica, eu não tenho parente importante, eu não tenho dinheiro, não tenho político importante, eu só tenho a verdade e se eu perder a verdade, eu vou ter o quê? Nada. Aí eu vou para cima com qualquer um. Agora o prefeito... Não porque eu trabalhe na Prefeitura, mas o prefeito é muito acessível e o prefeito é um homem de palavra.

IZABEL: Gente, isso aí é, viu. Ele nos atende muito bem.

MARILAC: Nos atende, nos recebe e ele nunca mentiu. Outro dia, eu peguei ele e o Salmito, que é o presidente da Câmara, e o governador. “Governador, tô esperando o senhor lá no Poço da Draga para tirar logo os tapumes do Acquario, viu? Antes da eleição o senhor vai ter que dar um jeito”. Ele: “não, fale com a Janaína (assessora parlamentar dele)”. “Falo não, Janaína resolve nada, não. Tô falando com o senhor, eu pedi voto foi para o senhor, não é para Janaína.”

Bruna: Marilac, quando você fala “vou te apoiar” para o governador, tá apoiando enquanto Marilac ou enquanto ONG?

MARILAC: Enquanto Marilac.

IZABEL: Marilac.

BRUNA: A ONG não se...

MARILAC: A ONG não.

BRUNA: Isso é um acordo entre vocês?

MARILAC: A ONG é nossa.

BRUNA: Então cada um aqui (*na ONG*) vota e faz campanha para quem quiser ou para quem não quiser?

MARILAC: É, é.

IZABEL: Geralmente, se ela for ou se eu arranjar um, a gente vai junto, nós duas. Mas a comunidade é livre, tá entendendo?

MARILAC: É, a comunidade é livre.

IZABEL: Agora, se a gente traz ele aqui, se ele diz para todo mundo que vai trazer um benefício, aí a gente chega junto.

MARILAC: Acolhe.

IZABEL: Acolhe, mas dizer que nós temos 200 votos, nós não temos.

MARILAC: Eu só tenho um, eu só tem um título. Eu costumo dizer assim... “Marilac, você tem quantos votos para me dar?”. Eu: “Só um, eu só tenho um, se você me der condições de trazer benefícios para a comunidade...”

IZABEL: Ele tem que vir aqui.

MARILAC: Ele mesmo tem que dizer. Não é eu, não, porque se eu vou dizer depois ele não vem e eu que sou mentirosa.

IZABEL: Eles vão embora e a gente fica. (LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues. Fortaleza, 25 jun 2018)

Para pensar nas relações estabelecidas entre a Velaumar e o poder público/privado, aqui já abordadas, recorreremos aos conceitos de “dispositivo” e “profanação”, do filósofo italiano Giorgio Agamben e também buscamos realizar aproximações entre esses marcadores e as definições de “estratégia” e “tática” na perspectiva do historiador francês Michel de Certeau.

Na produção de Agamben, há uma herança do pensamento foucaultiano, principalmente no que se refere às questões metodológicas e do regime de biopoder. Em seu ensaio *O que é um dispositivo?* (2009), Giorgio Agamben inicia o texto discorrendo sobre a importância das questões terminológicas e realiza um breve estudo genealógico sobre do termo dispositivo, buscando compreender de que maneira Michel Foucault entra em contato com esta palavra. A investigação de Agamben passa por Hyppolite, estudioso de Hegel e professor de Foucault, e vai até as origens gregas do termo: *oikonomia*, traduzida ao latim como *dispositio*.

O filósofo italiano também realiza uma contextualização do termo na pesquisa de Foucault. Agamben (2009) considera que Foucault não chega a definir dispositivo com precisão, mas a partir do conhecimento da obra dele, infere que “os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, (...)” (AGAMBEN, 2009, p.33). Em outras palavras, o dispositivo foucaultiano não é um termo restritivo, mas um termo geral que “é um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.” (id., p.29). Assim, tudo o que tem alguma condição para interferir, orientar, governar os seres vivos torna-se um dispositivo.

Na perspectiva de Foucault, o termo “estratégia” encontra-se relacionado ao marcador dispositivo. “O dispositivo tem, portanto, uma função eminentemente estratégica [...]” (FOUCAULT, 1970 apud AGAMBEN, 2009). De origem militar, estratégia e tática são conceitos adotados por Michel de Certeau para pensar sobre nossas práticas cotidianas, tais como ler, cozinhar, caminhar pela cidade, falar, consumir em sentido amplo e não apenas monetário.

Nesse contexto, estratégia é considerada a soma das relações de força em um dado campo, uma vez que “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc).” (CERTEAU, 2012. p.93).

Diante da onipresença dos dispositivos que capturam, modelam e direcionam nossas vidas e das sociedades contemporâneas que, de acordo com Agamben, “(...) se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real.” (AGAMBEN, 2009, p. 48), quais seriam as possibilidades para escapar deles e de seus processos de dessubjetivação³⁰ do sujeito? Agamben aponta o conceito de “profanação” como procedimento de resistência. Nesse sentido, em diálogo com Certeau,

A tática, não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado.” (CERTEAU, 2012, p. 94)

Se o dispositivo separa do uso comum, “a profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (AGAMBEN, 2009, p. 45). Acreditamos que, ao estarem inseridas no campo do poder institucional — Isabel no Governo do Estado e Luiza de Marillac, por sua vez, na Prefeitura Municipal — e utilizarem essa posição para pressionar e instigar ações

³⁰ Para Foucault, os dispositivos produzem processos de subjetivações. Já para Agamben, no atual estágio do capitalismo, o que resulta entre o contato entre seres e dispositivos são processos de dessubjetivação, o que sugere o surgimento do bloom “(...) que executa pontualmente tudo o que lhe é dito e deixa que os seus gestos cotidianos, como sua saúde, os divertimentos, como suas ocupações, a sua alimentação e como seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes, é considerado pelo poder - talvez exatamente por isso - como um terrorista virtual.” (AGAMBEN, 2009, p.49).

públicas para o Poço da Draga, as integrantes da ONG Velaumar reproduzem uma tática resistente. Em uma conversa informal durante a programação do aniversário de 111 anos da comunidade, em 2017, Izabel comentou comigo sobre esse lugar dúbio ao lembrar que o Governo do Estado sempre representou uma ameaça de remoção, mas anualmente envia banheiros e equipamentos sonoros para os festejos da comunidade.

A gente fortalece, né? Eu acho que não é nem fortalecer, a gente concretiza mesmo a nossa permanência pelos atos. Taí, a gente fez aniversário da comunidade e veio o palco, veio o som. É o próprio Estado dizendo “Eles realmente tem 110 anos, 111 anos”. E aí começaram a mandar as fotos, registrando isso. São essas ações que nos colocam em uma situação diferente da do Estado. Eu sei que, no dia que o Estado quiser, ele tira, não tira? Vírgula. É porque nunca encontrou um Poço da Draga pra ele bater de frente. Vai tirar? Pode até tirar, mas que vai ter muita luta, muita discussão, a gente vai trazer as academias tudinho pra cá, tá entendendo? (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

2.3) O Acquario Ceará e a ZEIS do Poço da Draga

Na gestão de Luiza de Marilac enquanto presidente da ONG Velaumar, a construção do Acquario Ceará foi a primeira grande ameaça de remoção enfrentada pela comunidade. Por isso, destacamos tal obra no contexto recortado nesta dissertação.

O contraste Poço da Draga x Acquario Ceará ilustra bem essa lógica de disputa de concepções de cidade adoecedora. Quais são os agentes envolvidos nas decisões de prioridades governamentais? De qual classe eles defendem os interesses? De um lado, uma comunidade sem saneamento básico, condição mínima para qualidade de vida de qualquer ser humano; do outro, a previsão de um oceanário com capacidade para 15 milhões de litros d’água e 500 espécies de animais marinhos, entre peixes, arrais, tubarões, algas e até pinguins — dados presentes no EIA/RIMA³¹ do equipamento. (OLIVEIRA, 2015).

³¹ O EIA (Estudo de Impacto Ambiental) é a pesquisa relacionada à coleta de material, análise e bibliografia, assim como estudo das consequências ambientais, envolvidas na construção de uma obra. O objetivo do EIA é analisar os impactos causados pelos equipamentos averiguados, propondo condições adequadas para construção dessas obras. Já o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) é o relatório conclusivo desses estudos. O órgão público licenciador deve analisar o RIMA observando as implicações da construção dos aparelhos investigados. O EIA/RIMA do Acquario Ceará está disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/wpcontent/uploads/2011/11/FORTALEZA-AQUARIO.pdf>>

Localizado na Rua dos Tabajaras, nº 11, o Acquario Ceará estava sendo construído no terreno onde ficava o antigo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mais especificamente no trecho compreendido entre a Ponte dos Ingleses e a Ponte Metálica. Ainda de acordo com dados do EIA/RIMA, o equipamento ocuparia uma área de 21.500m² e custaria cerca de R\$250 milhões. O valor, no entanto, está completamente defasado: além da demora na conclusão da obra, cuja inauguração estava prevista para a Copa do Mundo 2014 e desde 2012 se encontra parada, o relatório não previa custos adicionais. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) em 2014, o orçamento do oceanário previsto naquele ano era superior a R\$280 milhões. Conforme o documento oficial,

O Acquario Ceará terá uma área construída de 21,5 mil m², em quatro pavimentos que abrigarão áreas de lazer com um cinema 3D, dois cinemas 4D, dois tanques de toque, três simuladores de submarino, área para mergulho com navio naufragado, um domo do mar, uma atração vídeo interativo em 3D, dois túneis de observação submersos que permitirão o acesso dos visitantes ao interior de tanques com capacidade para 15 milhões de litros, várias espécies de animais marinhos e de água doce e equipamentos diversos que proporcionarão a interação entre o público e o aquário. Além disso, será construída a praça das águas em área externa ao prédio do aquário, com equipamentos perfeitamente integrados a temática abordada no projeto, como: fonte temática, escultura representando o globo terrestre, escultura símbolo do Acquário Ceará, ponto de informações turísticas e quiosque de alimentação. (CEARÁ, 2012, p.2)

Em 2010, uma maquete do Acquario Ceará foi apresentada ao público em exposição realizada nos domínios do centro Dragão do Mar. Com o discurso de “dobrar o fluxo turístico”, a Setur promoveu o equipamento como o maior ícone edificado do Estado, bem como sua principal atração turística.

Figura 27 - Maquete do Acquario Ceará



Fonte: SETUR, 2010

Figura 28- Maquete do Acquario Ceará e entorno



Fonte: SETUR, 2010

Para compreender a acirrada disputa política e judicial envolvendo o Acquario Ceará, traçamos uma breve cronologia dos entraves ocorridos no ano de 2012, início da construção da obra na Praia de Iracema. É importante destacar que, além do já citado coletivo Quem Dera Ser um Peixe, outros atores sociais também fiscalizaram a execução do equipamento, como a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares Seção Ceará (RENAP); o Mandato Ecos da Cidade, do então vereador João Alfredo (PSOL); o Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça e até mesmo o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).

. Em 2012, cinco integrantes do Quem Dera Ser um Peixe realizaram uma visita ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para verificar a realização do estudo arqueológico na área exigido por lei e consequente anuência do órgão para a edificação. A superintendente do Iphan à época, Juçara Peixoto, admitiu que o instituto não havia sequer sido consultado pelo Governo do Estado e o Iphan pediu suspensão da obra, que foi embargada no dia 27 de março de 2012. Menos de 20 dias depois do embargo, no entanto, o Iphan recuou e permitiu que o estudo arqueológico fosse realizado concomitantemente à construção do equipamento. O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, recomendou novamente a suspensão da obra por ausência de aprovação do Iphan e insuficiência dos estudos realizados para o EIA/RIMA. (RODRIGUES, 2013)

Em contrapartida, no dia 30 de maio de 2012, o Governo do Estado entrou com uma ação na 10ª Vara Federal para suspender a decisão judicial e, em 15 de junho do mesmo ano, a juíza Débora Aguiar da Silva Santos concedeu liminar suspendendo o embargo do Iphan. Apesar da vitória governamental e o reinício da construção no dia 18 de junho, esses embargos deixaram as obras do Acquario paradas durante 83 dias. Nesse período, o Quem Dera Ser um Peixe e demais organizações investigaram o financiamento do oceanário.

Dos supostamente R\$ 280 milhões investidos no equipamento, US\$ 105 milhões seriam provenientes de um empréstimo do Governo do Estado com a instituição norteamericana de fomento Export-Import Bank of the United States (Ex-Im-Bank) e os outros US\$ 45 milhões restantes seriam recursos do próprio governo do Ceará. Vale ressaltar que o Ex-ImBank é uma agência governamental cujo objetivo é estimular

exportações dos Estados Unidos — assim, pelo menos 50% do dinheiro emprestado deve ser utilizado na importação de produtos americanos.

Em maio de 2011, o então secretário de Turismo Bismarck Maia declarou no Diário Oficial do Estado do Ceará a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa responsável pela construção da obra, anunciando acordo direto com a International Concept Management INC (ICMReynolds), uma companhia norte-americana. A Secretaria de Turismo justificou a ausência de licitação alegando tratar-se de “serviços técnicos singulares” de uma instituição de “notória especialização” e apresentou um Estudo de Técnica, Qualidade e Preço feito pela Imagic! — a corporação responsável pelo projeto arquitetônico do oceanário —, afirmando que a ICM-Reynolds havia construído 215 dos 250 aquários de grande porte mundiais. Sete dias, em 2 de junho de 2011, o Governo do Estado enviou à Assembleia Legislativa o pedido de aprovação do empréstimo com o Ex-Im-Bank. Um mês antes, entretanto, o Quem Dera Ser um Peixe havia instigado o Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE) a investigar as ilegalidades cometidas na contratação anunciada pela Setur. Segundo o documento enviado pelo coletivo aos órgãos competentes, a pasta desrespeitou a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações, que determina no inciso II do artigo 25 ser inexigível licitação “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”. A ICM-Reynolds, no entanto, não era a única empresa especializada na construção de oceanários de grande porte — o que configurou fraude no processo (OLIVEIRA, 2015). Enquanto as investigações eram realizadas, as obras foram novamente suspensas e não retomadas mais até o encerramento desta pesquisa.

Ao longo dessa disputa jurídica, o Poço da Draga manteve-se incerto sobre o futuro da localidade. O EIA/RIMA do Acuario Ceará citava a comunidade *en passant*, ao descrever o “entorno” da obra. Em algumas entrevistas à imprensa no ano de 2012 e ainda em 2013, o Governo do Estado declarou que a comunidade não sofreria processo de remoção com a construção do oceanário. Dona Ivoneide Góis, moradora do Poço da Draga, contou-me em entrevista para a monografia que o então governador Cid Gomes (PDT) foi ao Poço e, sem descer do carro, avisou que não “mexeria” com a região. Com a edificação de megaobras, consequente valorização do terreno e aumento da especulação imobiliária, no entanto, os moradores da região limítrofe são acossados pelo crescimento

do custo de vida no local e abandonam as áreas — o fenômeno é o que os pesquisadores chamam de “expulsão branca”.

Enquanto a construção do Acquario ganhava forma, o Poço da Draga elegia seu Conselho Gestor para acompanhar a regularização da ZEIS da comunidade. O processo, que leva cerca de um mês entre campanha, votação e eleição dos conselheiros, foi realizado em 2012 — último ano da segunda gestão da ex-prefeita Luizianne Lins (PT). Entretanto, a petista não chegou a empossar os conselheiros eleitos e as ZEIS entraram em uma longa e onerosa negociação com a gestão posterior. O desgaste desanimou Izabel e Luiza de Marilac Lima, à frente da organização comunitária.

BRUNA – Izabel, e quando o Poço foi reconhecido como ZEIS pelo Plano Diretor, em 2009, a Velaumar estava acompanhando? Como é que a ONG se coloca nesse contexto de luta por permanência, por regularização fundiária?

IZABEL – Sempre houve um certo descrédito por conta da ZEIS, tá entendendo? Por quê? Porque é uma coisa que vem se arrastando há tempos e a gente vai pra reunião pra não dizer que a gente não participa, mas acreditar mesmo é complicado. Por que, Izabel? Porque é um lugar onde tem secretaria A, B, C, D, onde todo mundo vota, onde quando a comunidade vai votar quem decide realmente é quem tem o poder econômico, quem tem a decisão de fazer o que bem quer que eles façam. Aí a gente fica assim meio, mas... Quando minha mãe faleceu, eu disse assim: “Rapaz, é o seguinte, vamos fazer nosso Conselho Gestor, vai partir de nós mesmos e se tiver validade tudo bem, se não tiver, a gente usa ao nosso favor”. E fizemos isso, tanto que na época era o..., como é o nome dele? Teve um representante que até era coordenador do Habitafor e foi um que acompanhou todo o processo aqui. Nós fizemos o edital, fizemos a ata, as pessoas que foram da comissão pra divulgar o edital não participaram do processo de eleição, não poderiam participar da chapa, tudo que mandaram no edital a gente fez, tanto que a gente tem isso tudo registrado e eu acho que são poucas as comunidades que têm isso.

BRUNA – Eu acho que só o Poço e o Lagamar conseguiram eleger todo o Conselho Gestor.

IZABEL - Já tá até vencido. Por lei já tá vencido, mas pra nós...

BRUNA- Quem faz parte do Conselho Gestor?

IZABEL – Tá eu, tá a Ivoneide, tá... A gente chamou Seu Joãozinho de novo, porque as pessoas, pra falar mal você tem que tá ali dentro, você não pode me criticar se você não faz nada, então você tem que tá dentro do movimento pra saber que a roda não gira só, né? E aí quem mais que tá? (*refletindo*) Eu acho que tá a Noélia, todo mundo que passou pela Associação tá dentro desse Conselho.

BRUNA – E foi época em que a Luizianne estava saindo e não assinou?

IZABEL – Exatamente, não assinou. Ela veio pra cá dia 31, no dia da inauguração, último dia de gestão dela, veio lá pro Pavilhão e fez uma solenidade absurda lá, disse que ia assinar, a comunidade foi em peso pra pressionar... Ela não assinou. Isso aí foi muito doloroso. Eu acho que, os moradores daqui, se ela tivesse voltado a gente teria, todo mundo teria votado nela em peso, mas pela falta de compromisso, de respeito com o morador... Ela deveria ter dito “Ó, pessoal, eu não posso assinar porque existem outras pretensões pra esse local”, sinceridade, já tava saindo mesmo, né? Aí depois

veio com cara de santa pedir voto, eu digo “Ah, já foi...”. É uma coisa que acontece muito aqui: política. De quatro em quatro anos chega mais o cara mais descarado do mundo “Olha, vim pedir o voto de vocês”. Eu já fico assim cismada, eu “Quantos anos o senhor já foi eleito?”, “Fui oito vezes eleito!”, oito vezes faz 32 anos, isso é meio de vida, “Por favor, dá pro senhor se retirar da minha casa? Porque não tem condição!”. Meio de vida! Como é que você representa a pessoa 32 anos, fez o quê? Que foi que o senhor fez aí? O homem saiu até chateado comigo, mas eu não consigo... E eu só tenho um voto. “A primeira coisa, meu senhor, eu só tenho um voto, não venha me pedir voto, à nossa família, nós não temos votos, nós só temos um título, cópia não dá pra tirar e se o senhor quiser isso aqui, faça isso primeiro que aí a gente vai”, mas como ninguém faz continua do mesmo jeito, tanto que todas as ações que aconteceram dentro comunidade foram feitas pelo próprio morador, entendeu? (LIMA, Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 21 jul 2017)

Em 2018, finalizando o processo de regulamentação reiniciado em 2016, a Prefeitura de Fortaleza realizou novamente a eleição dos Conselhos Gestores de nove ZEIS na capital cearense. A ONG Velaumar, agora com participação ativa do Movimento ProPoço, voltou a acompanhar as movimentações.

BRUNA - Agora a gente está de novo nesse processo da ZEIS, com um comprometimento da Prefeitura de regulamentar a ZEIS do Poço da Draga e outras, né? Como é que tá essa relação agora com o prefeito, já que vocês tem essa proximidade de conseguir cobrar e falar “Ei, Roberto Cláudio”?

MARILAC - Cobro o Roberto Cláudio todo dia! (*risos*)

BRUNA - Sobre as ZEIS?

MARILAC- Sobre as ZEIS, sobre tudo. Tudo que a comunidade precisa, todo dia. Da próxima vez que ele vier aqui, ele vai dizer que eu cobro ele todo santo dia, todo santo dia, todo dia, todo dia!

BRUNA - Você acha que esse processo de regularização que tá acontecendo pode ser dialogado com ele?

MARILAC - Nós vamos conversar agora, dia 9 vai ter a reunião.

IZABEL- Quer que eu diga? Quer que eu responda isso daí?

NEIVÂNIA - Diga aí!

IZABEL - Eu acho que o pai do Governador, ele pode até ter interesse em querer que isso funcione, porque foram dois anos sofridos de muita reuniões e aí quem vai sair para agilizar essas relações com as comunidades é o governador, porque se essa ZEIS realmente não der resultado, só quem perde é o filho dele. Ele não tá nessa porque ele quer que as ZEIS aconteçam, não, isso é um contraponto para poder o filho dele se reeleger. Nós não somos cegos para essas coisas.

MARILAC - Muito menos burras! Nós vamos levando conforme vai dar, mas a gente sabe que amanhã ou depois...

IZABEL - Eu acho que só muda mesmo, qualquer comunidade, só muda se o morador se apropriar dos seus direitos do voto, fazer valer a sua participação popular e dizer “nós não queremos isso, nós queremos isso, se você não trouxer, não cumprir com as suas promessas, você não vai ser reeleito”. Eu acho ainda que a força maior parte de nós, nós que moramos dentro das comunidades. A representação, hoje, é mais pelo que o poder aquisitivo que essa função traz para esse representante.

MARILAC - E tem mais: só mexe na ZEIS quando é eleição. Quando é ano de eleição, o pessoal é "as ZEIS, as ZEIS, as ZEIS". (LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues. Fortaleza, 25 jun 2018)

Figura 29 - Izabel Lima na sede da ONG Velaumar



Fonte: BRUNA FORTE, 2018.

No dia 13 de novembro de 2018, o prefeito Roberto Cláudio empossou 137 conselheiros, titulares e suplentes eleitos das ZEIS prioritárias, sejam elas: Dionísio Torres/Vila Vicentina, Pici, Lagamar, Serviluz, Praia do Futuro, Bom Jardim, Pirambu, Poço da Draga, Moura Brasil e Mucuripe. Os conselheiros foram eleitos nos segmentos “Moradores” e “Organização Civil”. No Poço, a organização eleita foi a Velaumar.

Agora, ao longo dos próximos anos, eles devem acompanhar a regulamentação da ferramenta no território.

A conquista da posse do Conselho Gestor, entretanto, ainda não tranquiliza os moradores quanto à permanência na terra. Isso porque, com a parceria público-privada (PPP) no modelo Operação Urbana Consorciada assinada entre Governo do Estado e Grupo M.Dias Branco, a previsão é que as obras do Acquario Ceará sejam retomadas ainda neste ano. A expectativa é que, em novembro, o estudo de viabilidade econômica da obra seja entregue aos órgãos responsáveis. Nebuloso, o único comentário a respeito do Poço da Draga nesse novo contexto foi de Geraldo Luciano, vice-presidente de Investimentos e Controladoria da M. Dias Branco, em entrevista ao jornal O POVO em 11 de agosto de 2018: “Observamos oportunidades de investimentos e achamos que (*a região*) possui um potencial imobiliário muito bom”.³²

Nesse contexto de incertezas e desgastes, retomamos a fala de Izabel Lima sobre as ZEIS: “Eu acho ainda que a força maior parte de nós, nós que moramos dentro das comunidades”. O discurso de “fazer por contra própria” é tomado não apenas pela ONG Velaumar em diversos momentos, como também — e principalmente — pelo Movimento ProPoço. Assim, as duas organizações promovem eventos dentro da comunidade para estimular a participação dos moradores e reafirmar o quão é importante sustentar um discurso de memória e tradição para assegurar, também, a permanência da comunidade na faixa litorânea. Os aniversários e as visitas guiadas (ver capítulo 3) são exemplos desse engajamento.

2.4) Aniversários do Poço da Draga: 110, 111 e 112 anos

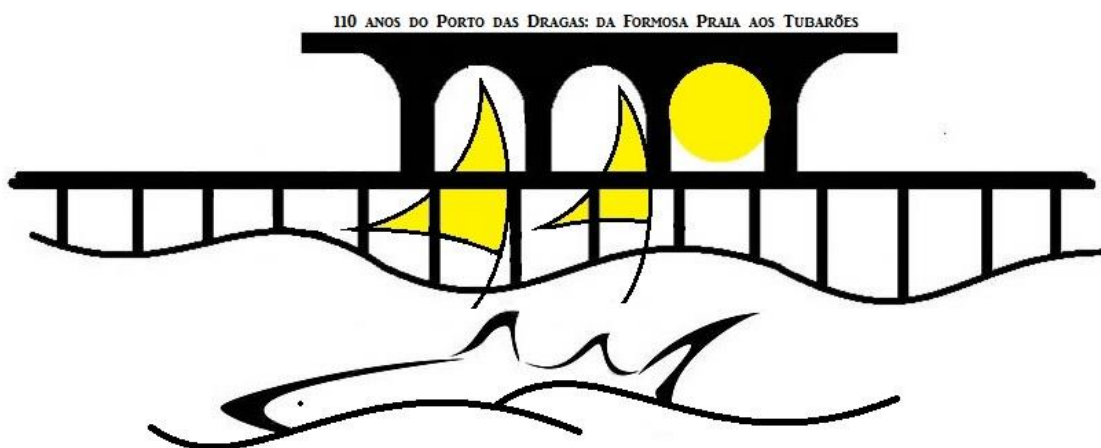
Com o tema “110 anos do Porto das Dragas: da Formosa Praia aos Tubarões”, a comemoração de aniversário do Poço da Draga em 2016 — ano no qual ingressei no Mestrado em Comunicação e comecei a tomar notas para o diário de campo — foi realizada entre os dias 26 e 29 de maio nos domínios da comunidade e buscou resgatar a memória e a tradição da região. A festa foi organizada pela ONG Velaumar e o

³² Informação publicada pelo Jornal O Povo em 11/08/2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/08/m-dias-branco-decide-tocar-obras-do-acquario-e-pode-mudar-projeto.html>>. Acesso em: 8 jan 2018.

Movimento Pró-Poço, com o apoio de outros moradores, e contou com programação diversificada e aberta à cidade. No site de rede social *Facebook*, a descrição do evento já deu pistas da história do território:

A comunidade do Poço da Draga tem a Honra de pedir emprestado do primeiro Porto da cidade, a Ponte Metálica, sua data de comemoração de inauguração a 26 de maio de 1906. Aquele período em que a cidade entrava de vez no cenário de rotas comerciais, propiciou o surgimento de um núcleo de habitações formado por pescadores, retirantes e embarcadiços. Este povoado, chamado de Poço da Draga, ali se fixou tanto para moradia como pra dar suporte às demandas das atividades portuárias. O nome faz referência às Dragas que atracavam naquela localidade praieira de nome Praia Formosa. O registro mais antigo que temos conhecimento é de um cartão postal datado de 1930, do arquivo do memorialista Nirez. O porto se mudou para o mucuripe nos anos 50, e no seu antigo local, já Praia de Iracema, permaneceu a comunidade em meio a um bairro pulsante, outrora característico na pesca, pescadores e peixes. O Poço da Draga, hoje, é alvo de olhares mais parecidos com os de um peixe predador, o tubarão, sentindo-se este, a presa, porém com o espírito do golfinho, sumido das águas da Formosa e Iracema, combatente do predador do peixe cação, sendo o seu maior rival em ação. (Disponível em: <https://www.facebook.com/events/959352707505592/?active_tab=posts>. Acesso em 07 jul 2016)

Figura 30 - 110 anos de Poço da Draga



Fonte: Reprodução/ *Facebook*, 2016

Nos quatro dias de comemoração, a programação contou com atividades como rodas de capoeira e de conversa com a professora Linda Gondim sobre a relação entre Acquario Ceará e a comunidade; aulas de educação ambiental e de educação patrimonial; visita guiada ao Poço com o morador Sérgio Rocha; performance “Alguém

Viu um cará morto por aí?” com Wagner Castro na Praia de Iracema; papo fotográfico com o tema “Poço em Foco”; desfile Garota Poço da Draga; torneio de tabuleiro; cortejo Caravana Cultural no entorno da comunidade; mostra de vídeos intitulada “Projeto Poéticas do Poço” ou “Cine Ivone”; torneio de futsal infantil, entre outras. As atrações musicais também chamaram atenção: tocaram no Pavilhão a banda Helter Skelter, o coletivo Fertinha, o grupo Tambor de Crioula Filhos do Sol, o forró de Diassis Martins e o reggae do Mentalize. O tradicional bolo e o coro de “parabéns” também não podiam faltar.

Figura 31 - Bolo de 110 anos do Poço da Draga



Fonte: Reprodução/Facebook, 2016

Nos 111 anos do Poço da Draga, comemorando entre os dias 25 a 28 de maio de 2017, abandonei a postura de pesquisadora e decidi participar como “amiga da comunidade”, como o Sérgio Rocha já tantas vezes me chamou ou apresentou. Não tomei notas ou fiz fotos, só estive intensamente envolvida na organização. Nessa imersão de quatro dias na comunidade, Izabel Lima começou a me apresentar como sobrinha dela para facilitar meu acesso aos demais moradores — desde pegar uma tomada emprestada

até responder as perguntas de quem me via transitando pelas ruas principais da comunidade. A experiência foi enriquecedora.

Figura 32- 111 anos de Poço da Draga



Fonte: Reprodução/ Facebook, 2017.

No dia 21 de maio de 2017, Sérgio Rocha me tornou uma das editoras da *fanpage* do Movimento ProPoço. Construímos juntos o texto para o convite no *Facebook*, o qual também serviu como release que encaminhei para a imprensa, e criei o evento na rede social no dia 22:

O 111º aniversário de inauguração do antigo porto da cidade, a Ponte Metálica, traz consigo a celebração de existência de uma localidade que humildemente faz uso desta data como marco de sua estada e resistência até os dias atuais: o Poço da Draga. Esta morada de muitos remonta ao início do século XX, quando o recém-inaugurado porto lograva em meio aos pescadores, retirantes, embarcações, estivadores e, sobretudo, aqueles genuínos moradores da praia do "peixe" e da "formosa". Os filhos da Draga deram o suporte preponderante ao equipamento que fez, naquele período, com que Fortaleza tivesse um maior contato com o mundo e se desenvolvesse ao ponto de ser, hoje, uma das maiores capitais do país. É neste espaço, tão propício ao surgimento de uma localidade com identidade própria, importância histórica e com moradores entusiasmados pelo pertencimento à praia, que festejamos esses mais de cem anos de contribuição verídica prestados à cidade, como o berço do primeiro porto da capital e locus mais acolhedor e carismático de Fortaleza, o Poço da Draga da Praia Formosa, do Peixe, e hoje, de Iracema. De 25 a 28 de maio, nas localidades do Poço da Draga, vamos celebrar 111 anos de resistência com uma programação diversificada: atividades para crianças, rodas de conversa, fotografia, cinema e muita música. Acompanhe o evento e vamos comemorar juntos! Realização: ONG Velaumar, Movimento ProPoço e apoiadores. (Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/634276873435968/> > . Acesso em 9 jul 2017)

A programação foi organizada durante o mês em reuniões semanais na sede da Velaumar com moradores e demais apoiadores. Ao longo dos quatro dias, o Poço da Draga recebeu programação infantil (projeto Brincando de brincar); assim como ação saúde (com profissionais da saúde para aferir pressão e fazer teste de glicemia) e também ação social (com a presença do Conselho Tutelar, documentação, carteira de identidade, certidões, entre outros) em todas as manhãs. Na programação cultural, a comunidade recebeu espetáculos como balé infantil; performance “Lua Nova” com a artista Naiana Blue; performance “Vocês viram um cará morto na praia?”, encenado por pelo morador e artista Wagner Castro; apresentação do grupo de chorinho Flor Amorosa; exposição fotográfica “Histórias do Poço”, com curadoria do fotógrafo Txai Costa e Mendes; apresentação do grupo Tambor de Crioula Filhos do Sol; oficina de brinquedos recicláveis e apresentação de malabares com Júlia Jardim e Mariana Menezes; oficina de fotografia com a temática “Cotidiano do Poço”, com o fotógrafo Luiz Alves; show de reggae com Greg Vibration e Bandit Dubwise; show de música sertaneja com Jordan Kelvin; festa latina Viva la Pachanga; cover dos Beatles com a banda Helter Skelter; discotecagem com Estácio Facó e Cé da Silva tocando sucessos desde os tempos da Quadra do Seu Lôro, Quadra da Dona M^a Pretinha e Forró da Dona Doca dos anos 70 e 80; feijoada “O Poço samba seus 111 anos”, com samba da banda Samba Brasil e convidados e show com Nayra Costa. Além disso, o evento também ofertou rodas de conversa sobre cidadania e sociedade com o psicólogo Arthur Petrola; sobre arte urbana: criação de utopias, com a artista Natalia Coehl; sobre profissão e carreira com a *coaching* Alessandra Schiarantolla. Por fim, mas não menos importante, a programação contou também com o Expresso 111, a visita guiada com Sérgio Rocha.

Para registrar e divulgar a programação, eu e o fotógrafo Txai Costa e Mendes criamos uma conta no Instagram: @pocodadraga. Atualmente, ela encontra-se inativa.

Figura 33 - 111 anos de Poço da Draga



Fonte: Reprodução/ *Instagram*, 2017.

Em 2018, a comemoração do aniversário do Poço da Draga foi realizada em parceria com o Instituto Iracema. Realizado entre 25 e 27 de maio, a festa contou com a seguinte descrição:

A comunidade do Poço da Draga vem mais uma vez compartilhar a data de inauguração do primeiro Porto da cidade, a Ponte Metálica, a 26 de maio de 1906. Esta localidade que tanto contribuiu e continua contribuindo com a cidade, quando esta entrava de vez no cenário de rotas comerciais portuárias, o que propiciou o uso do litoral para moradia, trabalho e lazer, foi primeiramente um núcleo de habitações formado por pescadores, retirantes e embarcadiços. Este povoado, chamado Poço da Draga, deu suporte às demandas das atividades portuárias e hoje adota nesta praia outros usos, como trabalho, lazer e contemplação. A praia está diretamente ligada à sua identidade de Comunidade praieira. As Dragas, que atracavam naquela praia, de nome Formosa e fazendo limite com a Praia do Peixe (Praia de Iracema) foi a inspiração para que se chamasse até hoje, Poço da Draga, com um registro no cartão postal (1930) do arquivo do Nirez e também numa obra Ah, Fortaleza, p.36. O porto deixou de ser porto, mas continuou a ser ponte, tanto que seu nome desde a última inauguração a 24 de janeiro de 1928 é Viaduto Moreira da Rocha, nome da principal rua da comunidade. O Poço da Draga existe, resiste, insiste em brilhar junto ao sol dos domingos de praia. E nos fins da tarde de pores do sol encantadores, ilumina-se com as luzes da lua e das estrelas, que testemunham o esforço de mais de 1.500 moradores que transformaram e ainda transformam através de suas vivências e esforços os usos deste lugar que pretende continuar a Brilhar. (Arquivo pessoal, 2018)

A programação reuniu atividades como oficina de artesanato com Ivoneide Góis; conversa com os Guardiões da Memória com Madrinha Iolanda em sua casa; palestra de redução de danos com a Rede Cuca. No campo cultural, o evento contou com um sarau organizado pelo coletivo Natora; show de reggae com a banda Radiola Sound System; baile 112 com DJ Estácio Facó e visita guiada com Sérgio Rocha, entre outros. A programação, neste ano, foi mais enxuta que as anteriores por avaliação dos organizadores.

Figura 34 - 112 anos de Poço da Draga

PRAIA DE
IRACEMA
 FORTALEZA DOS ENCONTROS

112 anos do Poço da draga e o Sol ainda brilha entre o Poço, a Ponte e o Mar.



Fonte: Reprodução/ *Facebook*, 2018.

Finda a descrição das ações da ONG Velaumar, é possível observar uma preocupação da organização com a reafirmação de narrativas sobre pertencimento do Poço da Draga ao território da Praia de Iracema — manifestada, sobretudo, nos aniversários realizados em parceria com o Movimento ProPoço e outros atores. Formulamos a hipótese, contudo, que a série de agenciamentos concebidos pela ONG ainda não rompe com o modelo vertical de pensar a cidade: apesar das táticas e profanações adotadas pelas dirigentes da Velaumar, o Estado ainda mantém-se predominantemente no seu lugar epistêmico.

Retomamos a crítica pós-colonial, a partir dos apontamos do crítico literário marroquino Abdelkebir Khatibi, para trabalhar a ideia do que o pesquisador intitula “sociedades silenciadas”. Em sua concepção, o termo designa sociedades que, mesmo quando falam, não são ouvidas em suas amplas diferenças e ainda continuam caladas pelas grandes narrativas hegemônicas provenientes da lógica imperial — a nível macro, por exemplo, como o cristianismo. Nas palavras do autor, “(...) Sociedades silenciadas

são, é claro, sociedades em que há fala e escrita, mas que não são ouvidas na produção planetária de conhecimento, orientadas pelas histórias locais e as línguas das ‘sociedades silenciadoras’ (isto é, desenvolvidas) ” (KHATIBI apud MIGNOLO, 2001, p.108).

Nesse sentido, todavia, é fundamental e indispensável pontuar que não cabe a este trabalho julgar ou determinar as conexões ou rupturas entre a ONG Velaumar e o aparato estatal. De fato, entre vivências no campo e entrevistas formais, podemos perceber que tal questionamento não é central no discurso de Isabel Lima e Luiza de Marilac. Sobre a construção de contranarrativas, defendemos mais uma vez que elas desestabilizam as narrativas simbólicas hegemônicas, abrindo espaços para a inclusão simbólica e geossocial das margens.

No próximo e último capítulo deste trabalho, apresentamos o Movimento ProPoço e a mudança de perspectiva sobre o discurso acerca da comunidade proposto nos modos de agir da organização mais recente.

CAPÍTULO 3

A origem epistemológica da palavra “comunidade” remonta ao termo em Latim *communitas*, qualidade daquilo que é comum. No entanto, encarar o *comum* como homogêneo e ignorar suas subjetividades constituintes é um equívoco ontológico que, por vezes, conduz o pesquisador a essencialismos. Nesse sentido, a configuração socioeconômica heterogênea e diversa do Poço da Draga é, mais uma vez, uma ruptura narrativa: na obra *O Poço da Draga, a favela e a biblioteca*, o pesquisador Luiz Tadeu Feitosa afirma que:

Na favela pôde-se identificar a presença da unidade pessoa. Sua revelação é algo fascinante, uma vez que a tendência é se ver o coletivo e por meio dele pensar que se conhece todas as características de uma comunidade. Somos influenciados pelos meios detentores do poder a só identificar o coletivo, as massas, que escondem as pessoas. Temos assim a falsa ideia de conhecermos uma comunidade como a do Poço da Draga a partir do todo que nos é mostrado e do qual já temos muitas informações pré-concebidas. O que nós dizemos conhecer nada mais são do que vestígios. (FEITOSA, 1998, p.163)

Quando iniciei a pesquisa no Poço da Draga, em meados de 2012, convivi no primeiro momento com a dinâmica de uma liderança comunitária marcada pelas tradições comuns aos movimentos sociais da década de 1980: a ONG Velaumar. No entanto, ao longo da imersão no território, percebi uma ebulição de outros atores que não se pretendem lideranças e até recusam esse lugar, mas — e também por isso — questionam o modelo de representatividade dentro da própria localidade e buscam construir outros modos de estar em vizinhança. O comum é, em toda sua polissemia, é plural.

Nesse contexto, conheci o morador do Poço da Draga Sérgio Rocha em 2015. Geógrafo graduado pela Universidade Estadual do Ceará, Serginho — como é conhecido por quase todo mundo da localidade — mora na região desde que nasceu, há 33 anos. De fala rápida e gestos abrangentes, Sérgio é um guardador de memórias do Poço da Draga: atualmente funcionário da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, ele é fundador e mais ativo integrante do Movimento ProPoço.

Meu primeiro contato com o Movimento ProPoço para fins de pesquisa foi no dia 07 de julho de 2016. Mandeí uma mensagem para o Sérgio explicando sobre minha

atenção de dialogar com o grupo e perguntando se eles tinham interesse em construir comigo esse trabalho. Ele não respondeu, mas nos encontramos pessoalmente várias vezes depois disso e ele aceitou.

Vale lembrar que, assim como Izabel Lima, o Sérgio é um dos moradores acadêmicos do Poço da Draga. No total, de acordo com o levantamento censitário citado no primeiro capítulo desta dissertação, são 43 os graduados na comunidade. Em nossa primeira entrevista formal, realizada às 18h do dia 29 de março de 2017 no Pavilhão Atlântico, expus minha metodologia de trabalho e já conversamos sobre conceitos. Apontei o uso da obra de Spivak, ele questionou o termo “subalterno”. Trocamos dicas de leitura, nos encontramos quase que semanalmente durante três ou quatro meses, desorganizei a pesquisa inúmeras vezes — o Sérgio, ao longo dos dois anos de imersão no campo, retirou-me do meu lugar epistêmico continuamente. É por isso que, em uma talvez falha tentativa de respeitar a pluralidade de tamanha vivência, demarco aqui um diálogo conceitual com autores, mas sem filiação com nenhum deles. A experiência deu corpo ao contato.

3.1) Movimento ProPoço: cidade e vizinhança

O geógrafo Sérgio Rocha, a ex-moradora da Ponte Velha e bacharel em Letras Germana Lima e também o artista e ex-morador da Rua dos Tabajaras Enrico Rocha criaram, em um “domingo bonito” de julho de 2015, o Movimento ProPoço. A organização tem uma *fanpage* no site de rede social *Facebook* (www.facebook.com/propocomaremovimento/) e um grupo fechado, atualmente com 288 membros inclusos. Na descrição do grupo, criado em 5 de julho de 2015, explica-se:

Queremos fazer parte dessa história, dessa luta! Queremos ser a contribuição para que a memória permaneça no Poço e o Poço permaneça na memória! E mesmo cercado por gigantes, acreditamos que através de movimentos culturais, possamos fazer com que o Poço da Draga acredite na força que pode brotar de si próprio, e assim lutar sempre para conquistar seus objetivos! Todos juntos nessa nova caminhada! Viva o Poço da Draga! (Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/934497076593663/>>. Acesso em 8 jul 2018)

Na *fanpage*, por sua vez, o ProPoço ainda se definia como “marÉmovimento”, uma das primeiras denominações do grupo e uma espécie de slogan atualmente. O texto de apresentação diz o seguinte:

MarÉmovimento é composto por moradores e entusiastas que se interessam pela causa de pertencimento à comunidade do Poço da Draga. O movimento tem por meta sugerir maneiras de resgatar nos moradores o entusiasmo de pertencer aquele lugar, em consonância com os modos de compartilhar aquele espaço de forma coletiva, através de discussões e reflexões, que envolvam a comunidade e a sociedade em geral. Para este fim, o grupo conta com estudantes e pesquisadores de diversas áreas, bem como moradores da comunidade que compartilham seus conhecimentos científicos e empíricos, sendo estes últimos bastantes relevantes para a firmação da identidade do Poço da Draga. Dessa forma, o movimento se utiliza das diversas linguagens culturais para sugerir aos moradores outras formas de visualizar e interpretar a sua realidade, tanto na comunidade como na cidade em que vivem. O envolvimento do grupo com instituições como as universidades visa desenvolver uma relação que possa ir além da simples pesquisa. Busca também a colaboração por parte de estudantes e pesquisadores, através de ações que propiciem a estes uma melhor interação com o seu objeto de estudo, possibilitando, assim, novas vivências e troca de experiências. Os interessados em desenvolver suas pesquisas no Poço da Draga podem colaborar com o movimento, na elaboração e realização de atividades culturais, pedagógicas, e formação de grupos de discussões sobre assuntos relevantes à comunidade. (Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/propocomaremovimento/about/?ref=page_inter>. Acesso em 8 jul 2018)

Se preciso fosse definir o ProPoço em uma palavra, provavelmente Sérgio Rocha utilizaria o termo “intenção”. O vocábulo, constantemente repetido durante nossas entrevistas e conversas informais, parece definir a proposta do geógrafo que naturalmente assumiu a organização do movimento.

Definido por Sérgio como “um fenômeno social, (...) uma proposta de intenção de pessoas com objetivo de, através de atividades culturais e outras, (*um*) resgate de comportamento, de postura de pertencimento de forma espontânea” (ROCHA, Sérgio. Entrevista concedida a Bruna Forte em 29 mar 2017), o autodenominado Movimento ProPoço foi se maturando ao longo do ano de 2015 inteiro entre conversas e sugestões de moradores do Poço da Draga e amigos próximos. O objetivo do grupo é claro: criar e estimular a produção de narrativas de pertencimento na comunidade, utilizando-se de ações socioculturais para valorizar as histórias da localidade e enfrentar a estigmatização do território como lugar da violência.

Desde 2016, ano no qual o movimento se efetivou enquanto tal, o ProPoço propõe atividades “em prol, em promoção ao Poço da Draga, como o nome ProPoço define” (id.), como a transformação das visitas guiadas em ações periódicas denominadas

Expresso, o bloco de Carnaval iniciado em 2017 chamado Cai no Poço e o projeto audiovisual Cinemar, ainda em fase de desenvolvimento. Muitas ações do ProPoço e da Velaumar são realizadas em parceria, somando as forças de organizações com restrições de recurso e integrantes, mas acreditamos que o ProPoço provoca um deslocamento do olhar sobre a cidade ao provocar uma gramática de resistência mais criativa do que reativa.

Em nossas conversas, Sérgio me provocou a pensar em uma questão que acompanha meus percursos na universidade e no Poço da Draga. Que direito à cidade é esse que tanto defendemos?

Vou te fazer uma provocação: a provocação é que eu vejo em várias falas em relação ao direito à cidade que o morador pode se ver assimilando para si o direito à cidade, o direito à cidade pra ele é passado como o direito à moradia, tem aquele direito propriamente dito, né, de bens e serviços e tal, porém, imagino eu que antes de um reconhecimento de um direito à cidade, é um direito... Pra mim, eu julgo importante e intrínseco, haver antes desta decepção, desta assimilação por um morador que culturalmente é desprovido de informação, de bens de consumo e tal, antes disso deveria vir, julgo eu, deveria vir um direito à concepção de igualdade em se tratando da realidade. Não digo realidade num formato cidade, Estado, não! Digo na forma de uma realidade, o desenrolar da vida humana na Terra. Quando você assimila para si que você é igual a qualquer que seja um outro ente de qualquer que seja a estrutura social, econômica, política, cultural, religiosa, quando você se assimila como igual, é como quando você passa a assimilar de uma forma otimizada e real e reflexiva, com reflexão e ponderação, o que significa ter direito a algo. Porque quando a gente fala de direito à cidade é como se fosse assim uma coisa de... Parece uma coisa assim, material. É como se eu fosse dizer pra uma criança que: “Você pode comer xilito, você tem boca, o xilito existe, então você pode”, é algo palpável e compreensível na cognição duma criança. Então quando você fala em direito à cidade, a cognição que vai para esses entes que ainda não se expressaram pra uma reflexão de um tal, de um suposto direito que aparentemente é material... O que é direito à cidade? É eu ter direito ao saneamento, eu ter direito ao posto de saúde, eu ter direito a... Ok, e tu tendo isso, tu vai estar embutido dentro do teu âmago, intrinsecamente dentro de ti como ente que desenrola uma vida na sociedade, tu vai ter dentro de ti que tu é igual a qualquer que seja o nicho que tem essas mesmas condições? Porque quando você adquire tais condições, quando te falam que tu tem direito à cidade e tu adquire um posto de saúde, uma escola, saneamento básico, quer dizer que isso dá conta de ter um direito propriamente dito, mas o direito de ser igual, tu considera que tu é igual? Tu tem saneamento, tem posto, tem escola, né, na tua localidade, tu tem todos os serviços garantidos, tu te consideras? E isso é uma hipótese. Tu tendo isso, tu morador do Poço da Draga, tu tendo isso, tu vai te considerar igual a quem mora num prédio no Meireles, que desfruta desses mesmos direitos, porém desenrolam a sua realidade em falta de pudores em se tratando de acesso a matéria, ao nível de ter banheira no seu banheiro, de ter um carro importado, de ter um barco, você se sente igual? Eu duvido que alguém diga que vai se sentir igual! Então esse direito a essa igualdade roupada de direito à cidade, esse direito, essa igualdade, ela... Eu tô falando essa igualdade, o formato de pertencimento à cidade, de direito à cidade, ela vai dar conta de pôr em prática uma igualdade? Ela não vai dar conta de gerar igualdade e o que deve acontecer nas sociedades civilizadas é justamente a igualdade em condições, em formatos culturais e em formatos

mecânicos estruturais, que são justamente esse direito à cidade. (ROCHA, Sérgio. Entrevista concedida a Bruna Forte em 29 mar 2017)

Buscamos, brevemente, pensar no que se compreende por direito à cidade no campo social. Na Carta Mundial do Direito à Cidade (2005),

O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005)

Concluído em 2005 na Conferência das Cidades em Barcelona (Espanha), o documento começou a ser elaborado no 1º Fórum Social Mundial, em 2001, e tem o Brasil como um de seus signatários. A Carta Mundial do Direito à Cidade defende um modelo de cidade sem discriminação de gênero, etnia, raça, idade e orientação política, garantindo também a participação dos cidadãos de forma direta e representativa na elaboração de políticas públicas e do orçamento municipal. Em suma, o direito à cidade se refere não somente ao direito à moradia, mas também ao amplo acesso aos demais direitos fundamentais, como educação pública de qualidade, postos de saúde nos bairros, lazer e cultura.

Observamos, entretanto, centros urbanos cujas intensas segregações destroem morfologicamente a cidade e ameaçam a vida urbana, violando o pleno exercício do direito à cidade de enormes parcelas populacionais não detentoras de capital financeiro e simbólico. Condomínios fechados, bairros verticalizados, privatização do policiamento, tudo isso cria um espaço público fragmentado no qual a desigualdade é estruturada e estruturante. Em sua célebre obra *O Direito à Cidade* (1968), o filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefèbvre destaca o papel basilar da classe operária na transformação social, pois é ela que “sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por esta explosão” (LEFÈBVRE, 2001, p. 138), afirmando que só tal classe pode se tornar agente ou suporte social para esta realização.

“Quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?” (LEFÈBVRE, 2001, p. 110), indaga Lefèbvre. Na obra, o

teórico destaca experiências de valorização de espaços públicos como exitosas na promoção de sociabilidades, de forma que esses espaços se tornem de fato “favoráveis à felicidade”.

Na busca de resgatar o espaço público como lugar das trocas coletivas, sociais e culturais, fundamental na efetivação do direito à cidade, movimentos e grupos organizam novas gramáticas de intervenção e resistência. Nesse ínterim, o ProPoço prioriza o debate sobre pertencimento à comunidade em relação ao discurso sobre regularização fundiária.

A resistência que a gente fala nem é no âmbito social, não. É uma resistência no resistir mesmo do viver, é do viver. Não é nem a resistência em relação ao direito à moradia, direito à moradia nós temos, nós moramos aqui! Quando dizem assim: “Vocês podem ser removidos porque vocês não têm casa”, a gente tem casa, sim, óbvio que a gente tem casa! A gente num mora em casa? Então é assim: não é nem a resistência do reivindicar mais, é a resistência no sentido de resistir ao formato de vida vulnerável, árduo, difícil, em que há dignidade mesmo que as pessoas aqui trabalhem em subempregos. As pessoas dizem: “Ah, todo trabalho é digno”. Não. Digna é a atitude da pessoa em não se delinquir pra poder viver, mas trabalhos sub-humanos não são dignos. Dignidade as pessoas aqui que têm, então assim, quando segregam a gente no sentido de chamarem de favela, que é perigoso, isso é um formato de linguagem que acaba causando uma dicotomia, né? Uma faca de dois gumes, porque quando você diz “é favela”, você tá diminuindo pessoas dignas e ao mesmo tempo enaltecendo um pequeno, pequeno, mínimo grupo que quer dizer “Ah, aqui é favela mesmo, ninguém entra”. É complicado usar essas linguagens, então a gente pensa em comemorar esse aniversário da comunidade de permanência aqui no sentido de identidade, porque essa comunidade, se a gente fosse fazer um levantamento de possibilidade, seria uma comunidade tradicional, porque todo mundo se casa com todo mundo aqui. Então qual é o formato que a gente utiliza para comemorar? A gente, a Velaumar e o Movimento ProPoço, que na verdade é uma intenção, unidos nas suas áreas diversas e através de formatos culturais na música, no teatro, na fotografia, no cinema, sugerem atividades que as pessoas daqui se sintam reconhecidas nestas. (...) Então são essas atividades que a gente faz e sugere a comunidade num formato que legitime a nossa identidade, a nossa permanência, a nossa... Essa identidade que eu falo é uma identidade em que o morador, como sempre houve, resgatar nele o entusiasmo de pertencimento, isso sempre existiu! Quando dizem: “A comunidade é muito parada, é muito relapsa, acomodada”, não é, (é que) as pessoas não entendem, as pessoas têm a sua vida, isso... Então, gente, essa comemoração a gente vai fazer todos os anos independente do que esteja a ocorrer daqui pra frente! (Transcrição da fala do morador Sérgio Rocha durante a programação de aniversário dos 111 anos da comunidade Poço da Draga)

A fala de Sérgio retrata um ponto fora da curva em relação à ONG Velaumar. Apesar das parcerias constantes e amizade entre Sérgio Rocha e Izabel Lima, principalmente, o ProPoço desloca-se do lugar de organização formal e apresenta uma proposta de pensar a comunidade a partir dela, de suas potências criativas. Enrico Rocha,

integrante e fundador do movimento, explica como se deu esse processo de divergência com as formas de se pensar o Poço já postas pela ONG Velaumar:

ENRICO – O ProPoço meio que surge dessa insatisfação do Serginho, principalmente, de... Essa insatisfação com o modo como a comunidade é institucionalizada. Acho que tem um sentimento de insatisfação dos meninos, de um jeito de agir em nome da comunidade, para a comunidade, com a comunidade que tá na atuação principalmente da Velaumar ou de outras lideranças que atuam muito pontualmente (...) Enfim, tinha uma insatisfação ali do Serginho e da Germana. A Germana nunca se sentiu completamente da comunidade, ela sempre teve ali literalmente à margem, na Ponte... E aí acho que tem muitas questões de ordem pessoal, ela não se integra completamente ali, obviamente reconhece as amizades, as relações como importantes, mas tem um outro nível de implicação do que o Serginho. O Serginho tá totalmente implicado e tal. E aí eles tinham essa vontade de mobilizar outras coisas, de outras vias, com outra energia que não fosse a do assistencialismo, que trouxesse, que pensasse esse fora de outra maneira... Não como uma relação de dependência que, às vezes, as ações assistencialistas colocam muito a comunidade no lugar de dependente e isso favorece a uma certa estrutura de poder que é o que tá em jogo, o que tá sempre em jogo ali, né? Tem uma manutenção de uma posição de poder, a partir dessas ações assistencialistas. Os meninos não curtem muito isso, mas, ao mesmo tempo, os meninos não têm uma experiência enquanto liderança comunitária e nem sinto que eles tenham disponibilidade pessoal para esse lugar.

BRUNA - Pensando nessa vontade também de assumir esse lugar de liderança... Não sei se eles têm... A Germana não, claramente não.

ENRICO - De forma alguma! E o Serginho também não. Quando a coisa começa a exigir muito deles, porque exige, né?, exige energia, exige tempo... Enfim, ele geralmente recua, ele se incomoda, “não gosto de produção, gosto de ficar pensando aqui”. Mas, enfim, a coisa acaba não se efetivando muitas vezes, umas ideias, uns projetos...

BRUNA – Então o ProPoço foi surgindo nesse contexto de pensar as relações no Poço da Draga de outra forma?

ENRICO - Isso, de pensar ações no Poço da Draga de outra forma, reconhecendo que se produz uma riqueza também e de como isso poderia ser articulado, mobilizado e tal. (ROCHA, Enrico. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 17 maio 2018)

Morador da Praia de Iracema durante muitos anos, a aproximação de Enrico Rocha com a comunidade se deu por uma relação de vizinhança estreitada a partir do Quem Dera Ser um Peixe. De fato, foi o próprio Enrico que mobilizou a criação do Quem Dera após ver o início da obra do Acquario Ceará em 2012 e fotografar, divulgando em suas redes sociais e mobilizando amigos. Desde então, Enrico é considerado por Sérgio e Izabel um parceiro da comunidade e participa de todos os aniversários e demais eventos comemorativos do Poço da Draga, organizando a programação. Em entrevista no dia 17

de maio de 2018, ele me contou sobre sua aproximação com a localidade e refletiu sobre essas relações entre vizinhos, como prefere colocar.

BRUNA – Sua aproximação maior com o Poço da Draga foi maior em 2014, isso?

ENRICO – Foi. A Lara Vasconcelos e o Santiago... A Lara era bolsista da primeira turma do Porto Iracema e o Santiago era o tutor... Enfim, eles me convidaram pra participar da exposição que ia ser o trabalho final da pesquisa da Lara que ela tava lá como curadoria crítica e ela me convidou como artista. Isso acabou gerando aquela situação do aniversário. Eu primeiro recusei, disse “eu não tenho nenhum trabalho pra apresentar na exposição agora, tenho cada vez menos pensado nos termos da arte”, “ah, mas é justamente sobre isso”, “então eu posso pensar uma coisa”. Na época era pós Quem Dera, eu tinha me aproximado muito da comunidade do Poço.

BRUNA – Como funcionou essa aproximação?

ENRICO - Ela já existia com algumas pessoas anteriormente, né? Eu acho que a própria localização do Acquario... Com as pessoas ameaçadas por aquela história. A gente se avizinhou, nesse caso. Depois disso tinha acontecido uma relação mais estreita, eu tinha sempre contato com a Ivoneide, com o Serginho, com a Germana, o João, a Izabel, as pessoas com quem eu convivia e tinha relacionamento de amizade, de gostar, a gente se manteve em contato, na medida do possível, cuidando uns dos outros. De vez em quando me envolvia em uma coisa ou outra e tal. Quando nos convidaram, me disseram que essa exposição fazia parte das comemorações dos 15 anos do Dragão do Mar. “Eu tenho aqui uma intuição que eu vou checar, se de repente eu quero construir uma narrativa desses 15 anos junto com o pessoal do Poço da Draga, vamos ver o que vai ser” (...) Aí chamei a Thaís e a gente foi lá conversar... A Thaís Monteiro, que é parceira de trabalho de muitas outras situações, e aí a gente marcou uma reunião com o pessoal do Poço. A gente se reuniu na casa da Izabel e disse “ô, fui convidado pra participar de uma exposição no Dragão, tô trazendo aqui pra vocês a possibilidade da gente participar juntos, pra mim não faz sentido levar nenhum trabalho. O que eu tô vendo que faz sentido é a gente ocupar esse espaço e contar essa história, esses 15 anos da perspectiva de vocês. Vamos pensar juntos”, aí eu joguei umas ideias. (...) A primeira reunião foi pequenininha ali com a Izabel, o Serginho e tal. “Vamos fazer o seguinte, vamos marcar uma reunião aqui com mais gente, vocês articulam? Tem uma verba de mil reais (que era tipo meu cachê) e eu coloco à disposição pra gente pensar o que vai fazer, a gente coloca alguma coisa pra dentro do Museu e vamos pensar”. Aí tinha pensado coisas assim “vamos fazer um álbum de família das crianças que nasceram quando o Dragão inaugurou”, aí já são 15 anos, já são jovens. (...) “Mas eu não tô satisfeito porque não tô querendo moldar, emoldurar essa experiência de vida nessa moldura das artes, não tô a fim de fazer arte.”

BRUNA - Uhum, de colocar num museu o que tá ali do lado...

ENRICO – Exatamente! Enquadra de um jeito que cabe no museu, mas ao mesmo tempo, não acrescenta nada pra essas pessoas. Que diferença faz na vida dessas pessoas? É sempre um impacto grande para o museu.

BRUNA - Inclusive essa narrativa do Dragão que é bem complicada, né?

ENRICO - Mas eu imaginava que ia sair uma proximidade negativa, eu tava entendendo que a coisa ia sair desses jeito. É como se aquelas vidas fossem por 15 nos ignoradas, a narrativa que eu tinha pré-concebido. (...) Mas já estava entendendo que o resultado ia ser de uma perspectiva crítica, não ia contar essa relação de qualquer jeito porque eu tinha uma perspectiva muito

crítica sobre isso, sobre essa relação. (...) Nessa reunião com a gente, (...) no finalzinho, eu lá com a Thaís e tal, aí a Izabel fala assim “ah, a gente vai fazer o aniversário do Poço, os meninos fizeram o ano passado o aniversário da Ponte e a gente vai fazer de novo, vocês não querem ajudar a gente?”, “Claro!” e ali. Quando eu volto andando pra casa com a Thaís, cai a ficha, “Thaís, não tem que fazer nada, o trabalho é o aniversário do Poço e pronto, dá um jeito de levar o pessoal do Poço pra dentro do Dragão. Como? Visualmente, nos cartazes de divulgação, vamos convocar aqui quatro artistas, vamos fazer uma campanha e aí foi caindo um monte de ficha, ficou redondo. (...) Aí gerou esse ambiente super bacana, o único papel que eu e a Thaís assumimos foi de articular os atores da cidade que pudessem se fazer presentes no Poço da Draga, articular dentro da comunidade tudo que acontecia de positivo pra gente dar visibilidade e foi lindo aquele momento. Pra mim, foi de super aprendizado e acho que isso gerou expectativas de criar outras ações assim. Isso esbarra nas relações internas. Eu me mantive ali por uma questão e afinidade mais próximo do Serginho e da Germana, que são meus amigos, e eles começaram a viabilizar um monte de coisas e tal e eu acho que eu, com um pouco mais de experiência em produção executiva das coisas, ficava dando um suporte ali tipo a ideia do Cai no Poço e um monte de coisa, como os circuitos realizados pelo Serginho, como é que ele chama?

BRUNA – Expresso.

ENRICO - Expresso, exatamente. As festinhas, não sei o quê... A gente achava que tinha, geralmente eram dois objetivos simultâneos, um era... Todos pendiam para um mesmo objetivo, que era fortalecer a comunidade. Esse fortalecimento vinha quando a gente dava mais visibilidade pra comunidade, externa mesma, mais pessoas pra conviver com a comunidade e também da comunidade se reconhecer e aumentar sua autoestima. A vontade era essa.

BRUNA - É uma coisa muito recorrente na fala do Serginho, né? “Vamos parar de olhar pro lugar da falta, esse não é o lugar da falta... é o lugar de produção, não só de receber.”

ENRICO – Exatamente.

BRUNA - O que é uma coisa muito diferente do modo como a Velaumar tem atuado.

ENRICO - A perspectiva da Velaumar é mais existencialista, é pela falta. Mas eu acho que não conseguiu estabelecer exatamente essa... Que era preciso, é necessário envolver a própria comunidade e colocar, convidar as pessoas a olhar dessa outra perspectiva porque elas também se enxergam desse olhar da falta. (ROCHA, Enrico. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 17 maio 2018)

Enrico Rocha, assim como Sérgio, manifestam questionamentos acerca do uso do termo “comunidade” em referência ao Poço da Draga. Credo na polissemia da palavra, utilizei-a ao longo de todo o trabalho. Apresento, contudo, os incômodos e proposições colocados pelos dois integrantes do ProPoço.

SÉRGIO - O cartão postal do Nirez não escrito Baixa Pau, não tem comunidade, não tem favela. Por que que eu não gosto ao adjetivo

“comunidade” ou “favela”? Favela já não usam mais porque acham meio feio, jocoso, eu sei lá, mas aí mudaram para comunidade — a academia é pilantra também, ela anda de braços dados com a política! — e chancela essas coisas. O acadêmico era para admitir que não raciocinou, e isso até ajudaria. Esses pensadores, eu não sei como eles pensaram esse formato de uso linguístico para as localidades, mas eu não tô nem aí se eles têm Doutorado, Pós, se já escreveram dez livros. O que eu entendo é em teoria e a prática, o cotidiano. Desde criança, eu ouço Poço da Draga. Uns que gostam de diminuir é que chamam de Baixa Pau, pra dizer que é um lugar ruim. A academia vem e chancela a anulação do nome favela porque é pejorativo, mas aí troca seis por meia dúzia com o nome comunidade porque continuam entendendo como favela. O nome disso é cultural. Quando você diz “comunidade”, não foi tu quem criou esse termo! Foi imposto a você essa alcunha, a gente pediu alguma alcunha? Eu não pedi! “Onde é que tu mora?”, “no Poço da Draga”. Simples! “Praia de Iracema”. Alguém diz que mora no “bairro” Praia de Iracema? Diz que mora no Papicu, na Aldeota. Quando é Bom Jardim, “na favela do Bom Jardim”, “na comunidade do Serviluz”. Na minha humilde opinião, a utilização desse termo reforça duas coisas: ela diminui os antigos que lá moram e têm dignidade e responsabilidade diante da sociedade, como enaltece um segmento que não é muito reflexivo. Não é pra existir isso de diferenciar. A prática cultural das localidades não é para ser concebida no formato sociopolítico. Isso é segregador. Minha ideia não é chamar de nada, só pelo nome da localidade mesmo. (ROCHA, Sérgio. Entrevista concedida a Bruna Forte em 17 mar 2018)

Enquanto Sérgio Rocha discorda da estigmatização das localidades a partir do termo “comunidade”, Enrico incomoda-se com uma noção de uniformização de pensamento.

ENRICO – (...) Eu sempre fui meio que um apoiador, fazendo parte, articulador junto, mas sempre fazendo muito a avaliação de não tomar a dianteira.

BRUNA - Por causa desse seu lugar de não morador, é isso?

ENRICO – Também. Sempre entendendo que o principal recurso que era dado ali para aquelas ações acontecerem era aquela experiência de vida ali que não era a minha, a minha era de vizinhança.

BRUNA - Como você pensou sobre isso? Você citou e eu fiquei muito curiosa, já que estava falando muito recorrentemente com o Sérgio sobre o estranhamento dele com a palavra “comunidade”...

ENRICO – É. Eu, por exemplo, vivo a dizer que acho que a palavra comunidade gera uma expectativa equivocada com relação à experiência de vida daquelas pessoas.

BRUNA - De unidade?

ENRICO - É, de unidade, de ação comum.

BRUNA - De interesses comuns?

ENRICO - De entendimento comum.

BRUNA - Inclusive de evitar conflito, né? Não dá a noção de conflito que...

ENRICO – É. Ainda que eu entenda “comunidade”, que na construção de uma comunidade o conflito é elemento chave, mas eu acho que, ainda assim, nem a noção de conflito eles partilham, nem compreensão de conflito eles partilham. De vez em quando, eles reconhecem uma mesma ameaça e é geralmente nesses momentos que eles agem juntos, mas quando não reconhecem, por exemplo, essa remoção não está sempre no radar das pessoas.

BRUNA - Até bem pouco, ultimamente...

ENRICO - É, elas estão levando a vida delas e na vida delas tem pouco tempo pra pensar sobre isso. Vivem sob outras ameaças. Sim, aí na convivência com eles, eu pensava o tempo inteiro o uso que a gente fazia dessa palavra comunidade recorrente me incomodava muito quando se usava nessas relações institucionalizadas. Eu achava assim.... Me incomodava e já me incomodava desde antes, desde o Serviluz. Quando você ia pra alguma negociação com esses órgão públicos, “ah, mas a comunidade não tem projeto”. Nunca ninguém perguntou pra mim, que moro na Rua dos Tabajaras, se eu e meus vizinhos fizemos projeto pra rua. “A comunidade não se entende”, eu disse assim: “qual outra se entende?”. Cara, essa palavra comunidade tá quase que nos atrapalhando porque justifica uma série de não ações pelo poder público também porque parece que falta uma articulação daquelas pessoas que deveria existir pelo fato de acharem que elas são uma comunidade, mas eles são só vizinhos, entende? Eles são vizinhos, são vizinhança. Da vizinhança a gente não exige essa ação em unidade.

BRUNA - De uniformidade... “O Poço da Draga quer o Acquario ou não quer?”. É muito complicado pensar nesses termos.

ENRICO - Quer ou não quer... Como assim, gente? Quem é o Poço da Draga?

BRUNA - A Praia de Iracema quer? O Meireles quer o Acquario? Não tem como...

ENRICO - É isso, em nenhum outro lugar você tá cobrando esse tipo de opinião como se fosse um único sujeito só, “a comunidade”.

BRUNA - E aí você prefere pensar em outro termo?

ENRICO - Eu chamo vizinhança. A ideia é pensar vizinhança.

BRUNA - E foi nesse contexto que surgiu a ideia de “nos vejo como vizinhos”?

ENRICO – É. Na vizinhança, eu até me aproximo mais. Na questão do Acquario, a gente é claramente vizinho. Em outras questões, nem tanto, aí eu me avizinho deles pela relação afetiva que eu tenho com algumas pessoas, mas eu não sou o vizinho literal, mas tenho avizinhação.

BRUNA - Então a figura da vizinhança não é territorial?

ENRICO - Não necessariamente, mas o território estabelece uma vizinhança necessária. Não quer dizer que toda relação de vizinhança... Mas isso é pra mim, tô aqui pensando alto contigo.

(...)

ENRICO – Eu cito umas situações de vizinhança que pode ser o seu vizinho de porta, mas pode ser a pessoa que sentou ao seu lado no ônibus, você tá sempre negociando o que essa situação que te exige negociar distância e proximidade para que haja uma relação. Pode ser as pessoas com quem você divide a rua numa manifestação, o tempo inteiro uma mesma postura, uma postura...

BRUNA - Uma disposição?

ENRICO - Uma disposição, uma posição que tá nesse lugar de quem convive. É como se fosse uma possibilidade de convivência que eu até coloco assim, eu contraponho, a gente vem desenvolvendo, sei lá, historicamente, duas possibilidades de convivência ainda tomando como referência o Estado Nação: a guerra ou a diplomacia, que é quase sempre colonizadora. Eu tô pensando se a gente não pode pensar o mundo inclusive como vizinhança, essas relações que são de outra ordem, que sustentam, sei lá, que fica criando o tempo inteiro. Olha pra essas situações simultaneamente de uma perspectiva singular e plural, individual e coletiva, entende? Não exclui essas coisas. Uma boa vizinhança ela exige uma combinação entre essas coisas e o que passou a me interessar foi esse sentido.

(...)

ENRICO - Nesses últimos quatro anos, a gente (*Sérgio, Enrico e Germana*) vêm tentando... As meninas (*da ONG Velaumar*) têm umas expectativas grande, às vezes de dar um contorno mais claro sobre o que seria o ProPoço. Elas investem muito tempo e energia em tentar definir o que é, o que são as ações, mais do que em agir, em promover as ações e em deixar que a própria experiência defina o que é, o que é e o que é que não é. (ROCHA, Enrico. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 17 maio 2018)

Nessa característica porosidade do Movimento ProPoço, definir quantos e quais são os membros da organização é tarefa árdua. Faz-se necessário, contudo, demarcar o motivo da ausência de entrevistas com Germana Lima. A ex-moradora da localidade, no ano de 2017, rompeu com o movimento por questões de ordem pessoal e decidiu se afastar das vivências acadêmicas enquanto fonte de pesquisa. Respeitando sua decisão, optamos por não utilizar as falas dela nesse contexto.

Além da organização dos aniversários e levantamento censitário abordados nos capítulos anteriores, destaco a visita guiada ação de resistência desenvolvida pelo Movimento ProPoço.

3.2) Expresso, uma visita guiada ao Poço da Draga

A relação do geógrafo Sérgio Rocha com a visita guiada ao Poço da Draga remonta aos tempos em que o jovem era ainda monitor volante no Dragão do Mar, hoje

função associada ao educador social. Em entrevista em 3 de junho de 2017, Sérgio retoma a história:

SÉRGIO – A visita guiada foi assim... Quando eu passei no curso de Geografia, em 2005...

BRUNA – Na UECE?

SÉRGIO – Na UECE. Não tinha nenhum morador ainda que tivesse feito curso superior nas públicas, então fomos três: a Germana, que morava na Ponte; o Márcio, da Vila dos Correios e eu daqui. O pessoal da comunidade exigiu que o Dragão do Mar nos desse estágio na área que a gente passou e a Germana e o Márcio passaram em Letras/ Inglês e eu em Geografia. Eu poderia atuar no Museu da Cultura Cearense como monitor, guia, aí como eu falo francês, criaram um projeto lá que era o monitor volante. A gente tinha uma camiseta que era, no meu caso, “est-ce que je peux vous aider?”, e no inglês era “may I help you?”. A gente ficou fazendo visitas guiadas com grupos estrangeiros, com grupos daqui, e a gente se especializou não só nos museus, mas no entorno do Dragão todo.

BRUNA – Isso em que ano?

SÉRGIO – 2006 até 2008. Em 2008, acabou o projeto. Iam dar continuidade, mas foi mudança de gestão e o outro gestor não quis continuar. (...) A gente ficou sem emprego, a Germana foi dar aula, eu também fui dar aula de francês... Inclusive nós demos aula de francês na ONG Velaumar, tinha uma ajuda de custo e tal, e aí eu pensei: “Izabel, vai vir um grupo aí lá da UECE, que é o professor Fábio Perdigão que é da área de oceanografia”. Ele queria que eu fizesse uma espécie de guia ali na Praia de Iracema, já que a minha monografia era sobre a Praia de Iracema com foco no Poço da Draga, e aí minha experiência foi essa. (...) Eu pensei com a Izabel, eu levei lá no Dragão do Mar, aí eu disse: “Izabel, tá tendo um projeto que é o Projeto Escola, que trazia várias escolas ao mesmo tempo para visitar os equipamentos do Dragão do Mar”. Izabel pensou: “Sérgio, aquela tua visita foi muito massa, vou te incluir na programação do Projeto Escola”. (...) A primeira que eu fiz com o pessoal da UECE, eu vim aqui na comunidade, mas não entrei, fiquei aqui na Ponte e fui ao Dragão.

(...)

Sérgio – Terminei Geografia em 2009, aí fui pro IDACE e perdemos esse contato da visita guiada. Em 2011, 2012, quando eu fui contratado pra trabalhar em Quixeramobim, mas por uma questão política não fui mais, fiquei sem emprego e o meu pai teve um AVC... Eu tava desnortado, então a Izabel disse: “Não, o Projeto Escola continua, vamos fazer!”. No “vamos fazer” era tanta escola que eu peguei... Então disse: “Izabel, vou com eles lá na Ponte Velha”. Foi o primeiro passo de ficar vindo ao Poço da Draga. Então entrei na FUNCEME, aí foi o momento que começou aquela coisa toda do Acquario, da gente se mobilizar em 2012. No Pavilhão, tudo que era de evento começou. Eu e a Izabel, a gente conversava, decidi: “Izabel, dá certo eu fazer a visita guiada aqui”. (ROCHA, Sérgio. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 3 jun 2017)

A partir de então, Sérgio organizou os pontos apresentados aos participantes da visita guiada. Continua nosso interlocutor:

SÉRGIO - Quando começaram os festejos dos 108, 109, 110, 111 anos de Poço da Draga, aí todo evento que tinha aqui eu já fazia a visita. Começou algo mais

especializado que foi em 2015. Ainda não tinha um nome, né, aí era apenas Visita guiada ao Poço...

BRUNA – Eu lembro, cheguei a fazer algumas dessas...

SÉRGIO – Quando foi no ano passado, a gente pensou em bolar um nome: Expresso 110, porque tudo isso tem um aparato teórico e eu vou te passar. O aparato teórico é a justificativa: por que que é Expresso? Por conta do trilho.

BRUNA – Que corta a comunidade, né?

SÉRGIO – Isso! Aí remete ao Expresso do Oriente e tal por conta do trilho e o número é uma referencia mesmo, a coisa da ativa.

BRUNA – Este ano, por exemplo, é o Expresso 111, isso?

SÉRGIO – Exatamente.

BRUNA – Mas me conta: sempre que participo da visita, fico muito mexida pela sua forma de contar as histórias... São coisas que são suas, mas são suas e das outras pessoas, né? Como é isso?

SÉRGIO – É porque assim: no Dragão do Mar tinha um formato, sabe? De guia. O guia, ele tem que dar conta de expor as informações a nível técnico, histórico e historiográfico e também alguma coisa de vivência. Mas ao nível de serem vivências já narradas, já contadas e explicitadas em bibliografias, legitimadas. A metodologia do Expresso não existe métrica, é o que eu vou me lembrando, então eu escolho a visita... Escolhemos, no caso, Germana e eu pensamos.

BRUNA – Vão surgindo as histórias?

SÉRGIO – As histórias, as vivências... E eu vejo um morador e vou lembrando alguma coisa.

BRUNA – Você conversa muito com todo mundo?

SÉRGIO - Com todos eles.

BRUNA – Todo mundo te conhece aqui!

SÉRGIO – Todo mundo! Então, assim, tem coisa que eu não lembro de dar numa visita, mas na outra eu lembro e vice-versa. Aí surgiu a proposta da gente pensar nisso como algo metodológico pra repassar para os futuros.

BRUNA - Pras outras pessoas fazerem daqui a...

SÉRGIO – Isso, principalmente os jovens. É de transmitir essa metodologia de uma visita guiada, na verdade é uma troca de experiência guiada, né? E utilizar um aparato do jovem, utilizar um aparato metodológico de ir lembrando das coisas... Mas os meninos, como é que eles fariam? Isso seria o combustível, porque quase não se tem combustível pra um menino se entusiasmar pra uma atividade e nós daríamos esse combustível... A proposta seria dar uma informação e dar um combustível pra eles, qual o combustível? A sua visita... Aí tem toda uma história de uma remuneração, de uma coisa assim que querendo ou não ainda é uma coisa que atrai. Com o tempo, eles vão entusiasmando de uma forma espontânea, mas aí o combustível principal seriam eles, o grau de qualitativo da visita deles, que não seria igual a minha jamais, nem de nenhum deles... Seria mesmo o interesse em saber histórias daqui. Como é que ia ser a formação deles? Dentro de casa, ia perguntar pras mães deles.

BRUNA – Ao avô, ao vizinho.

SÉRGIO – Ao avô, ao vizinho, fantástico.

BRUNA – São quantos pontos da visita hoje ? Vamos enumerar?

SÉRGIO – A gente chama de estação. Começa aqui na Estação CIDAO, e aí tem a Estação Alfandega, que é a Caixa Cultural, porque ali foi um ponto muito preponderante pra comunidade em relação a dar um suporte econômico. Vendiam café, chá.... Tem a Estação Boris, que a Rua Boris é um outro limite da comunidade. Um pessoas trabalhavam nuns galpões abandonados que tinha lá, que faziam cabarés ou bares, as pessoas da comunidade sempre tiveram relação com essa rua. Depois é a Estação Galdinos, que é lá na ponta, dá pra ver o prédio lá da SEFAZ. Aí a Estação Chafariz, Galdinos, né? Entra pelos trilhos e vem até a Estação Chafariz.

BRUNA – Aquela do muro é a Galdinos?

SÉRGIO – É, lá perto do posto de gasolina a gente entra pelo trilho, aí volta e aí tem a Estação Chafariz. Tem a Estação Moreira da Rocha, Estação Viaduto Moreira da Rocha, que é essa...

BRUNA – É a da rua principal, né?

SÉRGIO – E já são quantos aí? Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Aí a Estação Pavilhão é a sete. Estação Ponte Velha, a gente não chama de Ponte Metálica, a gente chama Ponte Velha que é o nome que a gente conhece, é a oito. São oito pontos. (ROCHA, Sérgio. Entrevista concedida a Bruna Forte. Fortaleza, 3 jun 2017)

Figura 35 - Seu Lôro



Fonte: EDUARDO OLIVEIRA, 2014.

No ano anterior à entrevista, fiz a visita guiada por Sérgio Rocha e Germana Lima. Apresento, portanto, os registros do meu diário de campo. No dia 1º de setembro de 2016, o Movimento Pró-Poço divulgou um convite em sua *fanpage* no *Facebook* para o percurso intitulado Expresso 110, um trajeto de 45 minutos pelas principais avenidas da comunidade Poço da Draga orientado pelo morador Sérgio Rocha. Ao longo da semana, peças gráficas foram lançadas nas redes sociais reforçando o convite e um evento foi criado pela página do movimento para os convidados confirmarem presença. Segundo o texto divulgado, o

PERCURSO EXPRESSO 110 – POÇO DA DRAGA – 07/09/2016

Expresso 110 é um percurso a pé, em que um grupo de pessoas, acompanhado por um guia morador, visita lugares específicos e relevantes à identidade do Poço da Draga, denominados estações. O nome da atividade é uma menção ao antigo serviço de trem europeu, Expresso do Oriente, como também é uma referência à presença de antigos trilhos no local, por onde passavam trens e trolers que serviam como transporte dos produtos vindos do antigo porto, a ponte Metálica. E nesse contexto que envolve movimento, viagem e história, o nome Expresso 110 passará por mudanças a cada ano, de acordo com a idade representativa da comunidade. Em 2017, a atividade passará a se chamar Expresso 111, e assim por diante. Considerando-se que o movimento Propoço necessita de recursos para a elaboração e manutenção de suas atividades, propomos aos grupos visitantes a contribuição de um valor solidário, ao final de cada percurso. Esse valor ficará a critério de cada participante. A visita ocorrerá em dois horários – das 15h30 às 16h15m, e das 16h30 às 17h15m. Para cada horário, será formado um grupo de, no máximo, 30 pessoas. O percurso terá início no Pavilhão Atlântico, perto do aquário. Para participar, poste um comentário, confirmando sua presença, no link <https://web.facebook.com/248265202182956/photos/gm.296827134017163/333822303627245/?type=3&theater>. Esperamos por vocês! (Disponível em: <<https://www.facebook.com/propocomaremovimento/photos/gm.296827134017163/333822303627245/?type=3&theater>>. Acesso em 05 set 2016)

No feriado de 7 de setembro, fiz o percurso do Expresso 110 no segundo horário, quando o sol a pino tão característico do fim do ano já estava mais brando, às 16h. Moradora da Praia de Iracema, levo de 15 a 20 minutos caminhando da minha casa até o Poço da Draga, tempo variável de acordo com as condições climáticas e a minha disposição. No calçadão da Av. Almirante Tamandaré, as atividades da tarde se desenrolavam preguiçosamente: um vendedor de batatas-frita com seu carrinho parado aguardando algum cliente, o cheiro de um cigarro de maconha se desfazendo no ar, três adolescentes jogando capoeira sendo observados distraidamente por duas mulheres sentadas em um banco perto deles, um grupo de mulheres fazendo exercício físico ao som de uma balada pop tocando em um aparelho antigo, uma criança em uma bicicleta muito menor do que ela passando veloz, como que montada no selim da infância.

Cheguei ainda cedo ao Pavilhão Atlântico, ponto de saída e de chegada daqueles que iniciaram o percurso às 15h30. O primeiro grupo, composto por 10 visitantes e dois guias do Movimento Pró-Poço — o Sérgio e a Germana — só retornou às 16h30. Enquanto o Sérgio fazia o encerramento da primeira visita guiada, o novo grupo de 11 pessoas se formava ao redor.

“O (Movimento) ProPoço não é uma associação formada, é algo até abstrato... São moradores e amigos entusiastas”, explicou de início o geógrafo. Neste breve exercício cartográfico, uma descrição geoespacial faz-se necessária. A rigor, existem duas ruas principais na comunidade: a Rua Viaduto Moreira da Rocha, que nasce

na praia e atravessa o Poço da Draga, e a rua do trilho, perpendicular à primeira. É na rua principal que se encontram as casas de alvenaria com dois ou até três andares, puxadinhos e, garante Sérgio, até mesmo uma residência com sala de cinema de capacidade para 20 pessoas — na chamada “Aldeota”, nome de um dos bairros ditos nobres da capital cearense, habitam alguns dos moradores mais antigos da comunidade. Na parte mais baixa do Poço da Draga, vielas e ruas alagáveis configuram o que os demais moradores identificam como “Poço”, “Pocinho”, “favela” ou “Serviluz”, fazendo referência à outra comunidade litorânea de Fortaleza. Na região há, atualmente, um filete do poluído Riacho Pajeú, vegetação de mangue quase extinta e casebres distribuídos ao longo de três becos. Os moradores dessa área possuem características comuns: chegaram mais recentemente ao Poço da Draga e muitos, em busca de melhores condições de moradia, buscaram subir para as ruas principais. Tais fatos, associados a um discurso de criminalidade e delinquência, desencadearam em um clima hostil entre os habitantes da região mais alta e os da região mais baixa.

Abro parênteses na descrição do percurso para abordar essas denominações e diferenças dentro da própria comunidade. Tal fato dialoga diretamente com uma das mais célebres obras do sociólogo alemão Norbert Elias, intitulada “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”. O livro nasceu de um estudo de aproximadamente três anos realizado por Elias em parceria com o professor John L. Scotson em uma pequena comunidade na Inglaterra que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações mais recentes, chamado ficcionalmente de Winston Parva.

Em um primeiro momento, Elias uniu-se a Scotson para estudar os desníveis da delinquência juvenil na Zona 3 de Winston Parva, os quais foram apontados pelos moradores das Zonas 1 e 2. Porém, logo após sua entrada no campo, o autor percebeu que as relações de poder e os estigmas marcavam profundamente a convivência entre os estabelecidos das Zonas 1 e 2 e os considerados outsiders da Zona 3. Para compreender tais desigualdades simbólicas, Elias conferiu os indicadores socioeconômicos dos habitantes das três zonas e não notou grandes diferenças, mas entrevistando a população local o sociólogo constatou que a existência bolsões de trabalhadores imigrantes na Zona 3 se configurava como um fator de perturbação e rompimento com algumas tradições e normas dos grupos estabelecidos das Zonas 1 e 2, que já moravam na região há mais tempo e tinham laços de coesão mais fortes do que os recém-chegados. “Como se processa isso? De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que

são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro?” (ELIAS, 2000, p.20), questiona Elias. O autor põe-se, então, a investigar quais estratégias dos estabelecidos utilizam para dominar simbolicamente os outsiders.

Além do fator tempo de permanência e habitação na região, tal qual os estabelecidos de Winston Parva, outros estratos socioeconômicos também dividem e estigmatizam os moradores do Pocinho em relação ao Poço da Draga, como o tipo de habitação e a renda. É nessa região que moram os mais pobres, o que Tadeu Feitosa classifica como “favela dentro da favela”. Em sua dissertação, a pesquisadora Heloísa Maria Alves de Oliveira afirma:

Um outro mundo – é essa a sensação de quem entra por seus becos com esgoto a céu aberto, casas espremidas de poucos cômodos e olhares vigilantes de traficantes de drogas, que ocupam a parte mais ao fundo. Servindo de esconderijo para o tráfico e de refúgio para assaltantes, o “Poço” é um labirinto, com suas inúmeras entradas e saídas, becos estreitos e tortuosos. Além da precariedade das habitações, seus moradores são conhecidos por residentes das ruas principais como malfeitores, que enfeiam e difamam o lugar com sua miséria e práticas ilegais. Misturados aos traficantes estão os moradores “trabalhadores” do “Poço”. (...) Pode-se, mesmo, afirmar que há uma favela dentro de outra, ambas com simbologias espaciais. Assim como muros simbólicos separam o Poço da Draga dos espaços mais afluentes da cidade, as casas com portões e grades nas janelas demarcam separações internas à comunidade, configurando uma segregação no interior de outra. (OLIVEIRA, 2006, p.42-43)

Os moradores das ruas principais Poço da Draga, de forma análoga aos das Zonas 1 e 2 da comunidade inglesa, por vezes também mantêm distância daquela que consideram a região mais perigosa e ligada ao crime organizado. Os moradores do Pocinho são, continuamente, excluídos de decisões políticas da comunidade: uma prova disso é que, enquanto existiu a extinta Associação de Moradores do Poço da Draga, a presidência nunca foi de um morador da região mais baixa. Com a mesma resignação identificada por Elias na Zona 3, os habitantes do Pocinho afirmam falta de interesse nessas questões: “...Nós não vamos para essas coisas [reuniões com Associação de Moradores, Pastoral da Criança, ou representantes do governo] não, isso é coisas deles lá...” (Entrevista realizada por Heloísa Oliveira em 02/05/05). Elias afirma que os estabelecidos

Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, exceto o exigido por suas atividades profissionais; juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de uma espécie inferior. Em suma, tratavam todos os recém-chegados como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora”. Esses próprios recém-chegados, depois de algum tempo, pareciam aceitar, com uma espécie

de resignação e perplexidade, a idéia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade, o que só se justificava, em termos de sua conduta efetiva, no caso de uma pequena minoria. Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros. (ELIAS, 2000, p.20)

A incorporação dos habitus entre os grupos estabelecidos e a ausência de coesão grupal entre os recém-chegados, até mesmo pelo tempo de convivência entre essas famílias, produz narrativas que descrevem os outsiders como violentos e indesejáveis. Ao passo que os moradores mais antigos e, no caso do Poço da Draga também mais estáveis economicamente, mantêm seu status quo, os “de fora” assimilam com desdém ou indiferença os discursos estigmatizantes. Tal comparação entre Winston Parva e Poço da Draga não implica na *não* existência da comunidade, mas nos apresenta um paradigma observável do nível micro ao macro: as relações de poder e acumulação de capital simbólico oriundo dessas hierarquias monetárias ou não configuram narrativas legitimadas como únicas no conhecimento epistêmico. É um fato interessante ao se observar, principalmente porque a visita guiada não passa pelo Pocinho e isso diz muito das relações internas à comunidade.

Voltemos ao Expresso 110. A primeira “estação” da visita é um dos pontos mais emblemáticos do Poço da Draga: o Pavilhão Atlântico, conhecido pelos moradores como “Irmãzinhas”. A partir desse momento, passado e presente se enlaçam na fala do nosso guia, o qual retoma memórias dos seus trinta e poucos anos vividos na região e também toma lembranças emprestadas de demais moradores mais velhos, criando uma narrativa de comunidade forte e histórica. Acontece que, desde a década de 1960, as irmãs Josefinas realizavam festejos religiosos e culturais na comunidade, mas as freiras deixaram o Poço da Draga nos anos de 1990 por falta de condições de custeio. É comum escutar histórias saudosas dos habitantes mais antigos sobre o sucesso dessas festas, que reuniam a comunidade em peso. Hoje, os movimentos organizados do Poço da Draga buscam retomar a ocupação do Pavilhão pelos moradores.

Talvez o estabelecimento de uma data de aniversário da comunidade a partir de 2011 seja uma tentativa de retomar esse caráter aglutinador, esse entusiasmo de que alguns moradores dizem sentir tanta falta. A criação/invenção dessa tradição parece remeter (conscientemente ou não) ao tempo das Irmãzinhas, um período, segundo eles, de maior unidade/solidariedade, em que as festas “juntavam a comunidade”. No próprio discurso dos moradores que hoje

organizam os eventos, é nítida a intenção de fortalecer o pertencimento e o entusiasmo “de antes”. Inclusive, as festas e reuniões são no Pavilhão ou nas “Irmãzinhas”, como eles ainda chamam. Aquele lugar continua a ter uma importância política e ritual em quase todos os eventos do Poço da Draga. Agora eles querem retomar isso com outros eventos como os saraus, o cineclube, o Arraial dos namorados, enfim, tornar o Pavilhão mais frequentado por moradores e não-moradores. (GOMES, 2016, p.10)

Figura 36 - Pavilhão Atlântico



Fonte: TXAI COSTA E MENDES, 2018

Seguimos caminho pela Av. Almirante Tamandaré, com o Sérgio apontando casas e nos contando histórias ora engraçadas, ora tristes, ora repletas de superstições. Os escombros do Acuario, deliberadamente, não foram citados na fala rápida, leve, agitada do nosso guia. Mais importante do que a Caixa Cultural, nessa outra narrativa geoespacial, é o bar logo ao lado da edificação. “É do meu tio”, explica Sérgio. “E podem perguntar que, por aqui, todo mundo conhece”. Durante o trajeto, a Av. Pessoa Anta transforma-se na “Vinidinha” na boca do Sérgio, ecoando vozes de tantos outros moradores. Se o Poço da Draga é uma cidade invisível para Fortaleza, Fortaleza e seus

símbolos são transformados e renomeados na gramática de quem é ignorado e também ignora.

Entramos no Poço da Draga pela Rua Guilherme Blum, uma das várias ruas pelas quais é possível adentrar o labirinto que é a comunidade. O chão de terra batido, por vezes cortado por trilhos de trens, é abrigo de cadeiras de plástico quando não está alagado pelas chuvas. Lá, os moradores se sentam em frente às casas aglomeradas e conversam, jogam cartas, pastoram as vendinhas. Nas ruas principais, as casas se tornam maiores e muitas têm garagens com carros. Caminhamos trocando palavras com os moradores, que reiteram e confirmam as histórias contadas por Sérgio sobre figuras emblemáticas do Poço da Draga, como a Dona Alzira e o Seu Lôro. O percurso é repleto de referências históricas e afetividades.

Figura 37 - Ponte Velha



Fonte: LUIZ ALVES, 2018.

Ao pôr-do-sol, o trajeto findou-se na areia da praia, logo na entrada da Ponte Velha. Os meninos/pássaros/peixes pulavam em cambalhotas da ponte para o mar, apostando saltos. Enquanto o Sérgio agradecia a presença de todos, alguns de nós contribuimos com um valor simbólico entregue para a Germana, auxiliando na

manutenção das atividades do Movimento ProPoço. Antes de partir, ele me deu um sorriso e disse: “Você já é de casa”.

CONCLUSÃO

“Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência.”

(Insubmissas Lágrimas de Mulheres, Conceição Evaristo, 2011)

Estamos imersos numa dimensão de construção do passado, produzindo-o continuamente no presente. O mapa simbólico de uma localidade, assim como o material, é composto por diversas narrativas escritas e orais, por centros e periferias e também por espaços marginais que extrapolam quaisquer limites traçados por uma ordem vigente. Ao contar e recontar vivências, a liminaridade se confunde com a centralidade — afinal de contas, se antes o Poço da Draga só aparecia nos jornais nas editorias de cotidiano para denunciar descasos com a região, hoje ele é notícia nos cadernos culturais pelas vastas programações realizadas no entorno da comunidade. Essa zona de intersecções entre narrativas são ricamente desafiadoras.

Em sua obra *O local da cultura* (1998), o teórico indiano Homi K. Bhabha questiona a noção de uma narrativa nacional homogênea. Em vez de uma articulação

homogênea, Bhabha propõe que tomemos em conta a hibridez dos discursos que compõem uma localidade.

(...) É no surgimento dos entre-lugares – a sobreposição e o deslocamento de esferas da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nacionalidade, interesse comunitário, e valor cultural são negociados. [...] A representação da diferença não deve ser lida de forma apressada como o reflexo de um conjunto de características étnicas ou culturais preestabelecidas dentro de uma tradição. A articulação social da diferença, desde uma perspectiva minoritária, é uma negociação complexa e contínua que tenta autorizar hibridezes culturais que surgem no momento de transformações históricas (BHABHA, 1998, p. 2)

No pensamento de Bhabha, os entre-lugares da cultura permitem a emergência de uma diferença que possibilita formas de ser, de pensar e de se expressar híbridas. O reconhecimento e a legitimação da pluralidade de narrativas que constituem o mundo, nesse sentido, são uma resistente ação propositiva e afirmativa. O crítico de arte francês Georges Didi-Huberman faz uma interessante análise sobre as resistências humanas em seu texto *Sobrevivência dos Vagalumes* (2011), no qual busca explorar a obra do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini. Em escritos repletos de metáforas, o filósofo traça um paralelo entre o homem e os vagalumes, afirmando que quem está convencido de que o mundo está entregue ao poder não consegue ver o todo, não enxerga o “apesar de tudo”.

Uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha. Assujeitou-se o mundo, assim, totalmente como o sonharam - o projetam, o programam e querem nolo impor - nossos atuais “conselheiros pífidos”? Postulá-lo é, justamente, dar crédito ao que sua máquina quer nos fazer crer. É ver somente a noite escura ou a ofuscante luz dos projetores. É agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada. É, portanto, não ver o espaço - seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável - das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos apesar de tudo. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.42)

Os “lampejos de resistência” são muito mais simples do que imaginamos: eles estão nas linguagens próprias de um povo, nos seus gestos, nas suas marcas. Neste século tão marcado pela busca pelo homem sem nome, sem identidade e mecanizado, conservar memórias e particularidades é também um enfrentamento. Resistir, em uma das suas expressões, é recusar esse modelo de vida que nos esmaga. Mas, além disso, resistir é afirmar outros modos de ser e estar no mundo.

A ONG Velaumar e o Movimento ProPoço narram suas histórias como quem as segura com as próprias mãos. Nesse ínterim, relembro que “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (CLANDININ e CONNELLY, 2011, p.18).

As maneiras de recriar narrativas são muitas. Não ousaria jamais propor uma ou outra ao Poço da Draga – por certo, os moradores há muito encontraram suas formas de preservar o passado, valorizar o presente e disputar o futuro. Mas, para o modelo de cidade em vigor, mudanças são mais que necessárias: são urgentes. Em um contexto de crise global das práticas de planejamento liberal, é fundamental refletir sobre a importância de experiências insurgentes em microterritórios no desenvolvimento de um urbanismo humano.

Dialogamos, portanto, com o conceito de planejamento insurgente. O marcador parte da definição de John Friedmann (1987) de planejamento urbano como um campo de ação hábil a intervir no processo de construção da cidade com o ensejo de atender a coletividade e, posteriormente, é elaborado por pesquisadores como Leonie Sandercock, James Holston e Faranak Miraftab. O planejamento insurgente é

(...) um planejamento alternativo à medida em que tem lugar entre comunidades subordinadas, sejam assentamentos informais e municípios em ex-colônias ou comunidades desfavorecidas no estômago da besta – a América do Norte e a Europa Ocidental (MIRAFTAB, 2016, p.367).

Criar espaços para narrativas contra-hegemônicas já no modo de planejar a cidade é, por certo, insurgente. Mas é importante lembrar que o campo em disputa é maior que legislações podem dar conta. Garantir pleno acesso aos direitos humanos fundamentais não é efetivar equidade — o direito de contar suas histórias e ter sua voz reconhecida é indispensável nesse contexto.

Em seu artigo *O que faz a história oral diferente?* (1997), o pesquisador e professor italiano Alessandro Portelli afirma que fontes orais de classes não hegemônicas, como as apresentadas nesta pesquisa, são ligadas à narrativa popular e a maior ou menor presença de materiais formalizados, como provérbios próprios ou canções, podem medir a presença do ponto de vista coletivo enraizado nas narrativas individuais. Afirma Portelli que

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. (...) Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. (...) Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos. (...) A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do narrador com sua história. (PORTELLI, 1997, p.31)

Fontes orais são críveis e aceitáveis, destaca o autor, mas com uma credibilidade diferente. É importante reconhecer que memórias são socialmente construídas e, na narrativa do Sérgio, muitas delas são intencionalmente reelaboradas para atingir fins discursivos. Nenhuma história oral é contada duas vezes da mesma maneira. Entretanto, sobrepor a credibilidade de um documento escrito em trâmites oficiais aos contos e causos oralizados é deslegitimar um saber popular criado a partir de uma multiplicidade de pontos de vista. “A memória da cidade está sendo construída e desconstruída no cotidiano de todos os sujeitos que nela habitam, mas não se pode esquecer que uns possuem mais capacidade de se fazer ouvir do que outros” (GOMES, 2016, p.20), destaca a pesquisadora Marília Gomes.

Neste século de existência e resistência, os moradores do Poço da Draga têm produzido sentido e incorporado os já produzidos, criando novas percepções de si e do outro e renovando as continuamente criadas. Tais apropriações e reapropriações, no entanto, são perpassadas por redes de poder, interacionismo e violência simbólica estruturantes de uma cidade marcadamente desigual como Fortaleza.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Vera Mamede. Mobilidade e expansão urbana na Região Metropolitana de Fortaleza: da concentração a dispersão urbana. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs). *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos. Editora da Unochapecó, 2009.

ALMEIDA, André. A Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n.1, 2000, p. 229-236.

_____. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704, jan. 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300015>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BACHELARD, Gaston. *A chama de uma vela*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

BHABHA, Homi K. (1998). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio – agosto 2013, p. 89-117.

BARBALHO, Alexandre Almeida. *A criação está no ar: juventudes, política, cultura e mídia*. Fortaleza: EdUECE, 2013.

BARROS, I. A.; BRASIL, A. B.; ARAÚJO, A. M.; OLIVEIRA, F. G. C.; ROCHA, F. S.; LIMA, G. M.; WEBER, G. B.; MUNIZ, L. F.; VIEIRA, S. B. H. L.; MARTINS, T. S. Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. In: *II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (II URBFavelas)*, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. 2016.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BERGSON, Henri. *Memória e Vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BEZERRA, Roselane Gomes. *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia” usos, apropriações e representações de um espaço urbano*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

_____. Praia de Iracema: requalificação e ocupação do espaço em um bairro turístico do Nordeste do Brasil. *30º Encontro Anual da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS*. GT: Cidades: sociabilidades, cultura, participação e gestão. Caxambu-MG, 2006.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em 18 jan 2017.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. *Estudo e Relatório de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental*. Termo de Referência nº 3120/2011. Fortaleza: 2011. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/wpcontent/uploads/2011/11/FORTALEZAAQUARIO.pdf>> . Acesso em 09 jan 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, Feb. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092006000100007&ng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2017

CRAGNOLINI, Mónica B. Do Corpo-escrita. Nietzsche, seu “eu” e seus escritos. In: BARRENECHEA, Miguel Angel et al. (Org.). *Assim falou Nietzsche III: Para uma filosofia do futuro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 132-138.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado* (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEITOSA, Luiz Tadeu. *O Poço da Draga: a favela e a biblioteca*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos. 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GOMES, Marília Passos Apoliano. *Fronteiras do passado e do presente: territorialidade e memória no Poço da Draga*, 2016. Disponível em: <http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020712_30_06_2015_12-14-06_2240.PDF>. Acesso em 20 fev 2017.

GONDIM, Linda M. P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo: PUCSP, 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em 25 ago 2017.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KHATIBI, Abdelkebir. Maghreb Plural. In: MIGNOLO, Walter (Comp.). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Izabel. *Entrevista concedida a Bruna Forte*. Fortaleza, 21 jul 2017.

LIMA, Luiza de Marilac e Izabel. *Entrevista concedida a Bruna Forte e Neivânia Rodrigues*. Fortaleza, 25 jun 2018

MAIRESSE, D. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 259-272.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. Dossiê Diálogos do Sul. *Civitas*, Porto Alegre: v. 14 no 1, p. 27-42, jan./abr. 2014 Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/ojs/index.php/civitas/article/view/16185/10957>>. Acesso em: 22 ago. 2017

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. Tradução Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/ Projetos Globais: colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILLS, C.Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Seleção e introdução Celso Castro; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>>. Acesso em: 11 set. 2017.

OLIVEIRA, Bruna Luyza Forte Lima. *Resistir como quem deseja: a construção do coletivo “Quem Dera Ser um Peixe” como subjetivação política*. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, Heloísa M. Alves. *O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades*. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; MOLINA, Arthur Felipe Moreira. Análise Sociocupacional da Estrutura Intraurbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, R. (org.) *Como anda Fortaleza*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente?* Proj. História: São Paulo, 1997.

PRYSTHON, Angela. Teorizando o Terceiro Mundo: Estudos Culturais, Pós colonialismo e Subalternidade. In: OLIVEIRA, Marinyze et al. (Org.) *Cartografias da subalternidade: diálogos no eixo sul-sul*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 99-118.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da Ação Social: Região Latino Americana e Novo Desenvolvimento Urbano. In: *Otro Desarrollo Urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. POGGIESE, Héctor y EGLER, Tamara Tania Cohen. Buenos Aires: CLACSO, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/>>. Acesso em: 12 out 2017.

ROCHA, Enrico. *Entrevista concedida a Bruna Forte*. Fortaleza, 17 maio 2018.

ROCHA, Sérgio. *Entrevista concedida a Bruna Forte*. Fortaleza, 29 mar 2017.

_____. *Entrevista concedida a Bruna Forte*. Fortaleza 17 mar 2018.

ROCHA, Sérgio. *Poço da Draga*. Disponível em: <www.pocodadraga.org>. Acesso em 01 nov 2014.

RODRIGUES, Neivania Silva. *O Movimento dos Peixes: do Acquário às Ruas*. 2013. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos; 203)

_____. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Sulina, 2006.

_____. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-51, fev./set. 1993.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *A incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza*. 2012. Phd Thesis - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo : Boitempo, 2007.

_____. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. *Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema*. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados* – 1. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: *Dossiê São Paulo, hoje*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade São Paulo, 2011. p. 37 a 58.